

**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**

**Programa de Pós-Graduação em Educação**

**Luan Manoel Thomé**

**O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE PROFESSOR NO GRUPO ESCOLAR DE  
DIAMANTINA (1907-1909)**

**Diamantina**

**2017**

**Luan Manoel Thomé**

**O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE PROFESSOR NO GRUPO ESCOLAR DE  
DIAMANTINA (1907-1909)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito parcial, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação, sujeitos, sociedade, história da educação e políticas públicas educacionais.

**Orientador:** Prof. Dr. Flávio César Freitas Vieira

**Diamantina**

**2017**

Ficha Catalográfica – Serviço de Bibliotecas/UFVJM  
Bibliotecário Anderson César de Oliveira Silva, CRB6- 2618.

T465e Thomé, Luan Manoel.  
O exercício da profissão de professor no grupo escolar de  
Diamantina (1907-1909)/ Luan Manoel Thomé. – Diamantina, 2017.  
144 p. : il.

Orientador: Flávio César Freitas Vieira.

Dissertação (Mestrado Profissional – Programa de Pós-Graduação em  
Educação) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e  
Mucuri.

1. História da educação. 2. Profissão de Professor. 3. Grupo escolar de  
Diamantina. I. Vieira, Flávio César Freitas, II. Título.  
III. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

**CDD 370.981**

Elaborado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**Luan Manoel Thomé**

**O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE PROFESSOR NO GRUPO ESCOLAR DE  
DIAMANTINA (1907-1909)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito parcial, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Flávio César Freitas Vieira

Data da aprovação: 25/10/2017

---

Prof. Dr. Flávio César Freitas Vieira (Orientador)  
Faculdade Interdisciplinar em Humanidades- UFVJM

---

Prof. Dr. Leonardo Santos Neves  
Faculdade Interdisciplinar em Humanidades- UFVJM

---

Profa. Dra. Paula Cristina David Guimarães  
Departamento de Ciências da Educação- UFSJ

**Diamantina**

**2017**

*Dedico esta dissertação à minha família, minha base. A todos os profissionais da educação, em especial ao Francisco, Augusta, Júlia, Hilda, Edésia, Eponina, Custódia, Agostinha, Liseta, Mariana e Cícero, por meio do Grupo Escolar de Diamantina contribuíram para a história da educação.*

## AGRADECIMENTOS

*“Portanto, Dele, por Ele e para Ele são todas as coisas. A Ele seja a glória perpetuamente.” (Rm 11,36)*

No percurso dessa experiência fantástica, ao pesquisar sobre **“O exercício da profissão de professor no Grupo Escolar de Diamantina (1907-1909)”** tenho muito o que agradecer. À Deus, pelo dom da vida e por me encorajar em cada desafio! A Ele toda honra e glória! A Maria, minha mãe, intercessora fiel.

Eternizo meus agradecimentos a minha família, minha base. Aos meus pais, pelo constante incentivo. Aos primos Luis Felipe, pelas orientações acadêmicas, a Alessandra, pela parceria durante esse processo, a Thaís pelo auxílio nas traduções e Ana Carolina por ser uma prima-irmã, a cada um que se dispôs a me ajudar.

A Tatiely, pelo amor, companheirismo e paciência durante esses anos.

Agradeço ao meu orientador Dr. Flávio, por me colocar nesse mundo fantástico que é a história da educação. Sempre afetuoso, paciente e incentivador diante das minhas descobertas e medos. Durante estes dois anos, compartilhamos várias experiências. Obrigado por ter confiado em meu trabalho! Mais que uma relação de orientador e orientando, fica a nossa amizade.

Agradeço a professora Dra. Paula, orientadora na graduação, aquela que me mostrou a história da educação como área de pesquisa, grande incentivadora da minha conquista, possuidora de grande carisma e docilidade. Obrigado pelas contribuições nessa pesquisa!

Ao professor Dr. Leonardo, por ser meu professor no curso de Pedagogia (UFVJM), agradeço pela preocupação com minha pesquisa e tantas contribuições dadas.

A professora Dra. Maria Nailde, por dar apontamentos na escrita desse trabalho, obrigado pela paciência e disposição em ajudar.

Agradeço aos funcionários da Escola Estadual Matta Machado, em especial a sua direção, por me acolherem tão bem na fase de identificação e catalogação das fontes e por darem continuidade ao projeto educativo do Grupo Escolar de Diamantina, criado em 1907.

Agradeço a Biblioteca Antônio Tôrres (IPHAN), que presta um serviço de excelência na cidade de Diamantina. Nela estão guardadas obras de um valor histórico

imensurável, como jornais, livros, periódicos. Obrigado pelas contribuições, sem o auxílio de vocês, não conseguiria realizar a pesquisa.

Ao Arquivo Público Mineiro, por meio de seus documentos, que me mostraram outra fase do Grupo Escolar de Diamantina, oculta nas fontes produzidas na fase inicial da instituição.

Agradeço em especial a senhora Maria Bernadete Pereira, pelas informações dadas sobre sua bisavó Mariana Mourão, pelos livros dados, pelas conversas no final da tarde, a sua atuação foi de suma importância.

Agradeço ao corpo docente do PPGEd, em especial, o que tive o prazer de participar de suas disciplinas: Dra. Regina Couto, Dr. Leonardo Neves, Dr. Márcio Coutinho, Dr. Flávio César Freitas Vieira, Dra. Keila Auxiliadora Carvalho e a Dra. Maria Perpétuo Socorro de Lima Costa. Cada um de vocês deu um suporte ao meu estudo.

Aos colegas que fiz no PPGEd, nossa eterna turma B, que entrou para a história.

A todos minha eterna gratidão...

*“A reforma, compenetrada desta situação, abriu ao professorado novos horizontes, além dos estreitos limites das salas escolares: a missão do professor de hoje é na escola, na rua e no lar, propagando, difundindo e conquistando creanças para a escola”. (OLIVEIRA, 1910, p. 14).*



## RESUMO

Este presente estudo se insere no campo investigativo da história da educação, tem como temática, o exercício da profissão de professor no Grupo Escolar de Diamantina (GED), entre os anos de 1907 a 1909, período escolhido por se tratar da fase inicial das atividades dessa instituição e por configurar a primeira mudança no corpo docente. O objetivo geral é compreender a atuação dos professores nesse recorte temporal em Diamantina, Minas Gerais, sendo os específicos, o de identificar o primeiro corpo de professores do GED, evidenciar a trajetória e atuação de dois professores, descrever as atribuições do cargo de diretor, em diálogo com a legislação educacional neste educandário. Esta investigação foi fundamentada com a metodologia da pesquisa documental, com etapas de revisão de literatura sobre o tema: exercício da profissão de professor e grupos escolares na república, tendo como suporte os autores Faria Filho (2014), Gonçalves (2012), Klein (s/d), Nóvoa (1991), Contreras (2012) e Vieira (2009) entre outros. Foi realizada a coleta, identificação e catalogação das fontes e por fim, as devidas análises. Na etapa de coleta de dados foi realizado um levantamento das fontes, na Escola Estadual Matta Machado, antigo Grupo Escolar de Diamantina e foram encontrados os livros de promoção, folha de pagamento e de caixa escolar, todos produzidos em 1907, além de fotografias de alguns professores. Na Biblioteca Antônio Tôrres foram identificados livros literários produzidos por Arno (1949) e Rabello (1964), ambos docentes da instituição, além de jornais circulantes na imprensa diamantinense. No Arquivo Público Mineiro foram encontrados os relatórios enviados pela direção e a legislação educacional da época. Os resultados obtidos apontam o Grupo Escolar de Diamantina, fruto da Reforma João Pinheiro (1906), que estabeleceu uma legislação educacional republicana para o Estado de Minas Gerais, sendo um dos emblemas dessa nova educação. Na função do diretor escolar, cabia ser o representante do governo mineiro, como atribuições de disciplinar alunos e funcionários, desenvolver essa nova cultura escolar na localidade, produzir os documentos da instituição e ser um meio de comunicação com as autoridades. O primeiro diretor Cícero Arpino Caldeira Brant, durante a graduação em direito lecionou em um colégio na cidade de São Paulo, estando à frente do GED reivindicou ao governo o cumprimento de suas obrigações, para manter a ordem financeira do educandário. Deixando o exercício em 1909, assumiu a professora normalista Mariana Corrêa de Oliveira Mourão. Ela possuía experiência em

uma escola isolada, no grupo lecionou para o primeiro ano masculino, e como diretora teve as mesmas atribuições que Cícero, permanecendo no cargo até a sua aposentadoria.

**Palavras-Chaves:** História da Educação, Profissão de Professor, Grupo Escolar de Diamantina.

## **ABSTRACT**

This study is part of the research field of the history of education, the theme of which is the exercise of the profession of teacher in the Diamantina School Group (GED) between 1907 and 1909, the period chosen for the initial phase of activities is the first change in the teaching staff. The general objective is to understand the role of teachers in this temporal cut in Diamantina, Minas Gerais. The specific objective is to identify the first group of teachers in the GED, to highlight the trajectory and performance of two teachers, to describe the roles of the directorial role in dialogue with the educational legislation in this school. This research was based on the methodology of documentary research, with stages of literature review on the subject of the profession of teacher and school groups in the republic, supported by the authors Faria Filho (2014), Gonçalves (2012), Klein (s / d), Nóvoa (1991), Contreras (2012) and Vieira (2009) among others. The collection, identification and cataloging of the sources were carried out and, finally, the appropriate analyzes were made. In the data collection stage, a survey of the sources was carried out at the Matta Machado State School, the former School Group of Diamantina, was found the promotion books, payroll and school box, all produced in 1907, as well as photographs of some teachers. At the Antônio Tôrres Library, literary books produced by Arno (1949) and Rabello (1964), both teachers of the institution, were identified as well as newspapers circulating in the press of the city. In the Public Archive Mineiro, the reports sent by management and the educational legislation of the time were found. The results obtained point to the Diamantina School Group fruit of the João Pinheiro Reform (1906), which established a republican educational legislation for the state of Minas Gerais, being one of the emblems of this new form of education. In the role of the school director, it was incumbent upon the representative of the Minas Gerais government, such as disciplinary assignments for students and staff, to develop this new school culture in the locality, to produce the institution's documents and to be a means of communication with the authorities. The first director Cícero Arpino Caldeira Brant, who was at the head of the institution, during his law degree, taught at a college in the city of São Paulo, being in charge of the GED, he demanded that the government satisfy his obligations to maintain the financial order of the student. Leaving the exercise in 1909, the normalist teacher Mariana Corrêa de Oliveira Mourão assumed. She had experience in an isolated school, in the group taught for the first male year, and

as director had the same attributions as Cicero, remaining in the position until his retirement.

**Key-words:** History of Education, Teaching Profession, Diamantina School Group.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01- Folha de Pagamento de junho de 1908.....	37
Figura 02- Dimensões da Profissionalidade Contreras (2012).....	47
Figura 03- Tríade que incide sobre a autonomia Vieira (2009).....	49
Figura 04- Visão lateral do livro de Folha de Pagamento (1907).....	54
Figura 05- Visão lateral do livro de Promoção (1907).....	54
Figura 06- Livro de Caixa Escolar (1907).....	55
Figura 07- Capa do livro “Memórias de um estudante” de Ciro Arno (1949).....	56
Figura 08- Capa do livro “Os Jatobás” de Ciro Arno (1951).....	56
Figura 09- Capa do livro “La em casa era assim” de Edésia Corrêa Rabello (1964).....	57
Figura 10- Grupo Escolar de Diamantina.....	59
Figura 11- Inauguração do Grupo Escolar de Diamantina.....	61
Figura 12- Júlia Coelho Kubitschek de Oliveira, diretora do Grupo Escolar Matta Machado (1927-1929).....	74
Figura 13- Liseta de Oliveira Queiroga, diretora do Grupo Escolar de Diamantina (1916-1926).....	76
Figura 14- Residência da Família Corrêa Rabello, localizada na rua São Francisco, no centro de Diamantina-MG.....	79
Figura 15- Edésia Corrêa Rabello.....	81
Figura 16- Eponina da Mata Machado destacada. Família Mata Machado (1900).....	84
Figura 17- Planta do Grupo Escolar de Villa de Santa Quitéria.....	89
Figura 18- Cícero Arpino Caldeira Brant.....	90
Figura 19- Convocação dos Exames para as Escolas Primárias no ano de 1899.....	95
Figura 20- Acadêmicos.....	97
Figura 21- Desalento, soneto em homenagem a Cícero.....	98
Figura 22- Grupo Escolar.....	105
Figura 23- Diretor Cícero Arpino Caldeira Brant.....	107
Figura 24- Mariana Corrêa de Oliveira Mourão, diretora do Grupo Escolar de Diamantina (1909-1916).....	111
Figura 25- Casa de Olímpio Júlio de Oliveira Mourão e Mariana Corrêa de Oliveira Mourão.....	113
Figura 26- Olímpio Júlio de Oliveira Mourão.....	114
Figura 27- Matriarca e sua descendência.....	116
Figura 28- Olímpio Júlio de Oliveira Mourão e Mariana Corrêa de Oliveira Mourão.....	117
Figura 29- Mariana com os bisnetos.....	118
Figura 30- Ata de exames de 17 novembro de 1907.....	124

Figura 31- Paulo Kruger Corrêa Mourão.....	125
Figura 32- Posse de Mariana como diretora do Grupo Escolar de Diamantina.....	126
Figura 33- Escola Estadual Matta Machado.....	128

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01- Produções sobre a História da Educação de Diamantina.....	21
Quadro 02- Políticos diamantinenses na Primeira República.....	39
Quadro 03- Enturmação do Grupo Escolar de Diamantina (1908).....	62
Quadro 04- Licença de Servidores do Grupo Escolar de Diamantina (1907-1909).....	63
Quadro 05- Horário dos Grupos Escolares.....	65
Quadro 06- Número de aulas semanais de cada disciplina nos Grupos Escolares.....	66
Quadro 07- Exames do Grupo Escolar de Diamantina (1907-1909).....	71
Quadro 08- Primeiro Corpo Docente e Administrativo do Grupo Escolar de Diamantina 1907-1909.....	72
Quadro 09- Resultados dos Exames da Escola Normal Oficial de Diamantina.....	81
Quadro 10- Resultados dos Exames da Escola Normal Oficial de Diamantina .....	82
Quadro 11- Corpo docente da Escola Normal Oficial de Diamantina (1893-1895).....	94
Quadro 12- Resultados dos Exames da Escola Normal Oficial de Diamantina (1895).....	96
Quadro 13- Folha de Pagamento Maio de 1908.....	104
Quadro 14- Filhos de Francisco Corrêa Ferreira Rabello e Tereza Corrêa Ferreira Rabello .....	109
Quadro 15- Filhos de Mariana Corrêa de Oliveira Mourão e Olímpio Júlio de Oliveira Mourão.....	114
Quadro 16- Corpo docente do Grupo Escolar de Diamantina em setembro de 1909.....	127

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

COPEHE: Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação

FIH: Faculdade Interdisciplinar em Humanidades

GED: Grupo Escolar de Diamantina

GESPHE: Grupo de Estudos e Pesquisas Sócio Históricas em Educação dos Vales.

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MG: Minas Gerais

PB: Paraíba

PPGE: Programa de Pós-Graduação em Educação

UFSJ: Universidade Federal de São João del-Rei

UFVJM: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri



## SUMÁRIO

<b>1-INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>2-CAPÍTULO I: UMA BUSCA HISTÓRICA DOS GRUPOS ESCOLARES EM MINAS GERAIS.....</b>	<b>25</b>
2.1- Grupos Escolares, nova forma de educação primária em Minas Gerais no período republicano.....	25
2.2- A implantação do modelo republicano no Brasil e o reflexo na cidade de Diamantina-MG.....	38
<b>3-CAPÍTULO II: CAMINHOS PERCORRIDOS NA BUSCA DA PROFISSÃO DE PROFESSOR.....</b>	<b>42</b>
3.1- Profissão de Professor: profissionalização, profissionalidade e seus diversos profissionalismos.....	42
3.2-Pressupostos Metodológicos.....	50
<b>4-CAPÍTULO III: CONTEXTO DE ATUAÇÃO DOS PROFESSORES NO GRUPO ESCOLAR DE DIAMANTINA.....</b>	<b>59</b>
4.1-Novo Modelo de educação primária em Diamantina.....	59
4.2- O currículo do Grupo Escolar de Diamantina.....	63
4.3- Corpo Docente do Grupo Escolar de Diamantina.....	72
4.4-Corpo Discente do Grupo Escolar de Diamantina.....	85
4.5-Arquitetura do Grupo Escolar de Diamantina.....	85
<b>5-CAPÍTULO IV: O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE PROFESSOR DE CÍCERO ARPINO CALDEIRA BRANT (1880-1972).....</b>	<b>90</b>
5.1-Biografia e formação de Cícero Arpino Caldeira Brant.....	90
5.2- Atuação profissional de Cícero Arpino Caldeira Brant.....	97
<b>6-CAPÍTULO V: O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE PROFESSORA DE MARIANA CORRÊA DE OLIVEIRA MOURÃO (1858-1944).....</b>	<b>108</b>
6.1- Biografia e formação de Mariana Corrêa de Oliveira Mourão.....	108
6.2-Atuação profissional de Mariana Corrêa de Oliveira Mourão.....	120

<b>7-CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>130</b>
<b>8-REFERÊNCIAS.....</b>	<b>135</b>
<b>8.1- Fontes Documentais.....</b>	<b>135</b>
<b>8.2- Referências.....</b>	<b>137</b>

## 1- INTRODUÇÃO

No ano de 2012, ingressei no curso de Humanidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), até então, a única forma de acesso às licenciaturas oferecidas pela Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (FIH)<sup>1</sup>. O curso tem duração de três anos. Seu currículo é formado por eixos, no último denominado área de concentração (5º e 6º períodos), são oferecidas disciplinas das licenciaturas. Escolhi as unidades curriculares da pedagogia, uma delas denominada Seminários de Educação e tive o primeiro contato com o campo investigativo da história da educação.

Através do meu interesse com esta área de pesquisa, desenvolvi meu trabalho de conclusão de curso sobre a temática de arquivos escolares, a monografia intitulada ***“O arquivo da Escola Estadual Matta Machado: Fonte de pesquisa para a história da educação de Diamantina (1907-1930)”***, o recorte temporal justifica-se pela criação do Grupo Escolar de Diamantina (GED) ter sido em 1907 até 1930, ano que as fontes trazem informações sobre a dinâmica inicial do educandário.

Nesse trabalho elenquei todos os documentos presentes na instituição, que podem subsidiar pesquisas históricas, a partir daí começou o meu encantamento e uma série de questionamentos sobre o primeiro corpo docente do GED, revelando dessa forma a questão norteadora desta pesquisa: ***quais são os vestígios do exercício da profissão de professor no Grupo Escolar de Diamantina no período de 1907 a 1909?***

Em junho de 2015, apresentei um projeto de pesquisa ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da UFVJM, com a temática voltada para o Grupo Escolar de Diamantina, depois de todas as etapas de seleção, incluindo prova, entrevista e análise do projeto, fui aprovado na linha de pesquisa 2: Educação, Sujeitos, Sociedade, História da Educação e Políticas Públicas Educacionais.

Essa pesquisa tem como *objetivo geral*, compreender o exercício da profissão de professor no Grupo Escolar de Diamantina no período de 1907 a 1909. O primeiro ano, por ser o de criação do GED, o segundo marcado pela primeira alteração do corpo docente.

---

<sup>1</sup> A Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (FIH) da UFVJM oferece as licenciaturas em Pedagogia, Geografia, História, Letras/Inglês e Letras/Espanhol, o discente deve graduar-se em Humanidades, para depois fazer a transição de bacharelado e frequentar as licenciaturas.

Já os objetivos específicos contemplam em identificar o primeiro corpo de professores atuante no Grupo Escolar de Diamantina, no período de 1907 a 1909. Para isso foram analisadas as fontes primárias<sup>2</sup> produzidas na fase inicial do GED, como o livro de Folhas de Pagamento, onde há informações sobre a identidade do primeiro corpo docente e sua situação funcional, além do livro de promoção, onde constam os relatórios de visita dos inspetores, avaliações e festas realizadas.

Em segundo, descrever as atribuições do diretor escolar no GED, cargo criado para exercer o controle sobre os funcionários e discentes do grupo. Com isso, o governo almejava ter um representante do governo na instituição. Assim sendo, foram analisadas as fontes produzidas no início dessa instituição, incluindo os relatórios enviados a Secretaria do Interior, bem como a legislação da época.

Em terceiro, foi analisar a trajetória dos profissionalismos de professores que atuaram no grupo, em especial pela exatidão de dados encontrados os de Cícero Arpino Caldeira Brant e Mariana Corrêa de Oliveira Mourão. Ambos assumiram cargo de direção no recorte temporal deste estudo. Utilizaram-se das fontes do GED, da imprensa de Diamantina e de obras literárias como serão descritos nos capítulos IV e V.

Para verificar a influência da legislação educacional, foi realizada uma análise em todo o corpus documental, gerado no primeiro biênio de funcionamento do Grupo Escolar de Diamantina e os jornais produzidos pela imprensa diamantinense.

No percurso dessa experiência, tive a oportunidade de apresentar dados coletados na pesquisa, em eventos científicos como a Semana de Integração da UFVJM, a primeira Jornada de Estudos e Pesquisas Sócio-históricas em Educação dos Vales na UFVJM, Diamantina, MG e o IX Congresso Brasileiro de História da Educação, realizado na cidade de João Pessoa (PB). Neste evento conheci vários pesquisadores da área.

Considero que essa pesquisa tem relevância para a área de História da Educação de Diamantina, principalmente para o grupo de pesquisadores que atuam na cidade, pois, não foi encontrada nenhuma produção no banco de teses e dissertações da CAPES e de artigos científicos, com a temática profissão de professor no Grupo Escolar de Diamantina, sendo esta considerada inédita.

---

<sup>2</sup> Fontes primárias são materiais que apresentam informações apresentados da forma que foram criados pelos seus autores.

Os trabalhos produzidos desenvolvidos na área da História da Educação que contemplam a localidade de Diamantina e região identificados no banco de dados da CAPES e de outras bibliotecas somam em mais de dezesseis, entre os quais podem ser descritos no quadro abaixo:

**Quadro 01:** Produções sobre a História da Educação de Diamantina

<b>Título</b>	<b>Autor(es)</b>	<b>Natureza</b>	<b>Ano</b>
Vigiai e Orai: As mulheres no Projeto de Romanização do Catolicismo (Diamantina/MG 1866/1900)	Sandra Nui Asano	Dissertação	2003
A disciplina de Língua Portuguesa no currículo da Escola Normal Oficial de Diamantina no período de 1880 a 1889: Legislação, política e história.	Elizabeth Moreira Gomes	Dissertação	2006
A Escola Normal Regional D. Joaquim Silvério de Sousa e a formação de professores para o meio rural mineiro (1950-1970)	Helder de Moraes Pinto e Leila Alvarenga Mafra	Dissertação	2007
Memorialistas e ensino da História local na Diamantina do século XX	Marcos Lobato Martins	Artigo	2012
Instrução do Município de Diamantina: entre o brilho dos diamantes e as luzes da educação.	Flávio César Freitas Vieira, Michelle Mattar Pereira Oliveira, Wenceslau Gonçalves Neto	Artigo	2012
Acervo da Escola Estadual Professor Leopoldo Miranda: Fontes para a história da educação.	Gabriela Marques de Sousa e Flávio César Freitas Vieira	Trabalho completo publicado no CBHE	2013
Histórias de instituições educativas, Diamantina-MG: supressão e reabertura da Escola Normal Oficial de Diamantina (1938-1951)	Layane Campos Soares e Flávio César Freitas Vieira	Trabalho completo publicado no CBHE	2013
Trajetórias entrelaçadas em instituições educativas: Escola Normal Oficial de Diamantina, Escola Estadual Professor Leopoldo Miranda (1928-2012)	Gabriela Marques de Sousa e Flávio César Freitas Vieira	Trabalho completo publicado no Luso-Brasileiro de H. E.	2014
A imprensa na cidade do diamante: Diamantina, MG (Séculos XIX e XX)	Flávio César Freitas Vieira e Jacyara de Fátima da Cunha, Iara das Mèrces Guedes	Trabalho completo publicado no Luso-Brasileiro de H. E.	2014
Entre a casa e a rua uma história da mocidade de Diamantina-MG no final do século XIX	Helder de Moraes Pinto	Tese	2015
Sentido novo da vida rural: A formação de professoras na Escola Normal Regional D. Joaquim Silvério de Souza (1949-1963)	Leonardo Santos Neves	Tese	2015
O colégio Nossa Senhora das Dôres: vestígios de uma prática educacional confessional na segunda metade do século XIX.	Beatriz Danúbia Dias e Ana Cristina Pereira Lage	Artigo	2015
Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek: modernização na arquitetura e nas concepções educacionais em Diamantina, 1951-1961.	Claúdia Elizabeth Baracho	Dissertação	2016
Os diários manuscritos das alunas da Escola Normal Rural de Conselheiro Mata, Diamantina	Alessandra Geralda Soares	Dissertação	2017

(1950-1962)			
As políticas de formação de professores em Minas Gerais, 1928 a 1938: O percurso da Escola Normal Oficial de Diamantina.	Gabriela Marques de Sousa	Trabalho completo publicado no COPEHE.	2017
Cícero Arpino Caldeira Brant: Primeiro diretor do Grupo Escolar de Diamantina (1907-1909)	Luan Manoel Thomé e Flávio César Freitas Vieira	Trabalho completo publicado no IXCBHE	2017

Fonte: Portal da Capes e demais bibliotecas digitais. Autoria: do próprio pesquisador.

Conforme o quadro acima, pesquisas históricas voltadas para a profissão de professor no Grupo Escolar de Diamantina, são inexistentes ainda, há, portanto uma escassez de pesquisas na região. Considero que a relevância desse estudo se dá em analisar a atuação docente sobre a ótica da história da educação, o que possibilita o conhecimento do passado dos diferentes sujeitos que estiveram à frente dos processos educativos em uma cidade tradicional.

Este trabalho tem por proposta contribuir para a reconstrução da historicidade de um educandário, que há 110 anos presta serviços educacionais à Diamantina e região, o Grupo Escolar de Diamantina, atualmente Escola Estadual Matta Machado. Outro fator se dá por eu ser ex-aluno da escola, o que será um retorno com a expectativa de contribuir para a construção de novas perspectivas.

Pesquisas históricas apresentam uma forma de compreender a nossa identidade. A UFVJM localizada nos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e nas regiões Norte e Noroeste de Minas Gerais, por ter sido criada recentemente, ainda está em processo de expansão, estão se avolumando produções com o enfoque de trazer um resgate histórico regional. Este trabalho irá propiciar novos diálogos, principalmente na área da educação.

Foram verificadas as dissertações de todos os egressos do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFVJM), principalmente da Linha de Pesquisa 2: “Educação, Sujeitos, Sociedade, História da Educação e Políticas Públicas Educacionais”, nenhuma voltada para a história da educação. Esta pesquisa compõe uma das primeiras produções neste campo investigativo, uma vez que o programa foi criado em 2013, com três linhas de pesquisas, 1- Gestão de Instituições Educacionais; 2

– Políticas Públicas e Educacionais; 3- Avaliação e Tecnologias Aplicadas à Educação. No final de 2014, o Programa criou expandindo-se para quatro linhas de pesquisas<sup>3</sup>.

Esta investigação foi fundamentada com a metodologia da pesquisa documental, com etapas de revisão de literatura sobre o tema exercício da profissão de professor e grupos escolares na república, tendo como suporte os autores Faria Filho (2014), Gonçalves (2012), Klein (s/d), Nóvoa (1991), Contreras (2012) e Vieira (2009) entre outros.

Foi realizada a coleta, identificação, catalogação das fontes e por fim, as devidas análises. Na etapa de coleta de dados foi realizado um levantamento das fontes na Escola Estadual Matta Machado, antigo GED. Foram encontrados os livros de promoção, folha de pagamento e de caixa escolar, todos produzidos em 1907, além de fotografias de alguns professores. Na Biblioteca Antônio Tôrres foram identificados livros literários produzidos por Arno (1949) e Rabello (1964), ambos docentes da instituição, além de jornais circulantes na imprensa diamantinense na época. No Arquivo público Mineiro foram localizados relatórios enviados pela direção e a legislação amparadora da Reforma, todas as informações foram analisadas.

O texto desta dissertação está apresentado em cinco capítulos, no inicial de conteúdo mais teórico, intitulado: *“Uma busca histórica dos Grupos Escolares em Minas Gerais”*, é realizada uma retomada histórica do processo de instauração da república no Brasil e o seu reflexo na cidade de Diamantina-MG. É apresentada a reforma educacional João Pinheiro, ocorrida em 1906 no estado de Minas Gerais, onde se deu a criação dos primeiros grupos escolares no estado, como mecanismos de difusão dos valores republicanos.

No segundo capítulo, *“Caminhos percorridos na busca da profissão de professor”*, é abordada sobre a tríade profissionalização, profissionalidade e profissionalismo, para descrever algumas conceituações acerca da atuação docente, paralelo a isso, cito os pressupostos metodológicos utilizados.

No capítulo três, *“Contexto de atuação dos professores no Grupo Escolar de Diamantina”*, inicia-se as discussões dos resultados obtidos por meio da análise de documental realizada. É feito um recorte histórico da inauguração deste educandário, apresentando elementos de sua organização administrativa e pedagógica, como a

---

<sup>3</sup> Linhas de Pesquisa do PPGEd, a partir de 2014: 1-Gestão de Instituições Educacionais. 2-Educação, Sociedade, História da Educação e Políticas Públicas Educacionais. 3- Educação e Tecnologias Aplicadas em Instituições Educacionais. 4-Currículos, Avaliação, Práticas Pedagógicas e Formação de Professores.

constituição do primeiro corpo docente, corpo discente atendido, currículo utilizado e a arquitetura do prédio.

Para descrever o exercício da profissão de professor, utilizaram-se dados biográficos, de formação e atuação de dois professores, a fim de apresentar a trajetória profissional de cada um, o quarto e quinto capítulos se destinam a isso, uma vez que esses professores exerceram grande influência no grupo, ao assumir o cargo de direção.

O quarto capítulo, intitulado ***“O Exercício da Profissão de Professor de Cícero Arpino Caldeira Brant (1880-1972)”*** são apresentadas informações acerca da trajetória deste professor, tendo como principal fonte, o seu livro *“Memórias de um estudante”* publicado em 1949, seus relatórios enviados a Secretaria do Interior e a imprensa diamantinense.

No último capítulo, seguindo a proposta do quarto, é exposto ***“O Exercício da Profissão de Professora de Mariana Corrêa de Oliveira Mourão (1858-1944)”***, primeira normalista diamantinense, de acordo com o jornal a Voz de Diamantina, foi sucessora de Cícero. Os dados de sua biografia e atuação foram descritos através de Mourão (1980), Figueiredo (1991) e Miranda (1999), nos jornais circulantes e nas fontes produzidas no GED. Para finalizar, são descritas as considerações finais sobre este trabalho.



## **2- CAPÍTULO I: UMA BUSCA HISTÓRICA DOS GRUPOS ESCOLARES EM MINAS GERAIS**

Este presente estudo fundamenta-se na busca de vestígios da profissão de professor do Grupo Escolar de Diamantina (1907-1909). Inicialmente será apresentada uma abordagem histórica sobre esse novo modelo de educação primária em Minas Gerais. Em seguida será apresentado o cenário da cidade de Diamantina, na implantação da república, as mudanças ocorridas no âmbito político, econômico e social na transição do império para essa nova forma de governo.

### **2.1- Grupos Escolares, nova forma de educação primária em Minas Gerais no período republicano.**

No período imperial brasileiro, a instrução primária em Minas Gerais era constituída basicamente por escolas isoladas. O ensino era ministrado com crianças em diversas idades e conhecimentos, sob a orientação de um único professor, muitos desses, atuavam em suas casas, sem nenhuma condição de infraestrutura (GIL; CALDEIRA, 2011).

Em virtude de suas características, tais escolas eram vistas como um atraso para a educação do estado, com uma significativa infrequência de alunos, ausência de planejamento, tidas como desorganizadas, esse modelo escolar vigorou por muito tempo. Nos estudos de Faria Filho (2014), identificamos essas instituições como sendo um “pardieiro”, esse autor elenca algumas características desse modelo escolar:

[...] o sistema de instrução estava desorganizado, os (as) professores(as) eram considerados(as), em sua grande maioria, incompetentes, desleais para com o governo, pois fraudavam os livros de registro (matrícula e frequência de aluno(as) para manterem a cadeira funcionando e pouco assíduos ao trabalho. [...] péssimas condições em que trabalhavam: locais e materiais inadequados, baixos salários, dentre muitos outros. Uma das consequências, amplamente divulgadas, era que, nessa escola, a frequência chegava, quando a muito, a 50% da matrícula e o aproveitamento dos/das alunos/as ficava em torno de 30 a 40% dos/das frequentes em muitas vezes nem isto. (FARIA FILHO, 2014, p. 34).

Por meio dessas peculiaridades, fica evidente a desordem na área educacional no império, isso refletia na atuação dos professores, muitas vezes vistos como inaptos para o exercício da profissão e culpados por essa realidade tão agravante. “O governo não

assumia o sistema de instrução pública como sua responsabilidade, transferindo para os professores a culpa de todos os seus insucessos” (CHAMON, 2006, p. 07).

Na república em Minas Gerais, para o professor conseguir uma escola isolada, deveria fazer um levantamento na localidade das crianças em idade escolar. Em 1906 a legislação determinava quarenta e cinco crianças na região urbana e quarenta na rural. A partir daí, era solicitado ao governo a sua criação, era um processo simples, no entanto, trabalhoso, dependia do empenho dos governantes.

O Estado reconhecia, localidade a existência de uma cadeira de instrução pública, regida por um(a) professor(a) cuja matrícula se estendia a um determinado número de alunos(as). A cadeira era portanto, a forma jurídico-institucional de existência de uma turma de instrução primária. O(A) professor(a) era considerado(a) proprietário da referida cadeira, sendo daí por diante plena e completamente responsável por ele perante o Estado que, além de pagar o salário do(a) professor(a), submetia o(a) à fiscalização, segundo determinasse o regulamento de ensino. (FARIA FILHO, 2014, p. 35).

Com o advento da república, veio a necessidade de ter um novo homem, moldado nas concepções modernas republicanas e dentro do sistema capitalista, momento marcado como repúdio a monarquia. Esse período era tido como um futuro desenvolvimentista tanto esperado pelo povo, a escola tinha a incumbência de moldar o novo cidadão.

Educar o povo tornar-se-ia a preocupação central do projeto educacional republicano. O desafio de construir a nação brasileira passava pela necessidade de regenerar o povo, combatendo os maus costumes, o vício, a indolência. (SOUZA, 2008, p. 36).

Para Gonçalves (2006), com a república surge a necessidade de integrar o povo a nova ordem, de alocar o trabalhador livre ao mercado de trabalho, o que evidenciou a imprescindibilidade de reinventar uma nova escola, com a proposta modernizadora da sociedade, o que era uma forma de superação do atraso da instrução primária e uma maneira de formar cidadãos civilizados.

Nesse contexto, há uma nova visão sobre o tipo de homem a ser formado pela escola, qual seja, de um indivíduo moralizado, pensante e produtivo à nação. Podemos observar a enorme preocupação por parte dos republicanos através da atenção constantemente voltada aos avanços educacionais e econômicos dos países civilizados, e nessa perspectiva, empreenderam-se em reorganizar o ensino nos moldes desses países no intuito de garantir a ordem e o progresso da sociedade brasileira. (BERLOFFA; MACHADO, 2012, p. 01).

Em 1906, o presidente do estado de Minas Gerais, João Pinheiro da Silva<sup>4</sup>, visando modificar o ensino primário e normal do estado, deliberou uma reforma educacional, sancionada pela Lei nº 439 de 29 de setembro de 1906. Manoel Thomaz Carvalho Britto<sup>5</sup> estava à frente da secretaria do Interior, órgão do governo responsável pela instrução.

Com a reforma foram instituídos os grupos escolares, para Faria Filho (2014) essas instituições são um agrupamento de escolas isoladas, para Cabral, Azevedo (2016); esse modelo de escola representava um novo ideal de uniformização do trabalho escolar, a sua expansão em Minas Gerais acompanhou o desenvolvimento urbano.

“Neles, e por meio deles, os republicanos buscaram dar a ver a própria República e seu projeto educativo exemplar e, por vezes, espetacular” (VIDAL; FARIA FILHO, 2000, p. 24). Essas escolas graduadas foram criadas pela reunião de várias escolas já existentes, em um único local.

O Grupo Escolar de Diamantina (GED) surgiu da união de quatro escolas isoladas das professoras Liseta de Oliveira Queiroga, Agostinha Sá Corrêa Rabello, Júlia Kubistchek e Mariana Corrêa de Oliveira Mourão, todas foram removidas para o GED em 1907, como registrados nos documentos do Arquivo Público Mineiro<sup>6</sup> e o Jornal *O Norte* (1907).

Para Gonçalves (2004), outras pessoas participaram ativamente da reforma. É atribuído o mérito somente a João Pinheiro, entretanto, políticos, intelectuais e educadores deram sua contribuição, como Wenceslau Braz Pereira Gomes<sup>7</sup>, Delfim Moreira da Costa Ribeiro<sup>8</sup> e os inspetores Raymundo Tavares<sup>9</sup>, Antônio Raimundo da Paixão<sup>10</sup>, Carlos Leopoldo Dayrell<sup>11</sup>, Arthur Queiroga<sup>12</sup> e Estevam de Oliveira<sup>13</sup>.

---

<sup>4</sup> João Pinheiro da Silva nasceu na cidade de Serro MG em 16/12/1860. Foi eleito senador da república em 1905 e presidente de Minas Gerais em 1906. O grande ato do seu governo foi a reforma educacional primária em 1906, faleceu em 25/10/1908, antes do término do seu governo, assumindo seu vice Júlio Bueno Brandão.

<sup>5</sup> Manoel Thomáz de Carvalho Britto, nasceu na cidade de Antônio Dias (MG) 17/01/1872, cursou direito na Faculdade de São Paulo em 1894, exerceu o cargo de secretário do Interior no Governo João Pinheiro (1906-1908) e de interino na Secretaria de Finanças no governo de Júlio Bueno Brandão.

<sup>6</sup> Essas informações foram encontradas no Livro de Nomeações.

<sup>7</sup> Wenceslau Braz Pereira Gomes, nascido em 26/02/1896 na cidade de São Caetano da Virgem Grande (MG), exerceu as funções de deputado estadual, federal, presidente do estado de Minas Gerais de 1909-1910, e vice-presidente da república 1910-1914, faleceu em 15/05/1966 (BRASIL, 2017).

<sup>8</sup> Delfim Moreira da Costa Ribeiro, natural da cidade de Cristina (MG) em 07/11/1868, formado em ciências jurídicas e sociais pela faculdade de São Paulo, exerceu funções de deputado estadual, senador,

Essa reforma destaca-se das demais ocorridas anteriormente no estado, o presidente João Pinheiro deu valor ao ato, uma vez que foi o primeiro da sua gestão, ela veio substituir uma instrução pública decadente, trazendo uma escola graduada e nos moldes da modernidade (GONÇALVES, 2004).

Os Grupos Escolares e o processo de organização deles significavam, portanto, não apenas uma nova forma de organizar a educação, mas, fundamentalmente, uma estratégia de atuação do campo educativo escolar, moldando práticas, legitimando competências, propondo metodologias, enfim, impondo uma outra prática pedagógica e social dos profissionais do ensino, através da produção e divulgação de novas representações escolares. (FARIA FILHO, 2014, p. 47).

Inegavelmente a reforma João Pinheiro (1906) trouxe uma nova forma de educação primária para o estado, pois, propôs dar outro tratamento a instrução mineira, a semelhança do que já havia acontecendo em meio às nações modernas e nos estados de São Paulo e no Rio de Janeiro, tidas como cidades de centro. O fervor de suas ações chegou a Diamantina, no ano de 1907, o Jornal *O Norte*, abordava sobre os benefícios advindos pela empreitada educacional que estava ocorrendo:

Vão produzindo optimos resultados as medidas tomadas pelo actual governo de Minas no sentido de melhorar a instrucção primária do Estado.

Pelas notícias que nos tem chegado em comunicados de diversos logares o aumento da matrícula atinge uma media de 10%.

A obra de salvação do futuro está iniciada cumpre que continue com o mesmo entusiasmo e sem esmorecimentos, como tem feito o ilustre titular da pasta do interior, o dr. Carvalho Britto, que a continuar como até agora, com justiça conquistará o título de benemérito da pátria. (JORNAL O NORTE, 14/02/1907, p. 02).

Nesse sentido, os grupos escolares eram elementos chaves para a formação do cidadão republicano, regulava a vida social das crianças, todas em idade escolar deveriam frequentá-lo. “[...] os grupos escolares como política republicana eram

---

foi presidente do estado de Minas Gerais (1914-1918), além de presidente da república (1918-1919), por fim foi vice-presidente da república, faleceu em 01/07/1920 (BRASIL, 2017).

<sup>9</sup> Raymundo Tavares exerceu o cargo de inspetor técnico de ensino, no governo de João Pinheiro (FARIA FILHO, 1997).

<sup>10</sup> Antônio Raimundo da Paixão exerceu o cargo de inspetor técnico de ensino, no governo de João Pinheiro.

<sup>11</sup> Carlos Leopoldo Dayrell exerceu o cargo de inspetor técnico de ensino no governo de João Pinheiro.

<sup>12</sup> Arthur Queiroga foi professor primário em Diamantina, um dos seus alunos foi Cícero Arpino Caldeira Brant, primeiro diretor do Grupo Escolar de Diamantina, conforme destaca Arno (1949), com a reforma João Pinheiro se tornou inspetor técnico de ensino.

<sup>13</sup> Estevam de Oliveira nasceu na freguesia de São José Turvo, município de Piraí (RJ), exerceu as funções de educador, inspetor técnico de ensino, ativista político, membro fundador da Academia de Letras de Juiz de Fora, além de inspetor escolar.

resultados de intervenção – que indo além das inovações – que se propunham a direcionar a correção de problemas sociais e educativos percebidos” (ARAÚJO, s/d, p. 217).

Com os grupos escolares, o governo mineiro criou uma legislação amparadora, a Lei 439, aprovada em 28 de setembro de 1906, legitimou a reforma, os decretos nº 1947 de 30 de setembro de 1906 (sancionou o programa do ensino primário) e o decreto nº 1960 de 16 de dezembro de 1906 (aprovou o regulamento do ensino primário e normal do estado).

Sendo assim esses educandários trouxeram para os professores outra “forma” do fazer pedagógico, agora racionalizada, havia um regimento para operacionalizar as ações, que ia desde a infraestrutura até a metodologia empregada nas aulas. Essas instituições tinham como objetivo padronizar o ensino primário, nele estava estabelecido o que, e a forma de ser ensinado. Com essa nova forma escolar estava atrelada:

[...] uma representação dos Grupos Escolares como a instituição que, materializando as perspectivas e expectativas mais inovadoras e modernas em termos da instrução primária, significaria um rompimento definitivo com a escola imperial, tradicional e arcaica, cuja representação acabada era a escola isolada. (FARIA FILHO, 2014, p. 36).

Os grupos escolares eram a forma de levar o progresso advindo da república, todas as professoras oriundas de escolas isoladas adotaram a “modernidade” republicana no exercício de sua profissão. Nessa instituição considerada orgânica e graduada havia a seriação das turmas com sexo diferentes ou mistas, havendo diferentes espaços para cada um.

Para Carvalho *et al* (2016, p. 259): “O professor primário deveria se empenhar em educar e inculcar hábitos que iriam promover o desenvolvimento intelectual, moral e físico e produzir alunos aptos, não somente para ler e escrever, mas também para trabalhar”. Os grupos escolares contavam com professores normalistas com melhores condições, para desempenharem seu trabalho, seja em relação aos materiais utilizados fornecidos pelo governo ou pedagogicamente, além de um salário definido, por isso eram feitas tantas exigências a esses profissionais.

O decreto 1960 de 16 de dezembro de 1906, em seu quarto capítulo expressava sobre o pessoal docente na reforma, as professoras eram classificadas como efetivas, adjuntas, auxiliares ou técnicas. A primeira categoria atuava nos grupos escolares, a segunda e terceira nas escolas isoladas de primeiras letras, e os técnicos em aulas profissionais.

O presidente do estado nomeava todos os professores, preferencialmente normalistas, para esses cargos poderiam concorrer pessoas com notória competência no magistério. A legislação apresenta uma fragilidade ao permitir a atuação de pessoas sem o curso normal, uma das causas para a desprofissionalização docente.

**Art. 65:** Só poderão ser nomeados ou designados professores publicos de qualquer categoria ou classe os cidadãos brasileiros que provarem: I-idade de 20 annos, pelos menos, sendo homem, e de 18 pelo menos, sendo mulheres. II- Moralidade e isenção de crimes. III- Isenção de molestia contagiosa e repulsiva ou que impeça por qualquer modo o exercício perfeito do magisterio. IV- Competencia profissional, intellectual e moral. (MINAS GERAIS, 1906, p. 164).

A idade seria comprovada mediante a certidão de nascimento ou a de batismo, uma escola republicana, entretanto, com fortes relações com a Igreja Católica, são as contradições republicanas. Personalidades jurídicas ou policiais comprovariam a moralidade, já a saúde seria atestada por um profissional ligado a área. A competência profissional, intelectual e moral seriam legitimadas pelo governo, conforme as provas que possuísse, essa lacuna acometia a seleção do professorado de acordo com a conveniência dos governantes.

Não há exigência de uma formação mínima, a reforma deixava clara sua “preferência” por professoras normalistas, por isso, no artigo 10º do Regulamento<sup>14</sup>, dizia: “O governo fará desde logo funcionar na Capital uma escola normal destinada exclusivamente ao sexo feminino” (MINAS GERAIS, 1906, p. 157). Através desse viés, a escola republicana vem reafirmar o processo de feminização do magistério.

Para Chamon (2006), a expansão dos sistemas de educação de massa pelo poder público, amplia a participação da mulher como professora primária, cujo movimento é perceptível nos grupos escolares, o governo salientava a preferência por professoras, uma vez que seriam capazes de sujeitar aos mínimos salários.

---

<sup>14</sup> O Regulamento do Ensino Primário e Normal foi aprovado por meio do Decreto 1960, de 16 de dezembro de 1906.

A atuação das mulheres como professoras, só é possível, em virtude da sua entrada nas escolas, isso se dá na metade do século XIX, período de algumas transformações sociais (LOURO, 1997). Nas escolas normais, estabelecimentos de formação de professores, concluíam mais mulheres que homens, essa realidade pode ser constatada na Escola Normal Oficial de Diamantina<sup>15</sup>. A reforma João Pinheiro, ao defender sua predileção por professoras, vem corroborar com Chamon (2006, p. 08):

As mulheres vão sofrendo apelos das políticas públicas para substituírem os homens na “nobre” missão de educar. Não é, entretanto, uma mudança puramente biológica. Ela se inscreve no campo do simbólico e vai impregnando o imaginário social feminino com o discurso da “vocação”. Na realidade, o que muda é o gênero do magistério reforçado pelos interesses hegemônicos, que reforçam os estereótipos sociais sobre as relações de gênero e o caráter missionário do trabalho feminino na esfera pública.

Outros discursos reafirmam os atributos naturais das mulheres para serem professoras, como docilidade, virtuosas, abnegadas. O magistério seria uma extensão da maternidade, por isso há uma forte defesa de um viés religioso, a mulher seria vocacionada, apta a ensinar, uma vez que foi enviada por Deus para o tratamento com as crianças.

A paciência, minuciosidade, afetividade, doação, são outras condições femininas para o magistério, as mulheres detentoras de tantas habilidades são as profissionais ideais para a construção dessa nova cultura escolar e estabelecer essa nova ordem advinda com a república.

Neste cenário, a professora tem a possibilidade de conciliar suas atividades do lar com as pedagógicas, a própria estrutura de ensino permitia esse enlace. As aulas dos grupos escolares começavam às 10h e terminavam às 14h, com exceção do 4º ano, por terem aula do ensino técnico, as atividades eram finalizadas uma hora depois.

Na república, o magistério passa a ser uma profissão feminina, uma tarefa nobre, laços de familiaridade são criados entre as professoras e alunos, começa a surgir algumas formas de tratamento como o de “tia”, tão usual em nossos dias.

Antes do processo de feminização do magistério, a profissão de professor era ocupada exclusivamente por homens. Com a reforma de 1906, houve uma expansão do ensino e com isso mais exigências para os professores, os homens deixam a profissão

---

<sup>15</sup> O Jornal *O Município*, em suas edições publicava os formandos da Escola Normal Oficial de Diamantina, maioria de mulheres.

para ocuparem cargo de inspeção e direção. “Já no início do século XX, as mulheres vão se tornando maioria no exercício da profissão docente, enquanto os homens vão ocupando os postos superiores da hierarquia burocrática” (SÁ; ROSA; s/d, p. 01).

O sexto capítulo do regimento declarava todos os deveres dos professores, esses profissionais deveriam atuar somente nos grupos escolares ou nas escolas normais, não poderiam ter outro emprego seja particular ou público, esse direito seria somente para os professores técnicos, constituídos por homens.

Durante o ano letivo, os professores não poderiam servir de júri, nem compor mesas eleitorais. É vedado morar fora do lugar onde exerce as funções, para evitar danos ao ensino, tais proibições representam uma forma de controle a esse professorado, cuja única atividade deve ser a prática em sala de aula.

Nas escolas isoladas na gestão de João Pinheiro, o professor deve ser assíduo, pontual, apresentar-se decentemente, manter o silêncio, a exatidão, a regularidade, conservar todos os materiais disponibilizados pelo governo, remeter a Secretaria do Interior cópia autenticada de toda a documentação produzida, é um modelo de cidadão a ser espelhado pelos alunos.

No GED atuavam somente professoras, demarcando assim o processo de feminização do magistério na instituição, as oito cadeiras<sup>16</sup> foram todas ocupadas por mulheres, somente no cargo de direção ficou na incumbência de um homem. Faria Filho (2014), traz um discurso do secretário do interior Carvalho Brito sobre o regulamento. Ele expressa sua preferência por mulheres para atuarem como professoras nos grupos escolares e escolas isoladas. Em sua fala fica evidente que escolarizar o povo gera altos custos, por isso, os professores são mal remunerados, a mulher tem mais facilidade de se sujeitar a esse cenário.

O regulamento estabelece a preferência da professora para o ensino primário, é o meio de abrir à mulher mineira uma carreira digna e proporcionar-lhe ensejo de ser útil a pátria. [...] A mulher melhor compreende e cultiva o caráter infantil, e a professora competente é mais apta para a educação sem corrupções do coração e sem degradações de caráter. [...] Acresce que a professora com mais facilidade sujeita-se aos reduzidos vencimentos que o Estado pode remunerar o seu professorado. (MINAS GERAIS, 1906, p. 07 *apud* FARIA FILHO, 2014, p. 144).

---

<sup>16</sup> No terceiro capítulo dessa produção será discutido sobre o primeiro corpo docente do GED.



Para Sá e Rosa (s/d) foram publicadas leis que favoreceram a entrada e a presença das mulheres no magistério e nelas foi estabelecida a necessidade de uma dedicação exclusiva à docência, algo impossível aos homens. A carreira docente possibilitou às professoras o acesso a vida pública, fugindo da lógica feminina à época, baseada em uma vida privada como mãe, esposa e dona de casa.

No governo de João Pinheiro os professores eram classificados nas categorias de efetivos, auxiliares, técnicos e adjuntos, conforme o artigo 53 do regulamento. A seguir estão as classes de professores considerados efetivos:

**Art. 54.** Os professores effectivos comprehendem as seis classes seguintes:

1º Director de grupo escolar da capital

2º Director de grupo escolar de cidade ou villa

3º Professor de grupo escolar da capital

4º Professor de grupo escolar ou villa, e professor de escola isolada da Capital, de cidade ou villa.

5º Professor da escola isolada do districto

6º Professor da escola de colônia. (MINAS GERAIS, 1906, p. 162).

O primeiro corpo docente do GED foi constituído por professoras efetivas, sendo que deste, quatro professoras possuíam escolas isoladas e foram removidas para o grupo. A folha de pagamento do mês de maio de 1908, na parte destinada a observação, traz informações sobre a situação funcional de todos os funcionários. Quanto aos professores adjuntos ou auxiliares a legislação deixava alguns artigos para esclarecer sobre essa categoria de profissionais:

**Art. 91** Poderá ter adjunto ou auxiliar, o professor da escola isolada que apresentar mais de 40 alumnos frequentes, durante o semestre.

**Art. 92** O adjunto ou auxiliar regerá em sala diferente da do professor, sob a direção deste, a classe ou turma que lhe for designada.

**Art. 93** O adjunto será designado pelo governo, mediante proposta do professor, devendo a escolha recahir em algum professor em disponibilidade.

§1º Na falta deste, o professor procurará livremente um auxiliar, que poder ser uma pessoa não titulada, ouvido o inspector escolar.

§2º O adjunto ou auxiliar só será conservado enquanto a escola mantiver a frequencia que lhe deu origem.

§3º O professor designado para adjunto perceberá mais 50% do ordenado que vencia durante a disponibilidade.

§4º O adjunto poderá, quando oportuno, ser aproveitado para exercer o ensino, como professor effectivo em cadeira que lhe for designada. (MINAS GERAIS, 1906, p. 169).

As professoras ao atuarem nos grupos escolares, deveriam utilizar o método intuitivo como determinava o regulamento, uma educação baseada nos cinco sentidos: a

visão, a audição, o olfato, o paladar e o tato, por isso, em sua prática o professor deveria utilizar lições curtas e atraentes, relacionadas com todas as disciplinas a serem trabalhadas.

Segundo o método, o conhecimento deveria ocorrer a partir da percepção dos objetos pela criança, cujo lema era pouco livro e muita reflexão, possibilitando-a a observar, refletir e expor o que observou, até chegar a um conhecimento superior. Verificou-se que as crianças podiam aprender de um modo mais fácil, utilizando-se desses recursos. As Lições de Coisas deveriam partir do simples para o complexo, do concreto para o abstrato, do particular para o geral e da síntese para a análise. (KLEIN, s/d, p. 04).

Esse método contribuiu para alterar a atuação das professoras acostumadas com um método tradicional, marcado pela centralidade do professor no processo de ensino-aprendizagem. No intuitivo prevalece a atividade dos alunos, ao invés de ensino, os resultados de aprendizagem ficam de lado, para darem lugar ao processo de construção dos mesmos. “Ensinar a aprender é, pois, uma máxima e uma característica dessa escola” (FARIA FILHO, 2014, p. 218).

A imposição desta metodologia de ensino veio contribuir com uma nova forma de “ser” professor, com ela vieram mudanças operadas na forma de ensinar, gerando consequentemente um questionamento sobre a competência das professoras.

Estamos aqui num terreno muito interessante das representações pedagógicas relacionadas à educação dos sentidos, da sensibilidade, das emoções e da relação dessa (educação) com o conhecimento. Com certeza, o canto, mas também as comemorações, as festas, as “aulas de urbanidade”, os espetáculos foram, ao longo da primeira república (e mais nos períodos autoritários posteriores), utilizados como poderosos mecanismos de educação e conformação de corpos e mentes. (FARIA FILHO, 2014, p. 116).

O método deveria ser incorporado na prática pedagógica das professoras, tendo como base as disciplinas e os conteúdos a serem ensinados, conforme o programa de ensino, caso isso não fosse feito, elas seriam alvos dos diretores e inspetores responsáveis por controlar as atividades escolares.

Com a reforma, surgiu o cargo de diretor, para exercer tal função poderia ser uma normalista do grupo ou uma personalidade da cidade, Faria Filho (2014, p. 130) ressalta que “[...] a criação da função de direção dos grupos escolares significava um momento de introdução, na educação primária, de formas mais racionais de ensino, controle e administração inspirados nos processos de organização do trabalho fabril”.

Faria Filho (2014, p. 130) cita a parte do Regimento Interno dos Grupos Escolares e das Escolas Isoladas de Minas Gerais (1908), onde é esclarecida a atuação dos diretores:

O êxito dos grupos escolares depende, em regra, de sua direção. Os diretores são almas destes estabelecimentos, depende de sua boa vontade, de seus esforços, de sua competência, de seu patriotismo, a divisão regular dos trabalhos escolares, a fiscalização permanente, a uniformidade na execução dos programas, o estímulo aos professores e alunos, a ordem, a disciplina e a higiene, sem o que não realizam os grupos escolares os intentos de sua vocação. (MINAS GERAIS, 1908).

O diretor era a figura do Estado na instituição, dentre as inúmeras atribuições, controlava as atividades das professoras e demais funcionários, com o propósito de obediência a legislação em vigor, considera-se esse cargo como um mecanismo de controle criado pelo governo.

Nesse cenário, era função do diretor, além do zelo pela instituição de ensino sob o seu comando, ter a iniciativa para a construção dessa nova cultura escolar mais racional, capaz de difundir novas práticas, ideias, princípios, hábitos e ritos institucionalizados pela nova organização política da sociedade republicana, em processo de implementação. (CABRAL; AZEVEDO, 2012, p. 188).

Por serem os dirigentes da instituição, os diretores dos grupos escolares deveria fiscalizar o trabalho de todos os funcionários, principalmente, o pedagógico das professoras e tinha que enquadrar todos na modernidade da educação, advinda com a república.

O serviço administrativo da escola contava com a participação da servente, do porteiro. Já o pedagógico era composto por todas as normalistas do grupo escolar, o diretor tinha tanto incumbência administrativa, quanto pedagógica, as fontes dessa pesquisa esclarecem sobre essa realidade.

Por ser a figura com maior status no grupo escolar, atuava como disciplinador, deveria cobrar a ordem aos alunos e professores, para que houvesse um distanciamento da rua à escola. O 26º artigo do Regulamento da Instrução Primária e normal do estado traz essa incumbência, pode-se afirmar que há o controle e a intenção da vigilância sobre as condutas das pessoas fazem parte dessa escola moderna.

Cabia ao diretor o sucesso ou fracasso das instituições que estavam à frente. Eles foram responsáveis por executar a reforma, de fazer a escolarização em torno do projeto

republicano, liberal e civilizatório, de promoção e difusão do ensino, como um meio de modernizar a sociedade, para um novo tempo de ordem e progresso (CABRAL; AZEVEDO, 2012).

O diretor era um meio de comunicação do grupo escolar com a Secretaria do Interior, eles deveriam enviar relatórios<sup>17</sup>, demandas do corpo docente e discente, eram referências para o governo. “Art. 27: As directorias dos diversos grupos deveriam se considerar como elementos da inspecção geral do ensino e, portanto, fontes de informação e de esclarecimentos à disposição do governo” (MINAS GERAIS, 1906, p. 159).

O diretor desenvolvia nos funcionários sob sua jurisdição, competências técnicas, entusiasmo e amor às funções, dessa forma produzia uma identidade para o profissional da educação. Nesse sentido passaram “[...] a cumprir um papel importante de legitimação das professoras e dos funcionários diante da Secretaria” (FARIA FILHO, 2014, p. 131).

Nesta produção foram escolhidos somente os professores que ocuparam o cargo de direção<sup>18</sup> do GED, para serem objetos de análise do exercício de sua profissão de professor, pela riqueza de dados encontrados. Foi escolhido Cícero Arpino Caldeira Brant, primeiro diretor e a sua gestão foi de setembro de 1907 a agosto de 1909 e a normalista Mariana Corrêa Oliveira Mourão, empossada no ano de 1909, que permaneceu até o ano de 1916, data de sua aposentadoria.

Cícero Arpino Caldeira Brant, bacharel em direito, ficou no cargo até uma tentativa de fechamento do grupo. O governo alegou que a instituição não estava com frequência considerável de alunos. Nenhuma das fontes produzidas e analisadas na fase inicial do GED relatam esse episódio, somente o jornal *O Norte* em sua edição de 18 de agosto de 1909.

Nas capitais era frequente mulheres ocuparem o cargo de direção dos grupos escolares, em algumas do interior, os homens assumiam, no caso de Diamantina, há

---

<sup>17</sup> No Grupo Escolar de Diamantina, os relatórios enviados pelo diretor Cícero Arpino Caldeira Brant ao governo mineiro, constavam solicitações de materiais didáticos para as aulas, relato dos índices de frequência dos alunos, termos de promoção, demandas das professoras. Essa burocratização da escola vem tornar o diretor, um cargo de gabinete.

<sup>18</sup> O quarto capítulo dessa dissertação versa sobre o exercício da profissão de professor de Cícero Arpino Caldeira Brant, são discutidos aspectos de sua formação e atuação. O mesmo foi realizado com a diretora Mariana Corrêa de Oliveira Mourão, no quinto capítulo.



Por ser de grande responsabilidade, o cargo de diretor do GED, havia uma remuneração maior se compararmos com a das professoras e demais funcionários. Pelos dados fornecidos pelo livro de Folhas de Pagamento, encontramos que o salário do diretor corresponde a 250\$000, das professoras 150\$000, do porteiro 80\$000 e da servente 63\$333.

A partir dessa abordagem histórica sobre a instauração dos grupos escolares em Minas Gerais no período republicano, na próxima seção discutiremos sobre o cenário da cidade de Diamantina na implantação da república.

## **2.2- A implantação do modelo republicano no Brasil e o reflexo na cidade de Diamantina-MG.**

No período imperial, Diamantina por muito tempo, ocupou lugar central no Brasil, devido a sua riqueza de diamantes. Ela era palco para a solução de problemas políticos, religiosos, educacionais, econômicos das cidades ao seu entorno, além de manter fortes relações com a capital da época, Ouro Preto. Anteriormente denominada Arraial do Tijuco, foi ocupada principalmente pela abundância de recursos minerais como o diamante. Foi elevada a categoria de município, no ano de 1831, em 06 de março de 1838 e recebeu a classificação de cidade, de acordo com Silva (1975) *apud* Vieira (2012) *et al.*

Por isso, o Tijuco permaneceu como arraial por todo o século XVIII, juridicamente dependente da Vila do Príncipe. Apenas em 1831, por decreto imperial, o Tijuco foi elevado à condição de Vila Diamantina e, sete anos depois, foi criada a cidade de Diamantina. (SILVA, 2015, s/p).

A proclamação da república em 1889, não contou com a participação do povo, em Diamantina. Edésia Corrêa Rabello, uma das professoras do GED, retrata como foi esse acontecimento, a notícia da implantação de um novo governo no Brasil chegou a Diamantina após dois dias do acontecimento.

Esperava-se a qualquer hora a proclamação da República. 16 de novembro de 1889, aniversário de Tia Zinha. Numa recepção em sua casa, conversava-se sobre política. Alguns profetizavam a proclamação nos próximos dias; outros, que a República não viria naquele século. A República já estava proclamada desde 15 de

novembro , mas a notícia só chegou em Diamantina no dia 17. (RABELLO, 1964, p. 94).

A república propôs trazer mudanças sociais, políticas e econômicas como vimos na primeira parte deste capítulo, essas transformações requereram tempo para adequar e mecanismos para que isso acontecesse. O GED foi um instrumento republicano em Diamantina, na difusão de valores e na construção desse novo cidadão.

No final do século XIX, o município de Diamantina na dinâmica social de uma pequena cidade do interior, no estado de Minas Gerais, vivia também o momento de transição tanto pela instalação do novo regime republicano, quanto também pela decadência da extração de diamantes e a tentativa de migrar para atividade industrial e comercial. (VIEIRA; OLIVEIRA; GONÇALVES NETO, 2012, p. 07).

Para Martins (2008), a proclamação da república trouxe para Diamantina mudança de cunho político, segundo o autor, houve o declínio das famílias Felício dos Santos e os Mata Machados<sup>21</sup>, conhecidos por serem adeptos aos monarquistas e ascensão das famílias Mourão<sup>22</sup> e Caldeira Brant<sup>23</sup>. Martins (2008) elenca alguns políticos influentes em Diamantina, no início da república, todos estão descritos no quadro abaixo:

**Quadro 02:** Políticos diamantinenses na Primeira República.

NOME	CARGOS ESTADUAIS	CARGOS FEDERAIS
Pedro da Mata Machado	Senador (1907-1922)	Deputado (1912-1914, 1918-1920, 1933-1937).
Augusto M. Caldeira Brant	Deputado (1920)	Deputado (1921)
João E. Caldeira Brant	Deputado (1935-1937)	
Olimpio J. Oliveira Mourão	Deputado (1899-1902) Senador (1903-1930)	
Francisco Oliveira Lessa	Deputado (1923-1930)	
Herculano C. Pereira Silva	Deputado (1906) Chefe de Polícia (1913-1914)	Deputado (1918-1920)
Pe. Celestino Chaves	Deputado (1891-1902)	
Cônego Manoel A. Pereira	Deputado (1891-1898)	
João A. Lopes Figueiredo	Deputado (1907-1924)	
José R. Teles de Menezes		Deputado (1897-1899)
Juscelino Barbosa	Deputado (1897-1899) Secretário de Fazenda (1908-1910)	Deputado (1895-1898)
Antônio O. dos Santos Pires	Presidente (Nov 1889)	Deputado (1891-1896) Ministro de Aviação (1894-1896)

<sup>21</sup> As professoras do GED Edésia Corrêa Rabello e Hilda Rabello da Mata Machado pertenciam à família Mata Machado, possuíam influência no cenário político da cidade de Diamantina.

<sup>22</sup> A segunda diretora do GED Mariana Corrêa de Oliveira Mourão, casou-se com Olímpio Júlio Mourão, um dos mais influentes políticos diamantinenses, como será descrito no quinto capítulo desta produção.

<sup>23</sup> O primeiro diretor do GED Cícero Arpino Caldeira Brant pertencia à família Caldeira Brant, um dos possíveis motivos de sua escolha para o cargo.

Fonte: Martins (2008, p. 05).

Os políticos republicanos em Diamantina, para darem visibilidade a essa nova forma de governo, implementaram várias medidas no período de 1889 a 1930, seja de cunho político, econômico ou social:

a) a abertura de estradas de rodagem no Alto Jequitinhonha e a construção de ramal ferroviário que alcançasse a cidade; b) o controle da Administração dos Terrenos Diamantinos, impedindo a sua transferência para a nova capital; c) a atração de órgãos públicos estaduais e federais para a cidade, reforçando o peso político-administrativo de Diamantina no Norte mineiro e; d) a viabilização de recursos para obras de melhoramentos urbanos na “Atenas do Norte”. (MARTINS, 2008, p. 04).

Para Vieira *et al* (2012), a trajetória histórica de Diamantina é marcada por uma contradição econômica e cultural, por um modelo de opressão, riqueza, pobreza, escravidão que sustentou o luxo de uma camada específica da sociedade, esses são os possíveis entraves para o desenvolvimento da região.

A economia da cidade, marcada pela mineração, no ano de 1867 tem o registro da instalação da fábrica de Biribiri<sup>24</sup>, projeto de teor familiar liderado pelo primeiro bispo de Diamantina, Dom João Antônio Felício dos Santos, empreendimento que tinha como objetivo custear as despesas do Seminário Arquidiocesano e do Colégio Nossa Senhora das Dôres.

As mudanças propostas pelo modelo republicano não foram totalmente correspondidas. Diamantina é marcada por um contexto sócioeconômico muito estável, em virtude de crises e por problemas de ordem estruturais para trazer mudanças efetivas.

Na área do abastecimento de alimentos, abateu uma crise de alimentos na cidade, em razão dos tropeiros não procederem como de costume, transportando os alimentos entre comunidades de origem (Rio Vermelho, Penha, Peçanha, Rio Manso, Araçuaí e outros) e Diamantina. Por manifestarem contrário aos altos impostos ali cobrados à época e terem uma deficiência de estradas que aumentasse o fluxo de comunicação com outras comunidades. A Câmara agiu a favor de isentar ou abaixar impostos de produtos de primeira necessidade. (VIEIRA; *et al*, 2012, p. 08).

---

<sup>24</sup> “A região do Biribiri se localizava a 12 quilômetros da sede do município de Diamantina/MG, numa região de difícil acesso” (BORGES, 2015, p. 04).



A área da educação em Diamantina, no período da implantação da república, foi marcada pela transição entre existência das escolas isoladas de primeiras letras, algumas delas sob o comando de professoras que foram atuar no GED, como Mariana Mourão, Júlia Kubitscheck, Agostinha Rabello, Liseta Queiroga e a instalação de instituições republicanas, no caso específico o GED.

Para a formação do professorado, existia a Escola Normal Oficial de Diamantina, extinta em 1906, anexa a ela funcionou o Externato. Arno (1947, p. 16) fala da instituição: “[...] comecei a cursar o Externato, anexo a Escola Normal, funcionando ambos no largo do Conselheiro Mata Machado, no mesmo edifício tradicional, em que, dezessete anos (em 1907), se inaugurou solenemente o Grupo Escolar de Diamantina”.

Outra instituição educativa em Diamantina foi o Colégio de Nossa Senhora das Dôres, criado em 1866, pela Congregação das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo. O educandário começou a funcionar em 1867, na rua da Glória, foi responsável por educar várias meninas e mulheres do norte e nordeste de Minas Gerais e da Bahia (DIAS; LAGE, 2015).

Neste cenário, marcado pela influência da escravidão, por uma economia mineral decadente e uma expressiva desigualdade social, surge em 1907 o Grupo Escolar de Diamantina, escola nos moldes republicanos. Para uma melhor sistematização dos dados, apresentaremos no próximo capítulo, os caminhos percorridos nesta pesquisa, para a busca da profissão de professor.

### **3- CAPÍTULO II: CAMINHOS PERCORRIDOS NA BUSCA DA PROFISSÃO DE PROFESSOR**

Este presente estudo busca os registros do exercício da profissão de professor no Grupo Escolar de Diamantina (1907-1909), neste capítulo será discutido sobre os caminhos percorridos através da pesquisa, para esse fim.

Para fundamentar as discussões acerca da profissão de professor, utilizaremos a tríade de análise: profissionalismo, profissionalidade e profissionalização (VIEIRA, 2009)<sup>25</sup>. No sentido de apontar direções sobre a atuação docente, qual é a identidade desse professor (a)? Como ocorreu seu processo formativo? Como se deu sua trajetória na área da educação?

Em seguida, para melhor sistematização dos dados, serão apresentados os pressupostos metodológicos desta pesquisa, que consistiram em uma revisão de literatura sobre os temas grupo escolar e profissão de professor e como coletas de dados análise de documentação histórica.

#### **3.1- Profissão de Professor: profissionalização, profissionalidade e seus diversos profissionalismos.**

Existem uma multiplicidade de sentidos nas categorias de análise profissionalismo, profissionalidade e profissionalização. O presente estudo utilizará as abordagens de Nóvoa (1991), Contreras (2012) e Vieira (2009). Mesmo havendo uma polissemia de significados nestes conceitos, estes são interdependentes e modelam a autonomia do professor.

A profissionalização é histórica, externa e hierárquica no processo de construção da autonomia profissional (VIEIRA, 2009), ela está presente na construção da identidade do profissional do professor, por isso, mantém uma dependência com o contexto, sendo portanto, uma construção cultural, fazendo que este termo seja usado em diferentes sentidos.

---

<sup>25</sup> A tríade proposta por Vieira (2009) em sua tese de doutorado intitulada: “*Profissionalismos do professor de momentos a trajetórias: profissionalização, profissionalidade e autonomia profissional - Uberabinha (1907-1929)*”. Trabalho orientado pelo professor Dr. Wescelau Gonçalves Neto, defendido em 2009 na Universidade Federal de Uberlândia.

O caráter histórico é fruto do percurso do ofício ao longo do tempo, as leis que amparam o trabalho do professor, a criação de estabelecimentos especializados de formação, além da história de vida, aspectos que refletem em sua atuação profissional.

A profissionalização traz algumas demarcações para o professor, como o reconhecimento público no tempo destinado ao exercício da profissão, e por meio do suporte legal são expressos os direitos, deveres, proibições e vinculações hierárquicas e a criação de instituições de formação.

A reforma João Pinheiro (1906), contribuiu para a profissionalização do professor mineiro do início do século XX. Com ela surgiu um regulamento<sup>26</sup> do ensino primário e normal, nele foi imposto o perfil do professor primário republicano em Minas Gerais, principal responsável na construção do novo homem educado e apto ao trabalho.

A lei estabelecia a idade mínima para os professores, no caso dos homens deveriam possuir vinte anos de idade e as mulheres dezoito, para ingressar no magistério era preciso comprovar a moralidade, como a ausência da prática de crimes, atestado de estarem com a saúde em dia, além de validar a competência profissional, intelectual e moral.

Para comprovar a idade, seria utilizada a certidão de nascimento ou a de batismo. A moralidade seria comprovada mediante atestado feito pelas personalidades jurídicas ou policiais, a saúde seria atestada por um profissional ligado a área. A competência profissional, intelectual e moral seriam legitimadas pelo governo, conforme as provas que possuísse, essa lacuna acometia a seleção do professorado de acordo com a conveniência dos governantes, fator que favorecia o predomínio de algumas famílias nas instituições públicas.

Não há exigência de uma formação mínima, a reforma deixava clara sua “preferência” por professoras normalistas, por isso no artigo 10 do Regulamento<sup>27</sup>, dizia: “O governo fará desde logo funcionar na Capital uma escola normal, destinada

---

<sup>26</sup> O Regulamento do Ensino Primário e Normal foi aprovado por meio do Decreto 1960 de 16 de dezembro de 1906, o quarto capítulo desse documento trazia todos os deveres dos professores primários.

<sup>27</sup> O Regulamento do Ensino Primário e Normal foi aprovado por meio do Decreto 1960 de 16 de dezembro de 1906.

exclusivamente ao sexo feminino” (MINAS GERAIS, 1906, p. 157), desta forma, a escola republicana vem reafirmar o processo de feminização do magistério.

O regulamento como uma forma de profissionalização do professor, trazia expresso mais deveres que direitos, este documento representa uma forma do controle do professorado, nem sempre as leis são criadas visando a melhoria do exercício profissional, nem tão pouco a qualidade na educação, mas sim, para monitorar a categoria.

A lei exigia sua “preferência” por normalistas, ao exigir uma formação mínima dos professores, o governo criou escolas normais, a fim de prepará-los. No processo de profissionalização do professor, há criação de estabelecimentos apropriados para a formação desses profissionais e nestas instituições são apresentados como deve ser esse professor.

Atualmente fala-se muito do professor vocacionado para as atividades de ensino, deixando assim, o processo formativo como algo secundário. São apontadas características como amor, paciência, missão sacerdotal. É cobrado o domínio de técnicas de ensino e atendimento às necessidades do alunado, tais discursos são incorporados nas escolas e consequentemente naturalizados pela sociedade.

A profissionalização é um movimento ideológico, quando repousa novas representações da educação e do ser professor no sistema educativo. Com a reforma João Pinheiro, houve a instauração de uma nova cultura escolar, a educação primária e normal do estado sofreu várias modificações, remodelando a concepção de instrução primária em Minas Gerais.

No Brasil republicano a profissionalização foi marcada pelo Estado com a iniciativa de formar e exigir um novo modelo de professor, para os reformadores, esse profissional tem a tarefa primordial de difundir os ideais republicanos, através de uma prática pedagógica embasada no civismo, na intelectualidade e na moral.

Alusiva a profissionalização está a profissionalidade, esse termo evidencia a dimensão relativa ao conhecimento, aos saberes, técnicas e competências necessária no exercício da profissão, por meio dela, o professor adquire habilidades para desempenhar suas atividades docentes e os saberes advindos de sua categoria.

Para Contreras (2012), a profissionalidade é uma forma de resgate do que há de positivo no trabalho da docência, este termo mantém uma relação direta com os componentes dos processos de apropriação da base de conhecimento da docência como profissão. Nesta lógica, ela é uma força interna do professor, todas essas competências estão centradas no sujeito.

Vieira (2009) classifica a profissionalidade com uma das forças estruturantes da identidade do professor, tem como função nutrir a autonomia profissional, por isso, é norteada de questões relativas a princípios e valores, respeito à obrigação moral, ao compromisso com a sociedade e a competência.

Em seus estudos, Vieira (2009) identificou a ausência do vocábulo profissionalidade no dicionário, esse autor estabelece uma série de apontamentos acerca desse conceito, como sendo de uma natureza abstrata, é algo interno ao professor, portanto, faz parte de sua subjetividade. De forma sistêmica gera diversos profissionalismos.

Para analisar a profissionalidade é preciso compreender os aspectos relativos à sua prática profissional, deve-se levar em consideração a sua cultura, identidade, a capacidade desse sujeito em exercer seu trabalho, seus saberes e principalmente sua trajetória.

A reforma João Pinheiro, contribuiu para alterar a profissionalidade do professor, os princípios norteadores desta proposta pedagógica foram inseridos no currículo das escolas normais, a fim de moldar os novos profissionais do ensino, essa modernidade republicana, com o tempo foi sendo adequada:

[...] e por persistência e estímulo, com o passar do tempo desenvolve, na relação com a profissionalidade, movimento de tendência ao equilíbrio e predominância do novo. Tal equilíbrio ocorrerá num processo posterior, em que aspectos da profissionalidade do professor processarão e assimilarão novos princípios, num momento de acomodação na identidade profissional do professor. (VIEIRA, 2009, p. 74).

A profissionalidade advinda com a reforma foi adequada na prática dos professores que já atuavam antes dela, ou passou por uma forma de resistência. Na prática docente são impulsionados saberes que são alterados, conforme a necessidade,

as normalistas<sup>28</sup> detentoras de escolas isoladas removidas para o Grupo Escolar de Diamantina em 1907, tiveram que adequar a onda renovadora republicana.

O teórico Contreras (2012), aponta três dimensões que originam a profissionalidade “a obrigação moral, compromisso com a comunidade e a competência profissional”, todas convergem sobre a autonomia do professor, a seguir veremos mais detalhes sobre cada uma delas:

A obrigação moral supõe um compromisso para quem o realiza, o professor está comprometido com seus alunos e alunas, “[...] é preciso atender o avanço na aprendizagem de seus alunos, enquanto não se pode esquecer das necessidades e do reconhecimento do valor que, como pessoas, lhe merece todo o alunado” (CONTRERAS, 2012, p. 85).

Ela advém do compromisso assumido enquanto pessoa livre, isso está relacionado com o aspecto emocional, mas não é dependente desse, para Vieira (2009) todas as ações dos professores tem consequências morais. Dessa forma, ela acarreta uma maior autonomia profissional, o professor em sua prática pode assumir várias posições como de agentes, formador-transformador, ou de formador-conservador, essa posição depende do contexto no qual ele está inserido.

Na comunidade o professor compartilha várias ideias, desejos, embates, nesse sentido ele se torna um agente político, como parte de sua tarefa profissional. Na república ele tem o compromisso de formar os cidadãos da forma que determinava os governantes, para que assim, o passado imperial fosse esquecido.

Segundo Contreras (2012), a competência profissional transcende o sentido puramente técnico do recurso didático, por isso, ela evidencia uma maior atuação do professor. Para Vieira (2009) na realização do trabalho profissional do professor, há necessidade de ir além do domínio de habilidades, técnicas, recursos para a ação didática.

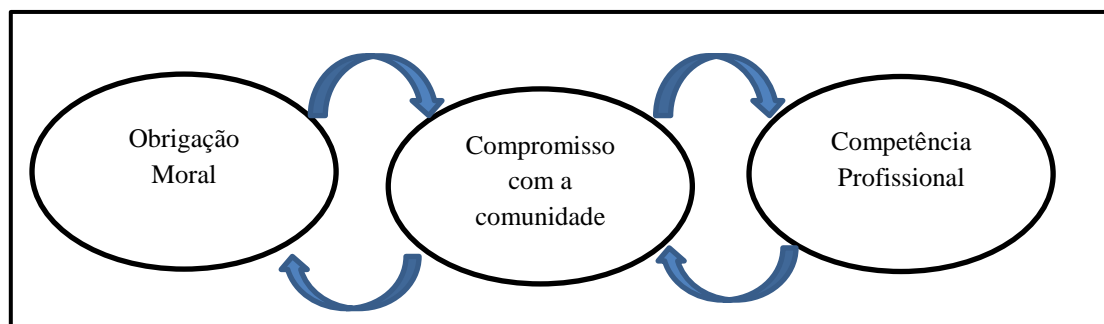
A competência profissional do professor é classificada em intelectual e técnica, ambas contribuem para a profissionalidade do professor. “Caso haja aumento de uma e

---

<sup>28</sup> O Jornal *O Norte* em sua edição de 27/09/1907 foram publicadas as remoções das professoras que possuíam escolas isoladas: Mariana Corrêa de Oliveira Mourão, Liseta de Oliveira Queiroga, Júlia Kubitscheck e Agostinha Sá Corrêa Rabello.

restrição da outra, haverá comprometimento no desenvolvimento da competência profissional, e por assim, no desenvolvimento da profissionalidade do professor” (VIEIRA, 2009, p. 89).

**Figura 02:** Dimensões da Profissionalidade Contreras (2012).



Autoria: do próprio pesquisador.

Pela figura 02, nota-se que as dimensões da profissionalidade estão em constante movimento, há uma relação de interdependência entre elas, através dessa mobilidade há um remodelamento das características do profissional na atuação docente.

Tanto a profissionalização, quanto a profissionalidade incidem sobre o profissionalismo do professor, concebido como um processo sistêmico de identificação do caráter profissional do exercício habitual de ensinar. Está relacionada com cada contexto social (VIEIRA, 2009). Essa categoria, muitas vezes é relacionada ao adjetivo, onde são expressas qualidades no exercício de uma profissão, onde surgem juízos de valor acerca do profissional.

Com o passar do tempo surgem novos profissionalismos para o professor, isso tem refletido na prática docente, esse conceito por ser social e culturalmente construído, está em constante transformação, os docentes tem respondido a esses desafios em diferentes modos com o passar do tempo.

Ao abordar sobre o profissionalismo docente deve-se levar em consideração o contexto social, no qual o professor está inserido uma vez que é nele, onde ocorrem as relações políticas, econômicas e culturais. As mudanças ocorridas no mundo afetam a prática do professor, por isso, o vocábulo profissionalismo é dinâmico e contextualizado, conceito que está em constante construção.

O profissionalismo exigido para o professor pode funcionar como uma forma de controle, isso pode ser feito pelo estado ou pelas associações representativas da categoria, com o propósito de legitimar as práticas e licenciar esses profissionais.

Diante desse controle, ora estatal, ora exercido pela categoria profissional, os fundamentos sobre o profissionalismo nutrem um conceito variável, dependente da onda renovadora que ocorre no decurso do tempo no contexto socioeconômico e cultural. (VIEIRA, 2009, p. 57).

No período republicano, com as mudanças ocorridas na área educacional, houve um remodelamento do profissionalismo do professor, ao criar cargos de direção e inspeção do ensino, inserindo nessa escola a racionalidade técnica. Tinham como tarefa legitimar as práticas dos professores, caso algum deles não seguisse a norma, receberiam punições disciplinares ou a demissão do cargo.

Com a reforma foi imposto ao professor quais conteúdos e a forma que seriam ensinados, no currículo<sup>29</sup> dos grupos escolares foram inseridas atividades com o propósito de desenvolver o amor à pátria, como as aulas de cantos, de história do Brasil e as evoluções militares. “[...] as práticas nas reformas foram na direção oposta à retórica, em que a participação dos professores se traduzem na fé à nação, e não no aumento do raciocínio crítico” (VIEIRA, 2009, p. 61).

Este controle exercido pelo Estado parte de pessoas ligadas à economia, alterando a atuação do professorado, de maneira significativa, obedecendo a legislação, o governo chancelaria ao professor sua competência profissional, intelectual e moral, como determina o regimento, não com a finalidade de melhorar o ensino.

Assim apesar da visão do profissionalismo de grande parte da literatura atribuir ao professor a concepção de desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade, houve uma contradição com a inserção de aspectos advindos da retórica da profissionalização, como o aumento de monitoramento e da intensificação do trabalho que, associada às discussões das características ideais para o ingresso, de atributo ético-profissionais, do uso de uma linguagem técnico-científica, projetando para atingir um status de profissional atualizado. (VIEIRA, 2009, p. 63).

As reformas educacionais como cita Popkewitz (1997) *apud* Vieira (2009), tem como finalidade aumentar o profissionalismo dos professores. No entanto, isso é

---

<sup>29</sup> No terceiro capítulo dessa produção há uma análise sobre o currículo da reforma João Pinheiro.

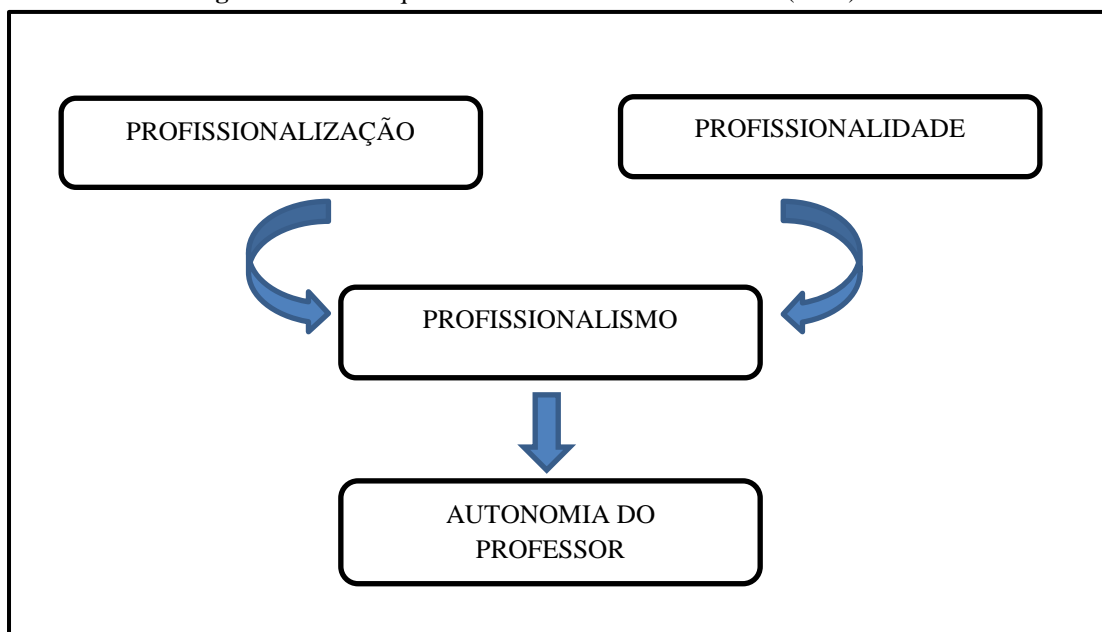


alcançado mediante um aumento da profissionalização do conhecimento. O estado ao criar as reformas, torna-se um dispositivo legal, alterando as regras sociais.

Vieira (2009) defende a perspectiva do profissionalismo do professor, pois, existem duas forças que são opostas, interdependentes, que remodelam a autonomia profissional. A primeira é a profissionalização, ela altera a prática do professor com restrição, já profissionalidade, enfatiza a expansão da autonomia.

Há uma relação de interdependência entre a tríade, a profissionalização, ao estabelecer determinações para alterar a prática do professor com restrição, nela é dada uma importância sobre os procedimentos técnicos e administrativos, que aumentam o controle sobre o professor. Já na profissionalidade há um estímulo à criatividade, flexibilidade e ao raciocínio crítico. Ambas recaem sobre o profissionalismo do professor, interferindo em sua autonomia como demonstra a figura 03.

**Figura 03:** Tríade que incide sobre a autonomia Vieira (2009).



Autoria: do próprio pesquisador.

Na pretensão de evidenciar aspectos da tríade no primeiro corpo docente do Grupo Escolar de Diamantina, nos próximos capítulos veremos dados sobre a trajetória histórica das professoras e do diretor Cícero Arpino Caldeira Brant. Através das análises documentais realizadas, foram encontradas muitas informações sobre a atuação dos professores Cícero Arpino Caldeira Brant e Mariana de Oliveira Corrêa Mourão, mas antes, veremos as fases de realização desta pesquisa apresentadas na próxima seção.

### 3.2-Pressupostos Metodológicos

Este presente estudo busca compreender o exercício da profissão de professor no Grupo Escolar de Diamantina (1907-1909), o encantamento pelo campo investigativo da história da educação. Surgiu em uma unidade curricular do curso de Humanidades da UFVJM, denominada “*Seminários de Educação*”, pela primeira vez tive contato com pesquisas voltadas para essa área.

Em uma das aulas desta disciplina, a professora responsável Dra. Paula Cristina David Guimarães, apresentou sua pesquisa de mestrado<sup>30</sup>, onde trazia aspectos da infância pobre de São João Del Rei, no período de 1925 a 1930, por meio de sua explanação. Surgiram vários questionamentos acerca da história da educação de Diamantina, quais são seus indícios no século XX? Quais fontes permitem historiá-la? Onde as crianças diamantinenses tinham acesso ao conhecimento?

Demonstrei interesse em desenvolver meu trabalho de conclusão de curso, voltado para a área da história da educação, como primeira tarefa, pesquisei qual foi a primeira instituição de ensino primária pública de Diamantina no século XX. Em pesquisas realizadas na Biblioteca Antônio Tôrres, identifiquei o Grupo Escolar de Diamantina (GED), criado e instalado em 1907, atualmente é denominado Escola Estadual Matta Machado.

Na fase seguinte da pesquisa, marcamos uma reunião com a direção da escola, fomos bem recebidos. Visitamos pela primeira vez o arquivo da instituição, localizado em um local pequeno, no entanto, muito bem organizado. A professora Dra. Paula me ofereceu luvas e máscara e me orientou sobre os procedimentos no trabalho com arquivos históricos.

A cada visita ao arquivo, era uma descoberta! Como diz Paes (2005) o trabalho nos arquivos históricos é fascinante, tive essa sensação. O cheiro característico daquelas fontes primárias produzidas em 1907, os detalhes em cada documento, a caligrafia utilizada, me encantavam. Depois de identificadas as fontes e catalogadas, decidimos a temática da monografia: arquivos escolares.

---

<sup>30</sup> A pesquisa intitulada “*Tudo presta a quem tudo precisa: Discursos sobre a escolarização da infância pobre veiculados pela Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1930)*” de autoria de Dra. Paula Cristina David Guimarães, sob a orientação do Dr. Laerthe de Moraes Abreu Jr, defendida em 2011 na UFSJ.

Depois de um ano de pesquisa, apresentei em maio de 2015, a versão final da monografia intitulada ***“O arquivo da Escola Estadual Matta Machado: Fonte de pesquisa para a história da educação de Diamantina (1907-1930)”***. Nesse trabalho elenquei todos os documentos presentes na escola, desde a sua fundação até 1930, que podem servir de fonte para a realização de pesquisas históricas.

Essa produção foi dividida em três capítulos, inicialmente apresentei os pressupostos metodológicos da pesquisa, em seguida, expus sobre a produção acadêmica voltada para os arquivos escolares, utilizei as autoras Mogarro (2005), Bonato (2005) e Barletta (2005). Por fim, nas discussões dos resultados, apresentei o arquivo da Escola Estadual Matta Machado, identifiquei como documentos os livros de Promoção, Folhas de Pagamento e de Caixa Escolar, todos com data de fundação de 1907. Além do estatuto da Caixa Escolar (1912) e o título IV do estatuto da caixa escolar de 1926.

Ao catalogar os dados dessa pesquisa, surgiram várias inquietações sobre a primeira constituição do corpo docente do Grupo Escolar de Diamantina: quem eram essas professoras? Por que foram essas as selecionadas para atuarem na instituição? Quem foi o primeiro diretor? Como consistia o processo de escolha? Como funcionava o trabalho pedagógico no Grupo Escolar de Diamantina?

Após concluir o curso de Humanidades, apresentei ao PPGEd, uma proposta de pesquisa voltada para o Grupo Escolar de Diamantina, diante da aprovação, o projeto teve várias contribuições do orientador Prof. Dr. Flávio César Freitas Vieira, por meio das fontes do GED, decidimos o encaminhamento da pesquisa de mestrado seria ***“O exercício da profissão de professor no Grupo Escolar de Diamantina (1907-1909)”***.

Como requisito para a conclusão da disciplina de Seminário I do PPGED, o projeto foi apresentado para apreciação e crítica de uma banca. A minha foi composta pelos professores Dra. Paula Cristina David Guimarães e Dr. Leonardo Santos Neves e ocorreu no dia 11 de julho de 2016, ambos deram um requinte a essa pesquisa. Lembro-me que no dia foi grande a sensação de ansiedade.

Com as disciplinas de história da educação I e II do curso da pedagogia, além da História da administração escolar no Brasil oferecida pelo PPGEd, tive mais aporte teórico sobre como se deu a história da pedagogia e da educação, além do contato com

vários teóricos da área, fundamentando ainda mais as discussões que serão realizadas no decorrer desse trabalho.

Em 28 de março de 2017, apresentei alguns dados da pesquisa para a banca de seminário II, mantive a mesma composição anterior, o trabalho recebeu vários direcionamentos para a sua continuidade. Já a qualificação ocorreu em 10 de julho de 2017. A professora Dra. Maria Nailde Martins Ramalho trouxe um requinte a essa produção, visando uma melhor sistematização dos dados encontrados.

Ingressei no Grupo de Estudos e Pesquisas sócio-históricas em Educação dos Vales (GESPHE), onde temos vários momentos de debates e reflexões sobre a história da educação, especialmente do Vale Jequitinhonha, sendo o grupo formado por pedagogos e historiadores que desenvolvem várias pesquisas históricas para a região.

Esta produção é de cunho qualitativo, para Godoy (1995) esse tipo de pesquisa, possibilita o estudo de vários fenômenos que envolvem os homens e suas relações. Nela há uma profunda compreensão do fato estudado, uma vez que destaca características não percebidas pela quantitativa. Quanto aos objetivos, foram pautados sobre a descrição, pois, tem a finalidade de descrever os vestígios do exercício da profissão de professor no Grupo Escolar de Diamantina de 1907 a 1909.

Como uma das etapas metodológicas, realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre as principais categorias que norteiam esse trabalho científico. Sobre o tema grupo escolar na república, utilizaram-se os teóricos Faria Filho (2014), Gonçalves (2006), Cabral e Azevedo (2012), Klein (s/d). Na categoria profissão de professor, destacam-se os trabalhos de Nóvoa (1991), Contreras (2012) e Vieira (2009).

Como procedimento para a coleta de dados, foi adotada a pesquisa documental, para Godoy (1995) os documentos devem ser entendidos de forma ampla, são exemplos de documentos: jornais, revistas, diários, obras literárias. Para ela documentos primários são aqueles produzidos por pessoas, que vivenciaram diretamente o evento estudado.

Os documentos constituem uma fonte básica para as pesquisas na área da história da educação, os documentos trazem contribuições importantes no estudo de alguns temas, sendo importantes fontes de dados para os estudos qualitativos e para a reconstrução histórica de alguns acontecimentos.

A pesquisa documental é subsidiada por materiais, que não tiveram um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos

da pesquisa, sendo assim, a principal característica dessa pesquisa é análise de documentação histórica e primária.

O problema norteador dessa dissertação foi: quais são os vestígios do exercício da profissão de professor no Grupo Escolar de Diamantina (1907-1909)? Na tentativa de explicar essa problemática, foi realizado o levantamento das fontes no arquivo da Escola Estadual Matta Machado (antigo Grupo Escolar de Diamantina), na Biblioteca Antônio Tôrres e no Arquivo Público Mineiro (APM).

Na Escola Estadual Matta Machado foram identificadas as fontes primárias produzidas no início da fundação do GED, todos datados em 1907, os livros de Promoção, Folhas de Pagamento e de Caixa Escolar, serão descritos logo abaixo.

Na Biblioteca Antônio Tôrres, identificamos os Jornais circulantes em Diamantina, no período de implantação do GED, o *Idea Nova*, *O Norte*, *Voz de Diamantina*, *O Município, Diamantina*, impressos analisados desde a implantação da república a 1909, a fim de obter dados sobre a biografia e atuação do primeiro corpo docente do GED.

No Arquivo Público Mineiro tivemos acesso à legislação amparadora da Reforma João Pinheiro, desde as leis e decretos, além de relatórios que esclarecem sobre o processo de criação dos grupos escolares no estado e os relatórios enviados pelos professores que assumiram o cargo de direção do GED. As fontes primárias produzidas na fase inicial do GED, hoje denominada Escola Estadual Matta Machado, que subsidiaram essa pesquisa, estão sendo descritas a seguir:

**a) Livro de Folha de Pagamento (1907):** Material conservado, a capa original foi substituída, alterando sua gênese, conforme a figura 04. Esse documento possibilitou a identificação do primeiro corpo docente e administrativo do GED, seus salários, quais eram os descontos feitos, situação funcional e licenças médicas tiradas.

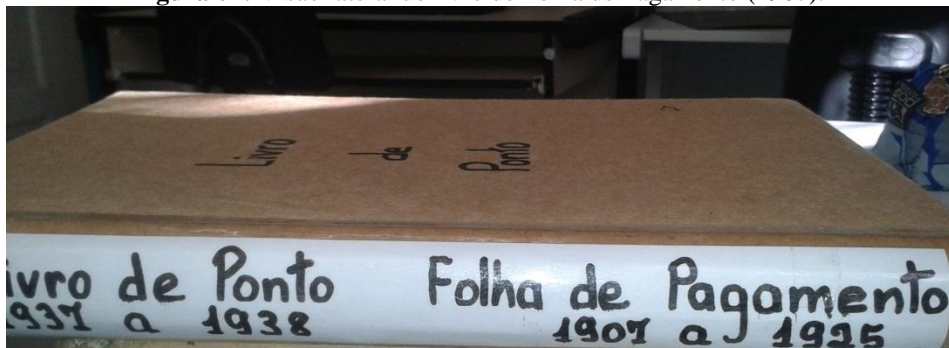
“Este livro é datado do ano de 1907 a 1925. Há informações sobre os salários de todos os funcionários da escola, além disso, foi utilizado como livro de Pontos dos anos de 1937 a 1938” (THOMÉ, 2015, p. 27)<sup>31</sup>. No livro de folhas de pagamento “[...] há um salto temporal muito grande, do ano de 1911 vai para o ano de 1925, não se sabe o porquê disso, nem onde estão as informações do período entre esses anos” (THOMÉ,

---

<sup>31</sup> Trabalho de conclusão de curso desenvolvido no curso de Humanidades da UFVJM, cujo título é: “*O arquivo da Escola Estadual Matta Machado: Fonte de pesquisa para a história da educação de Diamantina (1907-1930)*” orientadora Prof<sup>a</sup> Dra. Paula Cristina David Guimarães, Diamantina, 2015.

2015, p. 31). Uma das possíveis causas seria a perda do material ou o registro poderia ter sido feito em outro livro.

**Figura 04:** Visão lateral do livro de Folha de Pagamento (1907).

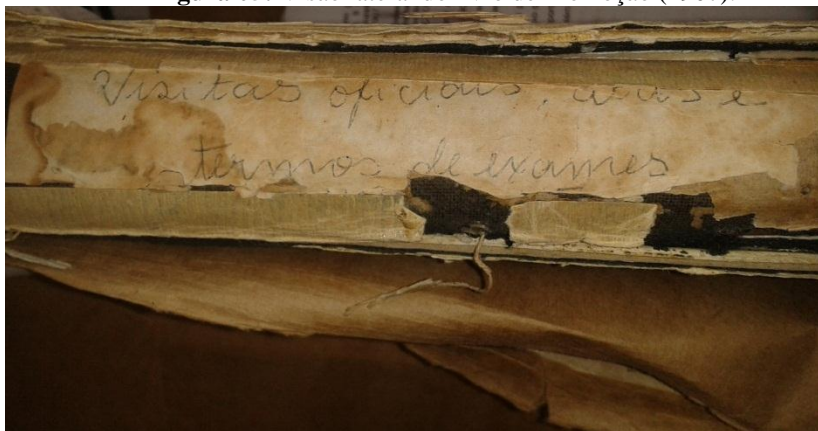


Fonte: Acervo do autor.

**b) Livro de Promoção (1907):** O material apresenta algumas deformidades em virtude do tempo, folhas muito amarelas, algumas estão soltas, além da fragilidade. Através dele foi possível compreender como era a forma de avaliação do GED, alguns alunos que compunham o corpo discente, as séries e atuação de cada professora, os relatórios dos inspetores produzidos a cada visita.

O livro de Promoção está localizado no final do arquivo escolar da Escola Estadual Matta Machado, ele possui 200 folhas, em virtude de uma ausência de mecanismos de guarda, esse material tende acabar, muitas de suas folhas estão soltas, para serem manuseadas é preciso ter muito cuidado. Sua capa foi encapada, perdendo suas características iniciais. (THOMÉ, 2015, p. 32).

**Figura 05:** Visão lateral do livro de Promoção (1907).

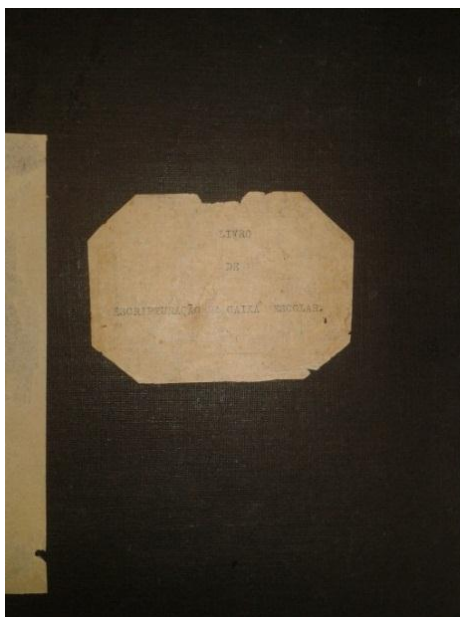


Fonte: Acervo do autor.

Este livro inicialmente deveria conter só dados relativos aos processos avaliativos realizados no GED, no entanto, houve registro de vários acontecimentos, como festas realizadas, visitas dos inspetores, termo de início dos anos letivos.

**c) Livro de Caixa Escolar (1907):** Material conservado, possui duzentas páginas, demonstra como era o setor financeiro do GED, quais eram as receitas e despesas. Mantém a originalidade da capa, não foi usado totalmente.

**Figura 06:** Livro de Caixa Escolar (1907).



Fonte: do autor.

Como receitas no grupo escolar, destacam-se peças de teatro, concertos musicais. Além disso, doações, contribuição da câmara municipal e principalmente o dinheiro referente à ausência de algum funcionário (THOMÉ, 2015). Já os gastos eram com uniformes para alunos pobres e materiais para as aulas, como tinta, selos.

Após a identificação das fontes no arquivo da Escola Estadual Matta Machado, antigo Grupo Escolar de Diamantina, encontramos na Biblioteca Antônio Tôrres, administrada pelo IPHAN<sup>32</sup> outras fontes que esclarecem sobre o cotidiano escolar, como a imprensa da época e obras literárias produzidas pelos professores.

Na imprensa foram identificados os jornais *O Norte*, *Diamantina*, *Idea Nova*, esses três jornais traziam informações sobre o GED. Trouxeram dados não presentes

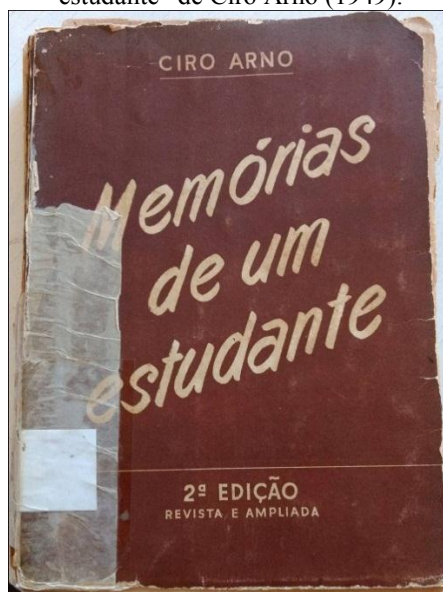
---

<sup>32</sup> IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

nos documentos produzidos na fase inicial da instituição, além de informações sobre algumas professoras.

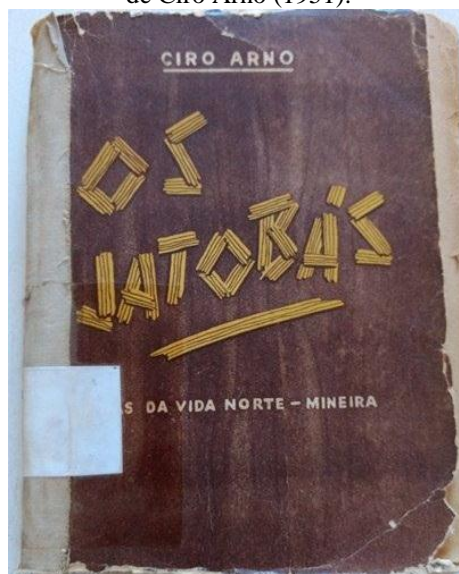
Outras fontes de pesquisa foram as obras literárias, com o propósito de levantar dados biográficos e de atuação dos professores, o primeiro diretor Cícero Arpino Caldeira Brant, com o pseudônimo de Ciro Arno, escreveu *Memórias de um estudante* (1949) e *Os jatobás* (1951), dentre outras obras. A professora Edésia Corrêa Rabello, publicou a obra *La em casa era assim*, (1964), onde ela conta sobre sua vida, desde a infância até a aposentadoria.

**Figura 07:** Capa do livro “Memórias de um estudante” de Ciro Arno (1949).



Fonte: Acervo do autor.

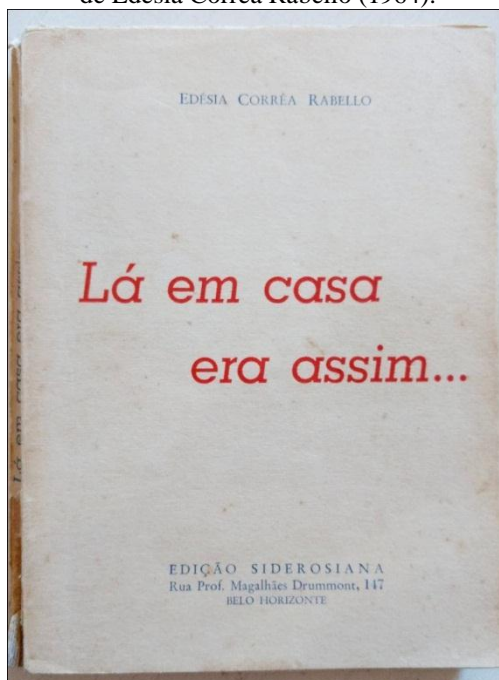
**Figura 08:** Capa do livro “Os Jatobás” de Ciro Arno (1951).



Fonte: Acervo do autor.



**Figura 09:** Capa do livro “Lá em casa era assim” de Edésia Corrêa Rabello (1964).



Fonte: Acervo do autor.

O pesquisador no manuseio dessas obras deve ter muita cautela, por se tratarem de exemplares raros, as duas primeiras obras (figura 7 e 8) apresentam sua materialidade deteriorada em virtude do tempo, são páginas que revelam uma riqueza histórica para a cidade.

Nas visitas ao Arquivo Público Mineiro, foram identificados alguns relatórios enviados pela direção do GED ao governo, nenhum desses documentos foram encontrados nos livros produzidos na fase inicial de atividades da instituição. Cópias de alguns documentos presentes na instituição e o aporte legal da reforma João Pinheiro (1906), todos os dados coletados foram analisados e catalogados.

Após a coleta de dados para essa pesquisa, realizou-se a catalogação, tendo como parâmetro as categorias de análise elencadas: grupo escolar, profissão de professor, Diamantina (MG), a fim de levantar informações acerca dos profissionalismos do primeiro corpo docente do Grupo Escolar de Diamantina. Ao manipular as fontes com os seguintes questionamentos nortearam a investigação: qual a identidade desse (a) professor (a)? Qual a sua formação? Como ocorreu sua trajetória no magistério? Essas questões nortearam a seleção das fontes utilizadas.

Em seguida foi realizado o cruzamento de informações das mais variadas fontes, com o objetivo de elencar quais seriam os dados mais exitosos para serem apresentados na dissertação, todavia sabemos da dificuldade para o pesquisador em história da educação selecionar os dados que subsidiarão as análises. Esse procedimento foi realizado nas fontes oriundas da imprensa diamantinense, nas produções literárias dos professores e nos documentos produzidos na fase inicial do educandário. A partir daí foram tecidas informações sobre a biografia, formação e atuação profissional do primeiro corpo docente do grupo.

As fontes utilizadas para o estudo foram oriundas da Escola Estadual Matta Machado, Biblioteca Antônio Tôrres e do Arquivo Público Mineiro, esboçaram sinais do exercício da profissão de professor no Grupo Escolar de Diamantina. Tais dados serão apresentados no decorrer no texto. Para melhor sistematização dos dados, acerca do exercício da profissão de professor no Grupo Escolar de Diamantina, no próximo capítulo será discutido sobre esse novo modelo de educação primária diamantinense. O currículo utilizado, a constituição do corpo docente e discente e sobre a arquitetura do GED, categorias que serviram para esboçar os vestígios da profissão de professor.

Pela riqueza de dados encontrados sobre os professores Cícero Arpino Caldeira Brant e Mariana Corrêa de Oliveira Mourão, ambos assumiram o cargo de direção do GED, terão um capítulo específico, apresentando a trajetória de cada um na profissão docente, ambos não mediram esforços para manterem a instituição funcionando.

#### **4- CAPÍTULO III: CONTEXTO DE ATUAÇÃO DOS PROFESSORES NO GRUPO ESCOLAR DE DIAMANTINA.**

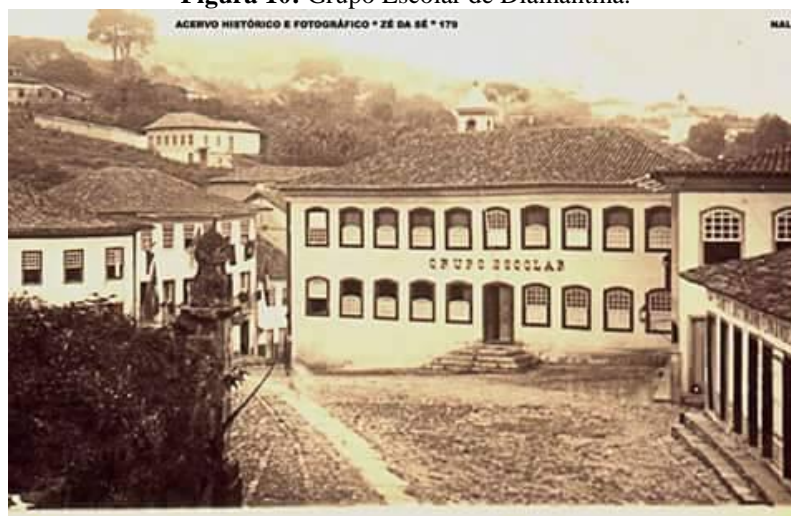
Neste capítulo será apresentado o Grupo Escolar de Diamantina, educandário criado para disseminar os valores republicanos, para uma melhor sistematização dos dados, foram elencadas algumas categorias com o propósito de trazer os registros da profissão de professor nos anos de 1907 a 1909. Inicialmente será discutida sobre esse novo modelo de educação primária diamantinense, a inauguração do GED e a movimentação na cidade para colocar o projeto educativo em prática.

Em seguida, será apresentado o currículo imposto pelo governo de Minas Gerais, a constituição do primeiro corpo docente do GED e algumas informações sobre o primeiro corpo docente. Será exposto o corpo discente atendido por essa escola, e por fim, a arquitetura do prédio, mecanismo utilizado pelos republicanos para demonstrar seu projeto educativo.

##### **4.1-Novo Modelo de educação primária em Diamantina**

O Grupo Escolar de Diamantina, criado pelo decreto 2091 de 20 de setembro de 1907, funcionou em um prédio próximo a Igreja Sé, ocupando um lugar de centralidade na cidade, para mostrar o desprender das tradições arcaicas do período imperial.

**Figura 10:** Grupo Escolar de Diamantina.



Fonte: Nélcio Lisboa (s/d).

O Grupo Escolar de Diamantina, por ser o primeiro da cidade, traz consigo a imagem emblemática da tradição. Assumiu neste cenário um lugar de prestígio e destaque, seja pelo projeto educacional republicano, seja pelo seu projeto urbanístico, que anunciou modernização na cidade.

A instrução antes da república era marcada por uma infrequência dos alunos, ausência de materiais de ensino, infraestrutura comprometida, com os grupos escolares haviam mobiliário adequado, edifício próprio, planejamento para sua implantação, além de um programa de ensino. Tais características não eram uma regra para todos os grupos escolares, o de Diamantina passou por problemas de infraestrutura por muito tempo, como ilustram as fontes dessa pesquisa, dados que serão apresentados no próximo capítulo.

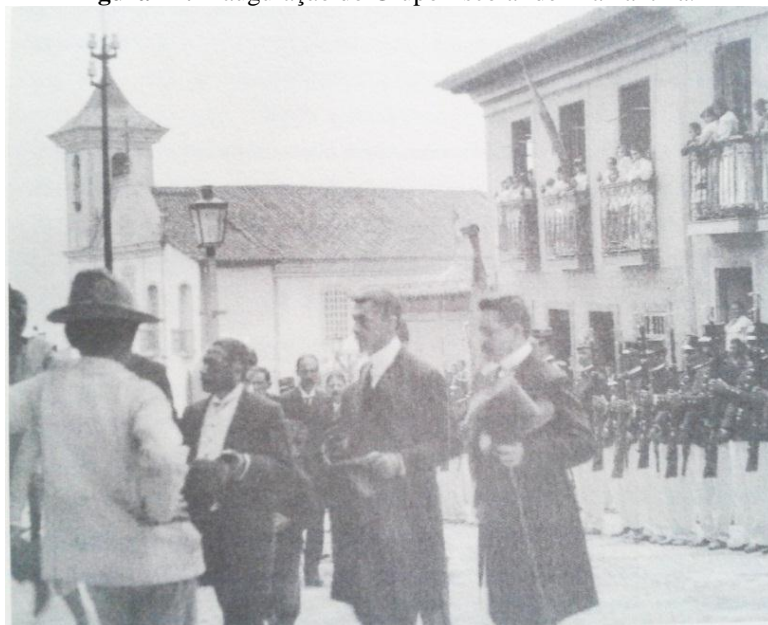
O decreto de criação do GED foi publicado no Jornal *O Norte* e no Arquivo Público Mineiro, não há registro desse documento, nas fontes produzidas nas fases iniciais da instituição. Verificou-se a ausência nas fontes de registros sobre os primeiros atos institucionais desse educandário.

O Presidente do Estado de Minas Gerais, de conformidade com o disposto no art. 22, combinado com o artigo 45 do regulamento que baixou com o dec. Nº 1960, de 16 de Dezembro 1906; considerando que é necessária a difusão do ensino publico primario, de acordo com os novos methodos adaptados, resolve, para a execução do disposto no art. 4º da lei n. 439, de 28 de Setembro daquelle ano, crear o Grupo Escolar da cidade de Diamantina. Palácio da Presidencia do Estado de Minas Geraes, em Diamantina, 20 de Setembro de 1907. (MINAS GERAIS. Decreto 2.091 de 20/09/1907, 1907, p. 201).

A imprensa em Diamantina, principalmente através do Jornal *O Norte*, já dedicava alguns periódicos para falar sobre os benefícios advindos pela reforma educacional, implementada por João Pinheiro. De certa forma, a população diamantinense tinha uma preparação antecipada para todos os acontecimentos, que surgiram em consequência da criação de instituições republicanas.

A inauguração do Grupo Escolar de Diamantina foi um momento de grande festividade. O presidente do estado João Pinheiro da Silva veio pessoalmente, junto com o secretário do interior Carvalho Britto, a imagem na próxima página demonstra essa solenidade, organizada para ser um momento formativo para o povo sobre os valores republicanos.

**Figura 11:** Inauguração do Grupo Escolar de Diamantina.



Fonte: Minas Gerais (2002).

Pela imagem, notamos várias pessoas em torno das autoridades mineiras, suas vestimentas demonstram possuírem poder aquisitivo. Somente os homens tem contato com os ilustres visitantes, são reservadas às mulheres as sacadas das casas que se encontram distantes, muitas delas dividem o mesmo espaço, para terem a possibilidade de participar de uma festividade tão importante para a cidade.

A segurança estava sob a responsabilidade dos policiais, o aparato militar faz parte desse novo governo, para implantar a nova ordem buscam usar todos os tipos de recursos. Há um discurso da laicidade do estado, no entanto, a Igreja Sé ao fundo, demonstra a religião predominante em Diamantina.

O Grupo Escolar de Diamantina surgiu em meio a uma sociedade diversa, marcada por uma expressiva desigualdade social. Tinha muitos escravos recém-libertos e pelo predomínio da religião católica que influenciava todos os acontecimentos na cidade, além do uso do aparato militar.

O ano de 1908 foi um período de consolidação do novo modelo de educação primária em Diamantina. O grupo possuía a matrícula de trezentos e trinta e sete alunos, de ambos os sexos, todos em idade escolar e brasileiros segundo Brant (1908). Por tais números fica notável o número expressivo de crianças em idade escolar na cidade de Diamantina.

O primeiro ano de funcionamento do GED foi marcado pela matrícula de muitos alunos, no quadro abaixo, há um grande número de alunos no primeiro ano do curso primário, além dos regulares, havia ouvintes.

**Quadro 03:** Enturmação do Grupo Escolar de Diamantina (1908).

<b>TURMA</b>	<b>SEXO</b>	<b>PROFESSORA</b>	<b>QUANTIDADE DE ALUNOS</b>
1º Ano	M	Mariana Corrêa de Oliveira Mourão	89 e 5 ouvintes
1º Ano	F	Custódia Brant	93
2º Ano	M	Julia Kubistchek	26
2º Ano	F	Liseta de Oliveira Queiroga	50
3º Ano	M	Eponina da Matta Machado	37
3º Ano	F	Hilda Rabello da Matta Machado	22
4º Ano	M	Agostinha de Sá Corrêa Rabello	09
4º Ano	F	Edésia Corrêa Rabello	11

Fonte: Brant (1908, s/p). Autoria: do próprio pesquisador.

Diante do número significativo de alunos no primeiro ano, Cícero solicitou a Secretaria do Interior, a contratação de mais duas professoras adjuntas, para auxiliar nos trabalhos, uma vez que tal quantidade de alunos interferiria na aplicação do programa de ensino (BRANT, 1908).

Estavam matriculados no ano de 1908, cento e sessenta e um do sexo masculino e cento e setenta e seis do feminino, a procura de matrículas foi maior para esse último. Verifica-se que nos dois anos finais do ensino primário, há uma diminuição do número de alunos, sendo esta uma realidade da educação brasileira na época.

Em 1908 as aulas foram iniciadas em 23 de março, em virtude da instalação do grupo ter sido no final do ano de 1907, data atípica de início das atividades escolares, uma vez que o programa de ensino determinava a data de início em 21 de janeiro de cada ano.

A solicitação de Cícero para a contratação de duas professoras adjuntas, para auxiliarem nos trabalhos dos primeiros anos, não foi atendida pelo governo mineiro. Somente no mês de julho de 1908, que há vestígios da professora Júlia Flora da Matta Machado, atuando como adjunta, para substituir a professora Eponina da Matta Machado, que se encontrava em licença de saúde, por alguns dias no mês de julho até 20 de agosto de 1908 (LIVRO DE FOLHA DE PAGAMENTO, 1907, p. 07 e 08).

O quadro 03 foi elaborado com base nas licenças tiradas pelos servidores do GED, no ano de 1907 a 1909. Através dele é possível identificar as professoras adjuntas

que trabalharam no grupo no biênio de 1907 a 1909 e a movimentação do corpo docente nesse período.

**Quadro 04:** Licença de Servidores do Grupo Escolar de Diamantina 1907-1909.

SERVIDOR LICENCIADO	CATEGORIA	SERVIDOR SUBSTITUTO	PERÍODO
Eponina da Matta Machado	Professora	Júlia Flora da Matta Machado	Julho de 1908 a 20 de agosto de 1908
Hilda Rabello da Matta Machado	Professora	Nícia Corrêa Rabello	Outubro de 1908 a 15 de novembro de 1908
Francisco Regulo Perpétuo	Porteiro	Juscelino Oitavo de Menezes	13 de outubro a 09 de novembro de 1908
Francisco Regulo Perpétuo	Porteiro	Francisco Regulo Perpétuo Júnior	Janeiro de 1909 a agosto.
Agostinha de Sá Corrêa Rabello	Professora	Fabíola Corrêa Rabello	15 de Março de 1909 a abril de 1909.
Hilda Rabello da Matta Machado	Professora	Nícia Corrêa Rabello	15 de abril de 1909 a maio de 1909.

Fonte: Livro de Folhas de Pagamento (1907, p. 02 a 20). Autoria: do próprio pesquisador.

Nos dois primeiros anos de funcionamento do GED, as professoras que atuaram como adjuntas foram Júlia Flora da Matta Machado e Nícia Corrêa Rabello, ambas possuíam grau de parentesco com algumas professoras do GED. Dessa forma, fica evidente, uma instituição republicana, marcada pelo domínio de algumas famílias tradicionais da cidade.

### 3.2- O currículo do Grupo Escolar de Diamantina

Os Grupos Escolares propunham formar um cidadão republicano<sup>33</sup>, para isso, foi sancionado em 30 de setembro de 1906, o decreto nº 1947 aprovando o programa de ensino primário, onde havia a determinação de quais disciplinas seriam ensinadas e o horário de distribuição de cada uma delas.

O advento desse novo molde escolar tem em vista responder à expectativa de formar aqueles que seriam os cidadãos republicanos – civilizados, de maneiras amaciadas, disciplinados, sadios e trabalhadores ordeiros –, que assim poderiam contribuir para o desejado progresso social. (VAGO, 1999, p. 32).

O novo modelo escolar preocupava em atingir um maior número de crianças, o explica a insistência por parte do governo em aumentar as matrículas. Nos grupos

<sup>33</sup> Essa discussão foi realizada no primeiro capítulo dessa produção.

escolares os alunos tinham acesso aos mesmos conteúdos, livros, materiais didáticos e procedimentos metodológicos.

No início do documento estão descritos os saberes e a maneira que seriam ensinadas. O currículo contemplava as disciplinas de leitura, escrita, língua pátria, aritmética, geografia, história do Brasil, instrução moral e cívica, geometria e desenho, história natural, física e higiene, exercícios físicos, trabalhos manuais e música vocal.

O programa de ensino apontava a necessidade de haver nos grupos escolares um museu, constituído por materiais oferecidos pelo governo e peças dos alunos (como provas, objetos). As atividades das disciplinas de geografia, história do Brasil, História natural e física deveriam utilizar esse recurso didático.

As aulas eram de segunda-feira a sábado, começavam às dez horas da manhã, com término previsto para as catorze horas, com exceção do quarto ano que encerrariam às quinze horas, em virtude da aula de curso técnico.

[...] as crianças das classes populares e por extensão seus familiares e vizinhos, não carecem apenas de disciplina e de sentimentos de ordem e obediência ou de hábitos de higiene, elementos por demais importantes para a vida da cidade e para a integração na cultura urbano-industrial, em que se constituíam. Elas careciam, também, dos conhecimentos escolares necessários e adequados que possibilitassem melhor viver e orientar-se nesse novo mundo que se construía. Por isso, professoras, diretoras, mesmo os inspetores, não eram negligentes com relação à importância dos conteúdos/conhecimentos escolares. (FARIA FILHO, 2014, p. 233).

As disciplinas eram trabalhadas com um horário determinado<sup>34</sup>, neste modelo escolar é feito um controle dos tempos e dos espaços, a distribuição varia de acordo com a série. A legislação ao determinar essa forma de trabalho, controla a atuação do professor e nessa escola republicana tiveram novas referências de tempos e novos ritmos (FARIA FILHO, 2014).

No quadro abaixo estão descritos os horários de cada série e as disciplinas a serem ensinadas:

---

<sup>34</sup> Na próxima página estão descritos os horários de cada turma conforme o programa de ensino.



**Quadro 05:** Horário dos Grupos Escolares.

HORÁRIO DO PRIMEIRO ANO						
HORAS	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
10:00 10:25	Leitura Aritmética	Leitura Escrita	Leitura Aritmética	Leitura Aritmética	Leitura Aritmética	Leitura Aritmética
10:50	CANTO					
11:00 11:25	Língua Pátria Geografia	Aritmética Geografia	Língua Pátria Escrita	Escrita Geografia	Língua Pátria Escrita	Língua Pátria Escrita
11:50	EXERCÍCIOS FÍSICOS					
12:15 12:40	História do Brasil Escrita	História do Brasil Escrita	I. Moral e Cívica Aritmética	Aritmética Língua Pátria	História do Brasil Aritmética	Aritmética Geografia
01:05	CANTO					
01: 15 até 02h	Aritmética Leitura	Aritmética Leitura	Leitura Trabalhos	Leitura Escrita	H. N. Física e Higiene Leitura	Leitura e Trabalhos

HORÁRIO DO SEGUNDO ANO						
HORAS	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
10:00 10:25	Leitura Aritmética	Leitura Aritmética	Leitura Aritmética	Leitura Aritmética	Leitura Aritmética	Leitura Aritmética
10:50	CANTO					
11:00 11:25	Língua Pátria Geografia	Geografia Escrita	Língua Pátria Escrita	Escrita Geografia	Língua Pátria Escrita	Língua Pátria Escrita
11:50	EXERCÍCIOS FÍSICOS					
12:15 12:40	História do Brasil Escrita	Língua Pátria Aritmética	I. Moral e Cívica Aritmética	Aritmética Língua Pátria	História do Brasil Aritmética	Aritmética Geografia
01:05	CANTO					
01: 15 até 02h	Aritmética Leitura	Leitura Trabalhos	Leitura Trabalhos	Leitura Trabalhos	H. N. Física e Higiene Leitura	Leitura e Trabalhos

HORÁRIO DO TERCEIRO ANO						
HORAS	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
10:00 10:25	Leitura Aritmética	Aritmética Escrita	Leitura Aritmética	Leitura Escrita	Leitura Aritmética	Aritmética Aritmética
10:50	CANTO					
11:00 11:25	Geografia História	Geografia História do Brasil	Língua Pátria História do Brasil	Geografia História do Brasil	Língua Pátria H. N. Física e Higiene	História do Brasil Escrita
11:50	EXERCÍCIOS FÍSICOS					
12:15 12:40	Língua Pátria Geometria e desenho	Língua Pátria Aritmética	I. Moral e Cívica Geometria e desenho	Aritmética Língua Pátria	História do Brasil Aritmética	Geografia Geometria e desenho
01:05	CANTO					
01: 15 até 02h	Trabalhos	Trabalhos	Trabalhos	Trabalhos	Trabalhos	Trabalhos

HORÁRIO DO QUARTO ANO						
HORAS	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
10:00 10:25	Leitura Aritmética	Leitura Aritmética	Leitura Aritmética	Leitura Aritmética	Leitura Aritmética	Leitura Aritmética
10:50	CANTO					
11:00 11:25	Geografia História	Geografia História do Brasil	Geografia História do Brasil	Geografia História do Brasil	Língua Pátria Geografia	História do Brasil Geografia
11:50	EXERCÍCIOS FÍSICOS					
12:15 12:40	Língua Pátria Escrita	Língua Pátria História do Brasil	Língua Pátria Geometria e desenho	Língua Pátria H. N. Física e Higiene	Língua Pátria I. Moral e Cívica	Língua Pátria Geometria e desenho
01:05	CANTO					
01: 15 até 02h	Trabalhos	Trabalhos	Trabalhos	Trabalhos	Trabalhos	Trabalhos

Fonte (MINAS GERAIS, 1906, p. 121, 129, 137, 146). Autoria: do próprio pesquisador.

Os conhecimentos escolares deveriam estar presentes na vida desse novo cidadão republicano. No currículo do grupo escolar há uma sobreposição das disciplinas de leitura, escrita, língua pátria e aritmética sobre as demais. É um modelo de escola que visa formar a classe trabalhadora para o sistema capitalista.

Neste currículo a leitura tem um lugar de destaque, para Klink (s/d) esse processo traz instruções próprias e uma relevância no processo de ensino aprendizagem. O programa de ensino evidencia aos professores terem atenção para esse quesito, uma vez que se trata de algo novo nas escolas.

A professora deveria ensinar palavras mais simples, com representação de elementos concretos, assim, para a legislação o aluno faria a decomposição das palavras e formaria outras através de lições curtas.

**Quadro 06:** Número de Aulas semanais de cada disciplina nos Grupos Escolares.

<b>Disciplina</b>	<b>1º Ano</b>	<b>2º Ano</b>	<b>3º Ano</b>	<b>4º Ano</b>	<b>Observação</b>
Leitura	12	12	04	06	
Escrita	03	06	03	01	
Língua Pátria	05	06	05	08	
Aritmética	12	12	09	06	
Geografia	04	04	04	06	
História do Brasil	03	02	05	05	
Instrução Moral e Cívica	01	01	01	01	
Geometria e desenho	-----	-----	03	02	
História Natural, física e higiene	01	01	01	01	
Exercícios Físicos	06	06	05	06	
Trabalhos manuais	02	04	06	06	
Música Vocal	10	10	10	10	Diariamente tinha dois momentos de aula de canto, com duração de 10 minutos cada.
História	-----	-----	01	01	Disciplina separada da história do Brasil.

Fonte: Minas Gerais (1906). Autoria: do próprio pesquisador.

Percebemos a regularidade do ensino da escrita, havia a defesa de um estilo a ser adotado, o tipo vertical redonda, para a legislação, essa forma é conhecida como “letra em pé”, os reformadores estavam mudando o formato da letra, além de uma maior racionalização escolar (FARIA FILHO, 2014).

Para os reformadores esse tipo de letra é “[...] fácil, é rápido, econômico, e higienico” (MINAS GERAIS, 1906, p. 107), esse era um meio de facilitar o aprendizado do alunado, além de adequar a escola republicana aos ritmos, padrões sociais e comportamentos da sociedade capitalista (FARIA FILHO, 2014).

No ensino da escrita, o professor deveria orientar os alunos sobre a posição das mãos ao segurar a pena e o manuseio conforme a letra do tipo vertical. Para facilitar o processo, o decreto trazia: “II No primeiro semestre desta disciplina, os alumnos usarão ardósias ou lapis e papel, em vez de penna, porque assim vencerão melhor as dificuldades mechanicas da primeira aprendizagem” (MINAS GERAIS, 1906, p. 107).

Apresentar a escrita vertical como “simples, racional, clara e legível”, em contraste com a outra que, apesar de elegante e graciosa, é pessoal e comumente ilegível, adquire seu pleno significado com esforço de racionalização da própria escola e de sua cultura, na medida que percebemos que esse tipo de escrita dá [...]. (FARIA FILHO, 2014, p. 264).

Faria Filho (2014) compara a escrita vertical com a máquina de escrever, ambas marcadas por uma escrita homogênea, impessoal e regular. Saber ler e escrever revela ter domínio sobre a língua pátria. “É a disciplina que mais requer zelo e atenção dos professores. Em todas as classes ella estará sempre attestando o modo mau ou bom com que é ensinada” (MINAS GERAIS, 1906, p. 107).

Pelos dizeres do decreto, há uma exigência sobre a responsabilidade do professor em ministrar a língua pátria, conhecimentos que devem ser aplicados pelos alunos diariamente, diante disso “[...] o professor tem occasião de corrigir as expressões defeituosas, erros de fórma e faltas de orthographia dos seus alumnos” (MINAS GERAIS, 1906, p. 108).

Ao defender o ensino da língua pátria, é uma forma de esquecer o passado imperial, cabia à escola formar o homem republicano, “[...] a linguagem utilizada pelas camadas populares é mais que uma forma de expressão: é fundamentalmente um elemento denunciador da cultura atrasada, pobre, selvagem, das camadas populares” (FARIA FILHO, 2014, p. 254), desta forma deveria ser esquecida.

A reforma escolar ao propor atividades sobre a língua padrão censura a linguagem coloquial dos alunos, ao serem matriculados no grupo escolar deveriam falar e escrever “corretamente”. É uma escola que vem afirmar a primazia da escrita sobre a oralidade, deixando de lado as variedades linguísticas.

Um cidadão republicano, além de desenvolver habilidade de escrita e leitura, deve ter um conhecimento matemático para aplicar em suas atividades cotidianas, isso seria possibilitado por meio da aritmética “[...] o menino precisa desta disciplina para

agir com promptidão e segurança nos calculos communs da pratica da vida” (MINAS GERAIS, 1906, p. 108).

A geometria e o desenho possuem relação com a aritmética, no entanto, começam a fazer parte do currículo somente nos dois anos finais do ensino primário, com a incidência de uma carga horária de três aulas no terceiro ano e duas no quarto.

O ensino da geometria deve partir do concreto, o prédio do grupo escolar conforme o programa é um recurso para isso, devem ser trabalhadas as noções de linha, ângulo, das expressões lineares e formas geométricas. Já nos desenhos, os alunos fariam reproduções dos mais simples até os mais complexos, com o uso de retas e curvas, aumentando o nível de dificuldade a cada dia.

O estudo da geografia deve ocorrer de forma indutiva, realizada do particular ao geral. Os conceitos geográficos devem partir da realidade dos alunos, para que assim possam ter domínio dos elementos geográficos mais complexos. A forma racionalizada de ensino já é expressa nas orientações “IV- Não se ensine, em geographia, sinão o substancial, para que o ensino além de útil seja agradável” (MINAS GERAIS, 1906, p. 109). Como é uma escola que visa formar a classe trabalhadora, não faz sentido o aluno ter domínio de todos os conteúdos.

O ensino de história do Brasil, era realizado de forma bem superficial, deveriam ser trabalhados os acontecimentos mais “graciosos”, como a implantação da república no Brasil. A exposição deve ser feita por meio de anedotas, depois apresentará aos alunos a matéria em forma de conversa. “II- Poucas idéas, claramente expressas, tendo muito em vista familiarizar os meninos com os factos historicos do paiz, apreciar o valor dos grandes homens e inspirar o sentimento da pátria” (MINAS GERAIS, 1906, p. 110).

Até o segundo ano, o professor era o único responsável pela difusão do ensino de história do Brasil, somente após o terceiro ano era permitido o uso do livro didático. Para Rodrigues (2009), o ensino de história nos grupos escolares, foi um instrumento privilegiado para a difusão de valores como o patriotismo e civismo. As professoras deveriam evocar os nomes dos “grandes homens” na história do Brasil, perfazendo uma pedagogia do exemplo, diminuindo dessa forma o raciocínio crítico das crianças.

Os grupos escolares propunham o controle dos comportamentos das crianças, a disciplina de moral e cívica, era destinada a dirigir a conduta do alunado, a inspirar bons exemplos, para que dessa forma pudessem ser um verdadeiro cidadão republicano. Nesses estabelecimentos eram mantidos os conceitos higienistas, por meio da história natural, física e higiene o aluno teria noção da ciência natural. Eram trabalhados temas como a necessidade do cuidado com o corpo, limpeza das casas, alimentação saudável, efeitos dos vícios no organismo.

Segundo Vago (1999) os republicanos e reformadores acreditavam que a construção do novo cidadão viria por meio da tríade “educação intelectual, moral e física”, no currículo dos grupos escolares, os alunos deveriam praticar exercícios físicos diariamente com duração de vinte e cinco minutos. “[...] foi nessa cultura escolar que essa cadeira foi inserida pela primeira vez nos programas de ensino primário, em Minas Gerais – era o momento inicial de seu enraizamento escolar” (VAGO, 1999, p. 34).

Na prática dos exercícios físicos, havia a separação por sexo, nas atividades com os meninos, a direção dos grupos escolares poderia solicitar alguém para auxiliar nas marchas militares. Vago (1999, p. 35) fala como era a concepção de atividade física para meninos e meninas:

Os programas eram distintos para meninos e meninas. Para eles, a prática central eram as variações de marchas militares, que deveriam ser executadas observando-se “estritamente as regras militares.” Já para as meninas, prescrevia-se brincar em liberdade no pátio e realizar exercícios de “extensão e flexão de músculos”, executados metodicamente “à sombra”.

Atrelada a preocupação com a atividade física, estavam os trabalhos manuais, ministrada conforme o gênero da criança, as meninas deveriam ter contato com os trabalhos manuais, para serem “úteis e práticas”, produzindo peças de vestuário e dominando o trabalho do lar.

As peças produzidas na aula de costura eram expostas nas avaliações finais da disciplina, já o trabalho manual para os meninos ocorria mediante o contato com o trabalho metódico, até o terceiro ano e era um processo de familiarização com as ferramentas utilizadas no curso técnico primário.

Eram dedicados vinte minutos para as aulas de canto diariamente, poderia ser direcionadas por um artista especial, em hora apropriada. “Tomarão parte da classe

todos os alumnos, ou quantos couberem na sala para isso designada” (MINAS GERAIS, 1906, p. 112). Nesse trecho, a legislação aponta para a fragilidade nesse currículo, a aula de música vocal não seria oferecida a todos os alunos.

O programa de ensino exigia das professoras outra forma de atuar, trabalhar essa vastidão de conteúdos e exigia do profissional avaliar os alunos, com o intuito de promovê-los para a série posterior, o regulamento do ensino primário<sup>35</sup>, trazia como deveria ser o processo avaliativo:

Art. 100 Os exames das escolas primarias serão de suficiências e finaes; serão feitos por anno lectivo, e versarão sobre as matérias explicitadas durante o anno lectivo, podendo no 1º semestre ser o alumno promovido para o anno superior ao da sua classe, quando mantiver a nota optima de aproveitamento e aplicação. (MINAS GERAIS, 1906, p. 170).

Gonçalves e Faria Filho (2007, p. 42) apontam como era o processo avaliativo dos grupos escolares em Minas Gerais:

O processo de avaliação dos alunos ocorria mensal, semestral e anualmente. No primeiro caso, em todos os meses letivos, o aluno seria avaliado no quesito aproveitamento ou aplicação, cuja nota variava de 0 a 10. No segundo e terceiro casos, respectivamente, em colegiado, os professores, sob a presidência do diretor, organizavam uma lista dos alunos de cada uma das séries e calculavam as médias – semestral ou anual - das notas, para o devido encaminhamento para promoções e exames. No final do primeiro semestre, no último dia útil do mês de junho, fazia-se a lista dos alunos que obtiveram as maiores médias, especificamente, 10 pontos, para promoção às séries subsequentes. O regimento não deixa claro, no entanto, se esses alunos seriam novamente submetidos a exames no final do ano. Da mesma forma, no final do ano letivo, outra lista dos alunos era feita para a realização do exame final.

Nesse modelo avaliativo, muitos diretores como salientam Gonçalves e Faria Filho (2007), criticavam as avaliações mensais, apontavam a ausência de “rigor” pelas professoras, essa ação favorecia a frequência, além de dar ânimo ao alunado. Os exames de suficiência eram prestados pelos alunos do primeiro ao terceiro ano, somente os finais seriam destinados para o quarto ano. No artigo 100, há uma observação “São finaes os exames prestados sobre as matérias do curso ou do ultimo anno lectivo [...]” (MINAS GERAIS, 1906, p. 170).

---

<sup>35</sup> O regulamento do ensino primário e normal do estado, aprovado em 16 de dezembro de 1906, como foi discutido no primeiro capítulo dessa produção, dedicava o capítulo VIII para tratar sobre o regime escolar, exames, prêmios e férias.

O regimento valorizava mais o exame final, para Gonçalves e Faria Filho (2007) era dado a esse último um caráter mais “seletivo”, mesmo o aluno atingindo a média nos exames de suficiência, poderia no final ser considerado não preparado. A realização dos exames representavam um momento significativo para os grupos escolares, eram montadas comissões avaliadoras compostas de três membros, o inspetor era o presidente ou uma pessoa delegada por ele, os examinadores eram: o professor e outro convidado. “Quanto ao exame final, os alunos eram submetidos a exames escritos e orais e arguidos sobre todas as matérias pelo professor da cadeira e por um examinador nomeado pelo inspetor” (GONÇALVES; FARIA FILHO, 2007, p. 43).

Conforme o desempenho do aluno, cada um poderia receber as classificações de distinção, plenamente ou simplesmente. Para os alunos que revelassem algum adiantamento, seriam considerados aplicados, os reprovados eram ditos não preparados.

Se conseguissem nota igual ou superior a 5, seriam considerados aprovados. Obtendo nota 5 eram aprovados simplesmente; com notas de 6 a 9, aprovados plenamente; nota 10, aprovados com distinção. Os alunos que não obtivessem nota 5 na média anual ou nos exames de final de ano seriam considerados não preparados, e repetiriam o ano. (GONÇALVES; FARIA FILHO, 2007, p. 44).

Poderiam prestar os exames alunos do grupo e outras crianças que almejavam a conclusão do ensino primário, mecanismo utilizado pelo governo para não arcar com tantas crianças em idade escolar. Como uma forma de incentivo aos professores, o regulamento previa um prêmio aos que apresentasse mais de vinte alunos aprovados, “[...] terá o prêmio de 200\$000 por aluno que exceder o dito número” (MINAS GERAIS, 1906, p. 171).

Na realização dos exames, a banca calculava uma média para todas as disciplinas, nesse processo é nítido a não existência de pesos entre as matérias, o rendimento do aluno era percebido de maneira global, por isso, havia um baixo índice de aprovação, no Grupo Escolar de Diamantina percebemos essa situação.

**Quatro 07:** Exames do Grupo Escolar de Diamantina (1907-1909).

Ano	Matriculados	Com distinção		Plenamente		Aprovados		Não Preparados	
		M	F	M	F	M	F	M	F.
1908	337	15	23	20	07	01	11	16	----
1909	459	12	23	24	18	----	----	----	----

Fonte: LIVRO DE PROMOÇÃO (1907), BRANT (1908). Autoria: do próprio pesquisador.

Os exames de 1907, realizados em 16 de janeiro de 1908, foram somente de verificação, em virtude da recém criação do GED, não há muito detalhamento na ata sobre essa atividade. Pelo movimento do grupo, haviam muitos matriculados, porém, poucos prestavam os exames no final do ano letivo e eram aprovados.

Em 1908, dos 337 alunos matriculados, somente 93 prestaram os exames, cerca de 27,5% do corpo de alunos, em 1909 o índice é mais assustador; 16,8% tiveram aprovação. Esses dados revelam o baixo índice de aprovação, a condição social das crianças influenciava em seu rendimento escolar. A aprovação das meninas era bem maior se comparado aos meninos, o quadro demonstra uma relação de gênero envolvida nos processos avaliativos, tal evidência necessita de uma pesquisa mais apurada para descobrir as causas desse fenômeno.

No ano letivo de 1909, com a tentativa de fechamento do GED, duas professoras deixaram o exercício, houve a necessidade de mesclar as turmas, surgindo à classificação de mistas. As fontes trazem o aumento no número de matrículas, pela carência de dados, não se sabe se a frequência aumentou.

### 3.3- Corpo Docente do Grupo Escolar de Diamantina

O Grupo Escolar de Diamantina surgiu da união das escolas isoladas de quatro professoras Mariana Corrêa de Oliveira Mourão, Liseta de Oliveira Queiroga, Agostinha de Sá Corrêa Rabelo e Júlia Kubistchek. As fontes produzidas na fase inicial da instituição não trazem esse dado, provavelmente era uma tentativa de esquecer a educação no período imperial.

Foram nomeadas Edésia Corrêa Rabello, Hilda Rabello da Mata Machado, Custódia Brant, Eponina da Mata Machado e o diretor Cícero Arpino Caldeira Brant. Pelo quantitativo de professoras nota-se que tiveram muitas matrículas e transferências em 1907.

**Quadro 08:** Primeiro corpo docente e administrativo do Grupo Escolar de Diamantina 1907-1909.

ADMINISTRATIVO	DOCENTE
Cícero Arpino Caldeira Brant: Diretor	Liseta de Oliveira Queiroga
Francisco Regulo Pérpetuo: Porteiro	Agostinha Sá Corrêa Rabello
Augusta Bagô: Servente	Júlia Kubistchek
	Mariana Corrêa de Oliveira Mourão
	Edésia Corrêa Rabello



	Hilda Rabello da Mata Machado
	Custódia Brant
	Eponina da Mata Machado

Fonte: Jornal O Norte (1907), Livros de Promoção e Folha de Pagamento do Grupo Escolar de Diamantina. Autoria: do próprio pesquisador.

A seguir encontram-se informações sobre as professoras que constituíram o primeiro corpo docente, as quatro primeiras já atuavam na educação em Diamantina no século XIX, além de outras recém-formadas pela Escola Normal Oficial da cidade.

### 3.3.1- Júlia Coelho Kubitschek de Oliveira (1873-1971):

Filha de Augusto Elias Kubitschek e Maria Joaquina Coelho, seus pais se casaram em 1867 e tiveram os seguintes filhos: Virginia Augusta, Maria, Júlia, João Evangelista e Hilda<sup>36</sup>. Júlia era adepta à religião católica, pertencente à irmandade de Nossa Senhora do Carmo.

Casou-se com João César de Oliveira, no mês de dezembro de 1898, no sobrado da rua Direita, em Diamantina, pertencente ao pai da noiva, apesar de serem de famílias diferentes e personalidades opostas, como narra Couto (2011, p. 36):

João César e Júlia casaram-se em 1898, surpreendendo a cidade. Contam que as comadres bisbilhoteiras já consideravam a severa e sistemática professora irremediavelmente encalhada. Quando estourou a notícia do noivado, as línguas afiadas matraquearam sem dó. Como é que podia? Logo a reservada e ajuizada Júlia encantar e laçar o cobiçado João César? Um rapaz tão bonito, alegre e desembaraçado, chegado à boemia, bom de papo, festeiro, bom de música, pé de valsa, seresteiro, tocador de violão, dono de uma penca de suspirantes admiradoras. Deve ter sido a doçura dos belos olhos azuis dela.

Após dois anos de casamento, nasceu a primeira filha do casal Eufrosina, que viveu poucos meses. Em 1901 nasceu Maria da Conceição, conhecida pelo apelido de Naná, depois de um ano, em 12 de setembro nasceu Juscelino Kubitschek de Oliveira<sup>37</sup>.

<sup>36</sup> Informações disponíveis na obra *“Juscelino em Diamantina criando saudades (1902-1925)”*, criada pela Secretária do Estado de Minas Gerais.

<sup>37</sup> Juscelino Kubitschek de Oliveira nasceu em 12/09/1902 na cidade de Diamantina. Estudou no Grupo Escolar de Diamantina, no Seminário de Diamantina e cursou medicina na Faculdade de Minas Gerais. Exerceu as funções políticas de prefeito de Belo Horizonte, deputado federal de MG, governador de MG, senador de Goiás e presidente da república entre 1956 a 1961.

**Figura 12:** Júlia Coelho Kubitschek de Oliveira.  
Diretora do Grupo Escolar de Diamantina (1927-1929)



Fonte: Acervo da Escola Estadual Matta Machado.

Júlia ficou viúva prematuramente, seu casamento durou sete anos. João César faleceu em 10 de janeiro de 1905, vítima de tuberculose, conforme Couto (2011, p. 40) e essa fatalidade ocorreu por ele ficar exposto ao vento gelado das serras. “Viúva aos trinta e dois anos, renda familiar reduzida ao magro vencimento, Júlia assume todas as responsabilidades de manter e educar as crianças”.

Trabalhando exageradamente, sempre fez da educação e estudos dos filhos, a sua principal razão de viver. Ministrou-lhes rigoroso curso primário. Tinha algumas regras de ouro. Podiam brincar à vontade, mas só depois de aprendida a lição e feitos os deveres de casa. Outra: tarefa iniciada tinha de ser concluída. Nada de deixar as coisas pela metade. (COUTO, 2011, p. 41).

Júlia formou-se na Escola Normal de Diamantina, inicialmente atuou em uma escola isolada masculina na Palha, depois foi transferida para o Grupiara. Em 1907 foi removida para atuar no GED. Vinte anos depois assumiu a direção, permanecendo até 1929, quando foi substituída pela professora Francisca Tameirão.

Em Diamantina no ano de 1954, Juscelino Kubitschek no cargo de governador de Minas Gerais, criou outro grupo escolar, denominando Grupo Escolar Júlia Kubitschek, em homenagem a sua mãe, o prédio foi projetado por Oscar Niemayer (BARACHO, 2016). Essa instituição é um exemplo de obras criadas com o dinheiro público, utilizadas para homenagear parentes próximos.

Na cidade de Brasília há outra escola em homenagem a Júlia, criada em 1957, antigamente denominado Grupo Escolar 01, conforme Pereira e Henriques (2013). Júlia faleceu em 01 de Maio de 1971, aos 98 anos na cidade de Belo Horizonte (MG).

### **3.3.2- Agostinha de Sá Corrêa Rabello**

Agostinha de Sá Corrêa Rabello<sup>38</sup>, conhecida em Diamantina como Neném, casada com Sebastião Corrêa Rabello, era professora como o marido, possui um grau de parentesco com algumas professoras do GED: cunhada de Mariana Oliveira Corrêa Mourão e tia de Hilda Rabello da Matta Machado e de Edésia Corrêa Rabello (MOURÃO, 1980).

Sua residência localizada na rua Jogo da Bola, onde funcionou sua escola isolada, foi removida para o GED, em 1907. Ela e o marido possuíam uma chácara onde eram produzidos vinhos. “Tinha grande parreiral donde colhia magníficas uvas pretas que não só vendia, como ainda utilizava, em grande parte, para fabricar o seu conhecido vinho” (MOURÃO, 1980, p. 55).

Em seu casamento com Sebastião, ela teve treze filhos<sup>39</sup>. Agostinha mudou-se para Belo Horizonte no ano de 1909, quando o marido assumiu o cargo no governo mineiro “[...] Sebastião Rabello foi nomeado inspetor técnico do ensino, até se aposentar.” (MOURÃO, 1980, p. 55).

Agostinha foi umas das professoras que deixaram no exercício no GED, em agosto de 1909, com o suposto fechamento do grupo, mesmo com residência em Belo Horizonte, capital mineira, o marido de Agostinha sempre retornava a Diamantina na época da colheita, para preparar o vinho.

### **3.3.3- Mariana Corrêa de Oliveira Mourão (1858-1944)**

Mariana Corrêa de Oliveira Mourão, nasceu em 1858 no distrito de Extração, conhecido popularmente como Curralinho, na cidade de Diamantina, Casou-se com

---

<sup>38</sup> Em virtude da escassez de fontes não existem muitos dados sobre essa professora.

<sup>39</sup> Filhos de Agostinha Sá Corrêa Rabello e Sebastião Corrêa Rabello: Zélia Corrêa Rabello, Fabíola Rabello Hurpia, Davi Corrêa Rabello, Maria Tereza Rabello da Mata Machado, João Corrêa Rabello, Laura Rabello Pires, Ajax Corrêa Rabello, Àurea Rabello Lemos Bastos, Farahildes Rabello Miraglia, Marta Rabello Gomes dos Santos, Yolanda Corrêa Rabello, Desdêmona Rabello Rezende, Agostinha Rabello Coutinho.

Olímpio Júlio Mourão e teve dezesseis filhos (MOURÃO, 1980). Atuou em uma escola isolada masculina, funcionava em sua residência na rua Macau do Meio, foi removida para o GED em 1907<sup>40</sup>. Assumiu a direção em 1909, permanecendo no cargo até a sua aposentadoria em 1916.

### 3.3.4- Liseta de Oliveira Queiroga

Liseta de Oliveira Queiroga atuava em escola isolada no século XIX, as convocações para os exames publicadas nos jornais<sup>41</sup>. Em 1907 foi removida para o GED. Em suas turmas, sempre atuou em turmas de meninas e na gestão de Mariana ganhou o cargo de secretária da instituição, a maioria dos documentos foram produzidos por ela. Tornou-se diretora em 1916, após a aposentadoria de Mariana Mourão, ficou no cargo até 1926, quando aposentou.

**Figura 13:** Liseta de Oliveira Queiroga.  
Diretora do Grupo Escolar de Diamantina (196-1926)



Fonte: Acervo da Escola Estadual Matta Machado.

Sua aposentadoria ficou registrada em forma de carta, bem comovente, no livro de pontos dos funcionários em 07 de Dezembro de 1926, dessa forma notamos como ela dava importância aos registros documentais.

---

<sup>40</sup> Mais informações sobre Mariana Corrêa de Oliveira Mourão serão discutidos no quinto capítulo desta produção.

<sup>41</sup> Na edição do Jornal *O Município* de 06/11/1899, nº 215, p. 05, Ano V.

As linhas que aqui deixo concretizam um adeus e um agradecimento. A despedida é para mim um motivo de lágrimas.

O agradecimento motivo de estricte justiça. A amizade e a justiça tramam lucta porfiada: aquella me cohibe de me dirigir a vós, arrancando-me a coragem, e esta me arrasta, com violencia, para vos patentear a minha gratidão.

Na dura alternativa entre uma e outra, vence a justiça ainda que as lágrimas irrompam, crystallizando-se-me nos olhos. É que a lagrima reverbera uma amizade que perdura, comquanto me segregue de vosso amavel convívio. A justiça, porem, superior a tudo. Aqui estou, por isso, ainda que a penna me custe a destilhar um adeus.

A aposentadoria me era necessária e confesso- vos: seja o fructo de 41 annos de trabalho, trabalho que me tem sido o preço de esforços, mas consequentemente tem accionado gloria.

A maior parte dessas glorias a vós devo, caras collegas, vós que commigo mourejastes neste cenaculo de ideal sublime que symboliza a Patria do passado, a Patria do presente e a Patria do amanhã- a escola.

A vossa solicitude é tão grande, tão heroica que so devol-a poderá recompensar.

O meu silencio neste ponto, exprime, com eloquecia, o que as palavras não podiam dizer.

Agora, deixando esta casa de ensino, onde a affeição estreitou a todas vos com liames fortes e sempiternos, consigno leal agradecimento a cada uma das distinctas professoras, bem como aos funcionarios administrativos, pela dedicacão e contribuição que me emprestaram e pelos inestimaveis serviços feitos com abnegação e desinteresse.

A todos, um adeus e a expressão do meu reconhecimento. (QUEIROGA, 1926, p. 113) .

Na carta, Liseta apresenta estar triste com a aposentadoria, no entanto, era necessário devido há muito tempo que estava atuando. Essa professora dedicou quarenta e um anos da sua vida na área educacional. Em sua trajetória profissional, foram dedicados cerca de duas décadas no Grupo Escolar de Diamantina, por isso, laços afetivos foram criados, pelos dizeres da carta, notamos um descontentamento da professora ao deixar a instituição.

### **3.3.5- Hilda Rabello da Mata Machado (1877-1957)**

Hilda Rabello da Mata Machado, filha de Francisco Corrêa Ferreira Rabello e de Gabriela da Mata Machado, era a quarta filha do casal (MOURÃO, 1980). Duas de suas irmãs, como ela, foram professoras do Grupo Escolar de Diamantina, Edésia Corrêa Rabello atuou como professora efetiva desde 1907 e Nícia Corrêa Rabello cobriu

algumas licenças de professoras a partir de 1908, como ilustra o livro de PROMOÇÃO (1907)<sup>42</sup>.

Hilda e as irmãs Naná e Edésia foram alfabetizadas pela sua tia paterna, Mariana Corrêa Rabello Mourão, possuía uma escola isolada, destinada para o sexo masculino, Rabello (1964, p. 32) traz uma ressalva, sobre sua matrícula nessa escola: “Por uma licença especial, consentiu que Hilda, Naná e eu estudássemos lá”.

Hilda tocava piano, tinha como hábito acordar a família bem cedinho com o som desse instrumento musical:

Ela gostava de, algumas vezes, levantar-se bem cedo, sair na ponta dos pés, abrir a porta de mansinho, para que ninguém acordasse, assentar-se ao piano e tocar alguma peça. Tocava só uma, não tocava mais que uma. Voltava para o quarto e deitava-se outra vez. (RABELLO, 1964, p. 47).

O pai de Hilda, Francisco Corrêa Rabello, era formado em Direito. No ano de 1868, Mourão (1980) afirma o ingresso de Francisco na política, por meio do partido Liberal. Atuou como juiz em Diamantina, lecionou Filosofia no Externato de Diamantina, em 1878 conseguiu vaga de professor de aritmética na Escola Normal Oficial de Diamantina.

Hilda, Naná, Edésia e Nícia estudaram e moraram na Escola das Externas das Irmãs São Vicente de Paulo, quando o pai mudou para o Rio de Janeiro, a fim de alavancar a sua carreira política.

Quando o Marechal Deodoro deu o impatriótico golpe de estado, o Dr. Corrêa Rabelo a cujo caráter a medida pareceu odiosa, teve tal indignação que adoeceu. [...] Minada sua saúde pelos desgostos políticos, teve que deixar o Rio de Janeiro, onde tomava parte nas reuniões do Congresso Nacional para voltar a Minas, a conselho médico. Precisava novamente do clima das montanhas para combater a insidiosa moléstia que lhe tirava as forças e atividade. No caminho para Diamantina, ficou detido em Sabará, sem forçar para prosseguir viagem. A sua senhora foi encontrá-lo ali. Não resistindo à agravação do mal, veio a falecer naquela cidade. (MOURÃO, 1980, p. 40).

Com a morte de Francisco, Gabriela regressou a Diamantina e buscou as filhas no colégio. Rabello (1964) relata sobre as dificuldades enfrentadas nesse período, marcado pela tristeza na família e pelas dificuldades financeiras.

---

<sup>42</sup> No quadro 04 localizado nesse capítulo há a descrição das licenças tiradas por todos os funcionários do GED no período de 1907 a 1909, como traz o Livro de Folhas de Pagamento (1907).

Hilda formou-se normalista pelo Colégio das Externas das Irmãs de São Vicente de Paulo. “Naná e Hilda voltaram para o colégio, pois, faltavam poucos meses para Hilda receber o diploma de normalista” (RABELLO, 1964, p. 111).

Rabello (1964, p. 123) narra a formatura da irmã, “Hilda terminou o curso normal e estava para sair do colégio. A festa da entrega de diplomas realizou-se na Escola Normal”. Hilda diplomou-se aos dezessete anos. Para ajudar a família, começou a dar aulas particulares de primeiras letras, conseguiu nove alunos, conseguindo uma renda de cinco mil réis.

Hilda prestou concurso e conseguiu cadeira da escola isolada no bairro da Palha em Diamantina. Tempos depois, sua escola foi fechada, em virtude de uma crise financeira que assolou Minas Gerais. Ao relatar isso, Rabello (1964, p. 136) traz o seguinte verso, sem citar a autoria: “Há mais luz nas vinte e cinco letras do alfabeto./ Do que em todas as constelações do firmamento. / Quando se abre uma escola, fecha-se uma cadeira”.

**Figura 14:** Residência da Família Corrêa Rabello, localizada na rua São Francisco, no centro de Diamantina-MG.



Fonte: Acervo do autor.

Rabello (1964) aponta o desejo de Hilda em se tornar irmã de caridade, mas isso não veio a acontecer, ela se casou em 1898. Ao analisar as fontes dessa pesquisa, foi constatada a identidade do seu marido, Álvaro da Mata Machado, seu tio materno, eles

tiveram treze filhos<sup>43</sup>, Gabriel, Maria Hilda, Maria da Conceição e Olga morreram quando crianças (MOURÃO,1980).

“Hilda, de todas nós, era a que possuía gênio mais brando, a mais carinhosa para os irmãos, procurando auxiliá-los em tudo que podia” (RABELLO,1964, p. 135). Hilda atuou no Grupo Escolar de Diamantina, depois mudou-se para Belo Horizonte, assumindo o cargo de diretora do Grupo Escolar Henrique Diniz, a pedido do presidente do estado Antônio Carlos. Em Belo Horizonte há uma escola na rede municipal em sua homenagem, Hilda faleceu em 31 de dezembro de 1957, aos 80 anos.

### 3.3.6- Edésia Corrêa Rabello (1879-1971)

Edésia Corrêa Rabello, também conhecida pelos mais próximos como Dedésia, nasceu em Diamantina, no dia 12 de outubro de 1879, filha de Francisco Corrêa Ferreira Rabello e Gabriela da Mata Machado. Escreveu um livro de memórias intitulado “*La em casa era assim...*” publicado em 1964, onde ela traz várias informações de sua vida desde a infância.

Como foi mostrado na biografia da professora Hilda Rabello da Mata Machado, Edésia foi aluna de primeiras letras da sua tia paterna, Mariana Corrêa de Oliveira Mourão, ela adorava brincar no quintal da escola, que funcionava na casa da professora: “Quando nos vinham buscar, depois do jantar ainda estávamos ouvindo histórias do Antigo Testamento, que Nininha contava” (RABELLO,1964, p. 34).

Como a escola de Mariana era para o sexo masculino, Edésia juntamente com as irmãs, foram matriculadas no Colégio das Externas das Irmãs de São Vicente de Paulo. Edésia não gostou de estudar no colégio das freiras, em um episódio escondeu as meias para não ir a aula, no entanto, foi descoberta pela irmã Naná. A autora traz características dessa instituição, possuía turmas para alunas adiantadas e atrasadas, nessa escola era adotado o método de soletração para o ensino da leitura.

---

<sup>43</sup> Filhos de Hilda Rabello da Mata Machado e Álvaro da Mata Machado: Maria Dolores Mata Vidigal, Álvaro Mata Machado Filho, Zélia da Mata Machado, Armando da Mata Machado, Francisco da Mata Machado, João da Mata Machado, Sílvio da Mata Machado, Ivete Mata Machado Brant, Maria Ione da Mata Machado, Gabriel da Mata Machado, Maria Hilda da Mata Machado, Maria da Conceição da Mata Machado e Olga da Mata Machado.



Foi um fracasso para mim. Aquilo de ler a palavra de trás para diante, de ficar sapateando nas sílabas, não foi comigo. Por isso eu acho que fui uma das meninas que mais custou a aprender a ler. Escutem como se lia a palavra gameleira: g-a= ga, m-e= me, game; l-e-i= lei, gamelei; r-a= ra, gameleira. (RABELLO, 1964, p. 55).

Edésia matriculou-se em 1896 na Escola Normal de Diamantina, narra a dificuldade ao iniciar os estudos, pela falta do batistério, segundo ela foi batizada às pressas, esse era um dos documentos obrigatórios a serem apresentados. É um estado laico, no entanto, a Igreja participava ativamente no sistema educacional de ensino e Diamantina por ser uma cidade sede do bispado, possuía tais influências.

**Figura 15:** Edésia Corrêa Rabello.



Fonte: Virgílio Pereira de Almeida.

O Jornal *O Município* importante ferramenta da imprensa em Diamantina no século XIX, traz em seus periódicos várias notícias da Escola Normal e através dessa fonte, foi possível elencar alguns pontos da formação de Edésia:

**Quadro 09:** Resultados do 1º Anno (1896) Escola Normal de Diamantina

Disciplina	Nota
Lições das Coisas	Approvada Plenamente
Economia Doméstica	Approvada Plenamente
Geografia	Approvada Plenamente
Calisthenia	Approvada Plenamente
Trabalhos de agulha e corte de roupa branca	Approvados
Calligraphia	Approvados
Chorographia	Approvado com distinção
Música e Canto	Approvada Plenamente
Arithmetica	Approvada Plenamente

Desenho	Approvados
---------	------------

Fonte: Jornal O Município, 23/01/1897, p. 02 e 03, nº 100. Autoria: do próprio pesquisador.

No 2º ano do curso Normal, Edésia obteve as seguintes notas no exame realizado em 1897:

**Quadro 10:** Resultados do 2º Anno (1897) Escola Normal de Diamantina

Disciplina	Nota
Francez	Approvada Plenamente
Arithmetica	Approvada Plenamente
Chorographia	Approvada
Pedagogia	Approvada Plenamente
Sciencias Physicas e Naturaes	Approvada Plenamente
Dezenho	Approvados
Calligraphia	Approvada Plenamente
Trabalhos com Agulha	Approvada
Instrucção Moral	Approvada

Fonte: Jornal O Município, 22/03/1898, p. 03, nº 151. 29/03/1898, p. 03, nº 152, 04/04/1898, p. 03, nº 153. Autoria: do próprio pesquisador.

Na Biblioteca Antônio Torres não foram encontrados jornais com as notas dos exames do terceiro e quarto ano do curso normal de Edésia, apenas a informação que fez prova de segunda época na disciplina de “geographia” no terceiro ano. Ela concluiu o curso normal em 1900, conforme o Jornal *O Município* em edição de 09 de Junho de 1900.

Esses dados da formação de Edésia são de suma importância, para compreendermos qual foi sua trajetória enquanto aluna, quais conhecimentos e competências ela teve acesso. Recém-formada não conseguiu emprego, a respeito disso ela faz uma reflexão em sua obra:

Naná, eu e Nícia éramos normalistas, possuidoras de diplomas obtidos após acurados estudos. Onde aplicar nossa capacidade de trabalho? O Estado não cogitava de criar escolas. Os governos se sucediam, cultivando a ignorância por motivo de economia. (RABELLO, 1964, p. 144).

As fontes dessa pesquisa não demonstraram a atuação de Edésia em escola isolada, somente no GED em 1907, quando foi nomeada. Em 1929, Edésia publicou um artigo na Revista do Ensino, intitulado “*O ensino de Historia do Brasil*”, percebemos sua influência como educadora no século XX.

Edésia não se casou e não teve filhos biológicos, ela criou um primo chamado Moacir (MOURÃO, 1980). No dia 10 de setembro de 1925, sua mãe Gabriela da Mata

Machado faleceu. Edésia narra da dificuldade para se mudar para a capital mineira com um adolescente, comprou a casa paterna, em seguida vendeu e adquiriu um imóvel na Avenida do Contorno, nº 6797.

No ano de 1930, ela assumiu a cadeira de professora de história do Brasil na Escola Normal da capital mineira, como ilustra o *Jornal A Noite*. Edésia aposentou após vinte e oito anos de serviço e alguns meses por invalidez, devido a um reumatismo que a deixou sem movimentos nas pernas.

Impossibilitada de caminhar há mais de vinte e cinco anos, bendigo a minha persistência e economia, que me permitiram ter uma casa onde, com paciência e resignação, sofro a cruel moléstia que se aponderou de mim. Esta vida é ou não uma luta renhida? (RABELLO, 1964, p. 159).

A autora ainda faz uma ressalva de que o livro não é um diário, a escrita da obra havia sido iniciada há um ano, como estava com os movimentos das mãos começando a se comprometer, teve que ditar para alguém escrever. Machado Filho (1964), ao fazer o prefácio do livro cita que Edésia estava com oitenta anos no momento de criação do livro, a autora conclui o livro da seguinte forma:

Na imobilidade forçada, estirada no leito, com pouco movimento nas mãos, começaram a se desenrolar diante de mim, como num filme, os pequeninos fatos da minha infância e mocidade, em Diamantina. Não podendo escrever, ditei tudo que me acudia ao espírito, sem fantasiar ou exagerar. Muitos poderão pensar que este livro é um diário. Mas enganam-se. Comecei-o há cerca de um ano, levada pela saudade profunda que sinto do teto paterno e de meus irmãos que, todos, me anteciparam na grande viagem... (RABELLO, 1964, p. 160).

Em Belo Horizonte há uma rua em homenagem a Edésia, localizada no bairro Mariano de Abreu. Foram feitos alguns estudos que tem suas produções como fontes, a título de exemplo, os trabalhos de Souza (2001), Costa (2008) e Bressolin (2015).

### **3.3.7- Eponina da Mata Machado**

Eponina da Mata Machado, filha de Augusto da Mata Machado e de Júlia Godoy, é a segunda filha do casal, possuía cerca de dez irmãos. Seu irmão, Augusto Aires da Mata Machado Filho, foi o responsável por escrever o prefácio da obra de

Rabello (1964), pela escassez das fontes não houve possibilidade de montar com exatidão os dados biográficos de Eponina.

Eponina estudou junto com a professora Edésia, na Escola Normal Oficial de Diamantina. No Jornal *O Município*<sup>44</sup> foram encontradas as notas do primeiro ano do seu curso, somente nas disciplinas desenho, português, chorographia, sendo nas duas últimas aprovada plenamente.

**Figura 16:** Eponina da Mata Machado destacada. Família Mata Machado (1900).



Fonte: Virgílio Pereira de Almeida

Eponina fez prova de segunda época na disciplina de “geographia” no terceiro ano, obtendo uma nota com distinção, como esclarece o *Jornal O Município*, concluiu o curso<sup>45</sup> em 1900, foi nomeada em 1907 para o Grupo Escolar de Diamantina.

### 3.3.8- Custódia Brant

Custódia Brant atuou no GED, de 1907 até 1909, quando ficou em disponibilidade na tentativa frustrada de fechamento do grupo (LIVRO DE FOLHAS DE PAGAMENTO, 1907). Em virtude da escassez de fontes não foi encontrado nenhum dado biográfico da professora.

<sup>44</sup> Nas edições do Jornal *O Município*, 22/03/1898, p. 03, nº 151. 29/03/1898, p. 03, nº 152, 04/04/1898, p. 03, nº 153.

<sup>45</sup> “Terminaram o curso da Escola Normal desta cidade e receberam diplomas as exmas. Sras [...] 4D. Eponina da Matta Machado, filha do capm. Augusto da Matta Machado, natural d’esta cidade” (JORNAL O MUNICÍPIO, 09/06/1900, p. 02, nº 229, Anno VI).

### 3.4- Corpo Discente do Grupo Escolar de Diamantina

Os alunos do Grupo Escolar de Diamantina eram oriundos da cidade de Diamantina, boa parte frequentavam escolas isoladas da cidade. Os nomes foram identificados através das atas de exames realizados na instituição, no interstício de 1907 a 1909.

Alguns desses alunos possuíam grau de parentesco com o corpo docente, a título de exemplo: Paulo Kruger Mourão<sup>46</sup>, João Corrêa Mourão, Maria Esther Corrêa Mourão, Olimpio Mourão Filho, todos eram filhos da professora Mariana de Oliveira Corrêa Mourão, além de sua neta Maria Nilda de Miranda.

A aluna Aurea de Sá Corrêa Rabello era filha da professora Agostinha de Sá Corrêa Rabello. O GED possuía alunos de famílias influentes em Diamantina, como Corrêa Rabello, Matta Machado, Brant, Felício dos Santos, são estes: Álvaro da Matta Machado, Maria dos Reis Brant, Maria Dôlores da Matta Machado, Maria da Conceição Felício dos Santos, Maria Nazareth Queiroga, João da Matta Machado. Mesmo sendo uma instituição pública, havia o domínio de uma parcela da sociedade, principalmente ligadas ao corpo docente da instituição.

Algumas ruas e instituições levam o nome dessas famílias, como a praça Conselheiro Matta Machado, Escola Estadual Matta Machado, Escola Estadual Maria Augusta Caldeira Brant, Escola Estadual Felício dos Santos, há uma cidade próxima a Diamantina com o nome de Felício dos Santos, um distrito denominado Senador Mourão.

### 3.5-Arquitetura do GED

Os grupos escolares foram instalados em prédios considerados verdadeiros templos do saber. O GED funcionou próximo da Igreja da Sé, prédio reformado onde já

---

<sup>46</sup> Paulo Kruger Corrêa Mourão é filho da professora Mariana Corrêa de Oliveira Mourão, autor do artigo *João Pinheiro e a Instrução* (1960), das obras: *Sementeira de Valores: O Seminário de Diamantina de 1867 a 1930*, publicado em 1971 e do *Estudo genealógico e biográfico das famílias Corrêa, Rabelo e Corrêa Rabelo* (1980), uma das principais fontes dessa pesquisa.

havia abrigado por alguns anos a Escola Normal Oficial de Diamantina (ENOD)<sup>47</sup>, instituição desativada em 1906, como ilustram alguns jornais da época.

A arquitetura dos grupos escolares tinha como função demonstrar o ideal de progresso vindo com a república, Vidal e Faria Filho (2010) esclarecem sobre a arquitetura dos prédios dos grupos escolares, que eram verdadeiros monumentos, construídos de acordo com o número de alunos, em geral comportavam de quatro, oito a dez salas. Possuíam setores como biblioteca, museu, sala de professores e direção. Foram edificadas em torno de um pátio, onde havia a separação de meninos e meninas, havia entradas separadas para eles.

Mourão (1960, p. 174) traz em seu artigo, um relato de como era a decoração do prédio do Grupo Escolar de Diamantina:

Guardo a lembrança da inauguração oficial do Grupo Escolar então criado. À noite, o estabelecimento a isto primorosamente preparado, em um prédio dos tempos coloniais, reformado e finalmente pintado pelo artista Joaquim Gasparino, foi aberto às visitas oficiais e públicas. Nos quadros-murais das diferentes salas havia pinturas, que se referiam aos personagens e acontecimentos mais importantes da nossa história. Lá figuravam Tiradentes, a sua fôrça e a data de 1792; lá estavam evocações das principais batalhas da Guerra do Paraguai; lá havia painés de com os retratos de João Pinheiro e de Carvalho Brito, cercados de figuras e símbolos ou figurações de Minas Gerais.

No prédio do GED, estavam presentes alguns símbolos republicanos, como pinturas de Tiradentes, Guerra do Paraguai, retratos dos governantes, tinham como pressupostos evidenciar o nacionalismo, para desenvolver o patriotismo, era uma forma de incutir alguns valores ao homem republicano.

Já na República, o ideal de nacionalidade ressurgiu dentro de um novo paradigma político, não mais comprometido com as estruturas formais de representação do Império, porém, empenhado desde o início com os ideais de cidadania republicana (ROCHA, 2004, p. 23).

Ao trabalhar aspectos relativos ao patriotismo, o grupo escolar pretende incitar valores, sentimentos, postura de um cidadão republicano, para as crianças, por isso, tinha aulas de evoluções militares para os meninos e festas da bandeira, as práticas pedagógicas da instituição convergiam para esse fim.

---

<sup>47</sup> A Escola Normal Oficial de Diamantina inaugurada em meados do século XIX, funcionou até o ano de 1906, quando foi suprimida, no prédio onde funcionou, dando lugar ao Grupo Escolar de Diamantina.

“Formar um indivíduo com autonomia moral, independente, mas perfeitamente ciente de sua cooperação na construção de uma obra, a cidade, a pátria, a humanidade – maior que seu próprio destino é, pois, uma das finalidades da instrução primária” (FARIA FILHO, 2014, p. 240). O prédio foi adaptado para o GED funcionar, no relatório enviado por Cícero em 15 de abril de 1908, a Secretaria do Interior, há um relato das dificuldades enfrentadas na reforma do prédio.

As aulas d'este estabelecimento começaram a funcionar em 4 de Novembro do anno passado. Em Dezembro, achando-se o prédio ainda em trabalhos de adaptação, eu vos remetti um relatório completo das obras que se iam effectuando e das necessidades mais urgentes do Grupo Escolar. Nesta condições, eu resolvera mandar outro relatório de que tracta o Art. 62 do Decr. nº 1969, de 3 de Janeiro de 1907, em Dezembro do corrente anno de 1908, depois de completamente terminada a difícil adaptação do prédio. (BRANT, 15/04/1908).

A reforma trouxe vários empecilhos, conforme relata Brant (1908). As aulas no primeiro ano de funcionamento começaram em novembro de 1907, cinco meses depois, a reforma ainda não tinha sido finalizada. Cícero aponta sobre o dilema em colocar em prática a planta do prédio, conforme determinação do governo mineiro, não havia salas para funcionar a biblioteca e o museu escolar.

Neste Grupo Escolar os alumnos dos dois sexos estão completamente separados. Nos respectivos pateos não é absolutamente possível plantar jardim: - no das meninas, por ser pequeno; nos dos meninos, por ser destinado às evoluções militares. Há uma lacuna sensível neste predio: a falta de local apropriado para o Museu e Bibliotheca, visto como os commodos, que poderiam para isso servir, estão sendo adaptados para as futuras officinas, conforme exige a planta. (BRANT, 15/04/ 1908).

Nas pesquisas realizadas não foi identificada a planta do Grupo Escolar de Diamantina, não há fontes que revelam como era a distribuição dos cômodos na instituição. Como o governo exigia um formato de planta, nas visitas ao Arquivo Público Mineiro, identificamos a planta do Grupo Escolar da Villa de Santa Quitéria, por meio dela temos noção da projeção dos prédios dos grupos escolares.

Na planta abaixo, percebemos a existência de entradas diferentes para meninos e meninas, cada um tinha acesso a uma rua diferente. A entrada para os meninos era mais espaçosa, no entanto, a das meninas dava acesso ao jardim, algo inexistente no GED.

No Grupo Escolar Villa de Santa Quitéria, havia um espaço apropriado para o recreio dos alunos, há um muro que impede o contato de meninos e meninas, nessa escola republicana há a separação de meninos e meninas.

No GED, Cícero reivindica o museu escolar e a Biblioteca, no Grupo Escolar Villa de Santa Quitéria (Figura 17) existia somente o museu<sup>48</sup>, localizado entre as salas III e IV. A direção do grupo e o gabinete das professoras localizava-se próximo a entrada dos meninos. É um modelo de escola que visa o controle dos corpos das crianças, repudiando qualquer mau comportamento.

Em 01 de Outubro de 1910, o inspetor José Madureira d'Oliveira em visita ao GED, relata sobre os problemas na arquitetura do prédio:

A adaptação do predio do Estado, em que funcionão as aulas, não sastifez cabalmente, às condições prescriptas a moderna pedagogia: salas de aulas communicando umas com as outras de modo a forçar a passagem de alumnos por aulas quando funcionando, installações sanitarias muito afastadas do centro do edificio, escapando assim a fiscalisação dos alumnos por parte dos docentes e empregados, páteos de recreio sem um barracão que abrigue as creanças do rigor das intemperias, acrescendo, assim, um pó insuportável e naturalmente nocivo à saúde das creanças. (OLIVEIRA, 1910, p. 13).

Depois de três anos da inauguração do GED, o prédio ainda não estava atendendo aos preceitos da reforma, as solicitações feitas por Cícero em sua gestão não foram atendidas. Uma escola republicana, com a preocupação de formar os novos cidadãos, apresentava problemas de infraestrutura e um descaso do governo para solucioná-la, percebemos isso, através da quantidade de relatórios enviados pelo diretor.

---

<sup>48</sup> Conforme a planta encontrada no Arquivo Público Mineiro.





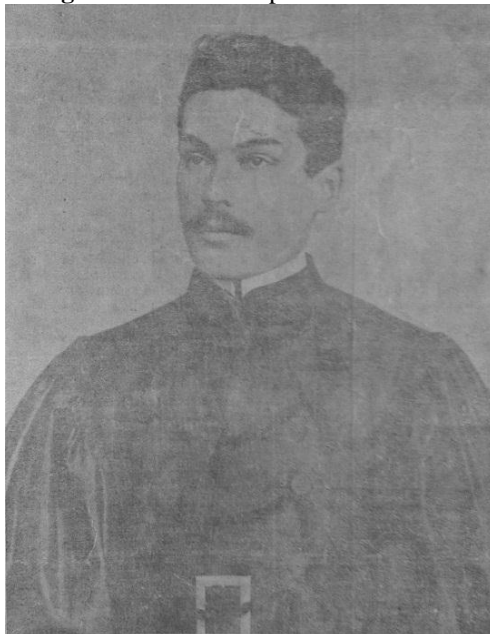
#### **4- CAPÍTULO IV: O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE PROFESSOR DE CÍCERO ARPINO CALDEIRA BRANT (1880-1972)**

Na perspectiva de buscar os registros da profissão de professor, no Grupo Escolar de Diamantina, neste capítulo, será discutido sobre a atuação do professor Cícero Arpino Caldeira Brant, primeiro diretor do GED (1907-1909), além da sua biografia e formação, tendo como principal fonte o livro *“Memórias de um estudante”*, obra de sua criação, com o pseudônimo de Ciro Arno (1949).

##### **4.1-Biografia e formação de Cícero Arpino Caldeira Brant**

Conhecido por Ciro Arno, Cícero Arpino Caldeira Brant, nasceu na cidade de Diamantina por volta de 08 de Março de 1880, foi batizado na Igreja católica, sua família era tradicional e com grande prestígio na cidade (PINTO, 2015). Conforme o autor, certamente Ciro Arno era procedente de uma família rural que tinha migrado para a cidade, após ter tido sorte no garimpo de diamantes. Sua família situa-se entre as lideranças políticas e culturais da região no período republicano.

**Figura 18:** Cícero Arpino Caldeira Brant.



Fonte: Jornal Idea Nova (04/04/1909, p. 01).  
Acervo do autor.

Filho do Coronel Augusto Afonso Caldeira Brant e Maria Augusta Fernandes de Mello Brandão, os seus irmãos eram Augusto Mário Caldeira Brant, Naná Caldeira

Brant, João Edmundo Caldeira Brant, Hilda Caldeira Brant, Leônidas Bertino Caldeira Brant e José Aristides Caldeira Brant.

No livro “*Memórias de um estudante*” de sua criação, com o pseudônimo Ciro Arno (1949), ele relata alguns episódios da sua vida, além da sua trajetória acadêmica, desde as séries iniciais até o curso superior. Sua primeira professora foi Angélica Augusta Vieira, apelidada de Dona Gégeca.

Aos seis ou sete anos de idade, como eu relutasse em entrar para a escola, fui carregado à força, pela escrava Delmira, a mandato de meu pai, para a aula particular de D. Gégeca ( D. Angélica Augusta Vieira). Essa escola então na Cavallhada Nova, em casa do velho Laje [...]. (ARNO, 1949, p. 13).

A escola de Dona Gégeca foi convocada para prestar os exames<sup>49</sup> das escolas primárias do ano de 1896, comprovando a existência dessa instituição: “Dia 18- à 1 hora da tarde. Escola da professora d. Angelica Augusta Vieira. Presidente Juscelino da Fonseca Ribeiro Junior. Examinadores: a professora e os cidadãos Hilario Sebastião de Figueiredo e Claudio Ribeiro de Almeida” (JORNAL O MUNICÍPIO, 07/11/1896, p. 03).

A professora Dona Gégeca começou a reger na escola particular de dona Sázinha, em seguida casou-se, mudando para Ouro Preto, Cícero foi transferido para a escola de dona Sinhá, localizada na rua Direita, na área central da cidade.

Frequentei ainda outras escolas primárias, além de D. Gégeca: a de D. Sinhá, filha do capitão Valeriano, casada com o Sr. Miguel Coelho, à rua Direita; nessa mesma rua, a aula mista, anexa à Escola Normal (no edifício onde posteriormente residiu o Sr. Augusto Kubistchek, regida pela viúva do Capitão Valeriano, D. Maria Salustiana Alves Pereira, auxiliada por uma moça muito simpática e insinuante, D. Garibaldina. (ARNO, 1949, p. 15).

Após um período, Cícero foi matriculado na escola masculina pública regida por Juquinha Brant e Arthur Queiroga, esses professores tinham o hábito de dividir os alunos em dois grupos: Romanos e Cartiginenses, afim de estimulá-los nas atividades de ensino-aprendizagem. “O grupo, cujos alunos dessem melhores lições, era declarado vitorioso; entre as estrepitosas aclamações, os adversários derrotados passavam debaixo da bandeira vencedora [...]” (ARNO, 1949, p. 16).

<sup>49</sup> Essa informação foi encontrada na edição do Jornal “*O Município*” de 07 de Novembro de 1896, comprovando a existência da Escola de Angélica Augusta Vieira.

O processo formativo de Cícero e dos irmãos João Edmundo e Leônidas, teve a contribuição de vários professores, ao deixar a escola pública masculina, foram matriculados na escola particular do Sr. Rodolfo de Oliveira Pinto. A escola de início funcionou na rua Direita, depois foi transferida para a rua do Bonfim e posteriormente para a Macau de Baixo. Cícero traz algumas características do trabalho desse professor: “Aquêle professor exigia que os alunos comparecessem à escola, todos os domingos e dias santificados, às sete horas da manhã, a fim de leva-los a missa. Se algum menino faltava a esse dever, sem motivo de fôrça maior, era castigado no dia seguinte, ia à aula” (ARNO, 1949, p. 16).

Com base na citação acima, a contribuição da formação religiosa de Cícero é resultado de uma atuação pedagógica conservadora, tradicional com base nos princípios do cristianismo, tendo por referência o professor Rodolfo de Oliveira Pinto, que cobrava a vivência da fé por parte dos alunos com pena de ser castigado.

Cícero ao dar início aos estudos no Externato, anexo a Escola Normal Oficial de Diamantina, teve como um de seus professores Sebastião Corrêa Rabello<sup>50</sup>, lecionava português. Esse professor para Cícero era um “ [...] homem de vocação inata para o magistério, competente, assíduo e esforçado, demonstrando sempre o máximo interesse pelo progresso dos alunos, um dos caracteres mais puros que tenho conhecido [...]” (ARNO, 1949, p. 17).

Sebastião na reforma educacional proposta pelo presidente de Minas Gerais João Pinheiro, em 1906, assumiu o cargo de inspetor, como demonstra o estudo de Faria Filho (2014, p. 60): “Nessa ocasião, dizia o inspetor Sebastião Corrêa Rabelo”. Ele fazia inspeções na capital, principalmente, no Grupo Escolar do Barro Preto.

O corpo docente do Externato, à época de Cícero era composto pelos professores José Teodoro de Lima, conhecedor de línguas, João Nepumuceno Kubistchek, ministrava a disciplina de Francês, ele era avô de Júlia Kubistchek que futuramente seria professora do Grupo Escolar de Diamantina. Esse professor tinha “[...] talento de escól, inteligência viva e brilhante, inspirado poeta, autor do magnífico poema Eurico, o presbítero” (ARNO, 1949, p. 17).

Em 1890 Cícero ingressou no Seminário de Diamantina, permanecendo por três anos, além de um rígido processo disciplinar, havia na instituição algumas diversões,

---

<sup>50</sup> O professor Sebastião Corrêa Rabello possuía grau de parentesco com algumas professoras do Grupo Escolar de Diamantina, era irmão de Mariana Corrêa de Oliveira Mourão e esposo de Agostinha Sá Corrêa Rabello.

entretanto muitos alunos eram melancólicos, queixavam-se da vida naquele lugar, tinham saudades da casa paterna. O regente Epaminondas Nunes de Ávila e Silva ficava vigiando os meninos no recreio, esse padre se tornou bispo de Taubaté.

O regimento interno do Seminário era bastante severo, verdadeira disciplina prussiana, reinando naquele internato ordem, respeito e moralidade admiráveis. É escusado assinalar que naquele estabelecimento atualmente não se aplicam mais castigos físicos, nem rigorosos, segundo estou informado. (ARNO, 1949, p. 29).

Arno (1949) cita alguns dos castigos sofridos pelos meninos indisciplinados no Seminário, como copiar várias vezes a lição ou o Miserere; ficar de capim na aula (ser ignorado pelo professor durante as aulas), ficar no cubículo simples (o indisciplinado não poderia conversar com ninguém), além dos bolos de palmatória e a expulsão.

Os meninos não poderiam comunicar uns com os outros, nem encostar no gramado localizado entre o pátio e a escada que dava acesso ao parlatório, no entanto, os alunos estudiosos e bem procedidos não tinham uma má vida para Arno (1949).

Todos os dias, às cinco horas da manhã os alunos iam para a Igreja do Sagrado Coração de Jesus ouvir a missa, depois da celebração era servido o café da manhã. O autor elenca os horários das refeições: dez horas era servido o almoço, meio dia a merenda e às quatro horas o jantar.

Os padres lazaristas que atuavam no Seminário eram Antoine Perrin, Padre Henrique Lacoste, Padre João, Padre Pedro Delery e o italiano Aquiles Berardini, João Rodrigues Coelho e João Alfredo Laender (ARNO, 1949). Além desses, Cícero comenta sobre o corpo docente da instituição, formado por Gustavo Serrão, João Moreira da Silva, Epaminondas Nunes de Avila e Silva, Afonso Linguari, Antônio de Carvalho, Felix Natalício de Aguiar, João Rodrigues Coelho e João Alfredo Laender, esses dois últimos não eram lazaristas.

O professor José Carolino Menezes, considerado por ser “ [...] muito inteligente, poeta de valor, mas obscuro por sua excessiva modéstia” (ARNO, 1949, p. 42). Já o professor do 1º ano atrasado, Antônio Falci, era amável e bondoso.

O Padre Hermógenes Generoso da Silva, lecionava no 2º ano, tratava os alunos de forma delicada por isso, estimado por todos. O professor Padre Lúcio Antunes de Souza, do 3º ano, “[...] de trinta anos, mais ou menos, alto, robusto, de bastos cabelos pretos, de óculos, o rosto sombreado pela barba cerradíssima a espontar, apesar de ser feita diariamente” (ARNO, 1949, p. 43).

Por último, ele cita o Padre Florêncio Rodrigues Terra, professor do quarto ano, era delicado ao extremo, de aspecto quase sempre triste, “Boníssimo e virtuoso Padre Florêncio. Era uma das almas mais puras do seminário” (ARNO, 1949, p. 44).

As histórias narradas por Cícero em sua obra *“Memórias de um estudante”* (1949), serviram como fonte para o livro de Paulo Kruger Corrêa Mourão (1971) *“O seminário de Diamantina 1867 a 1930: Sementeira de Valores”*.

O Seminário de Diamantina foi a dádiva inestimável da sétima década do século XIX à religião e ao Brasil. Fundado nos felizes tempos da Igreja unida ao Estado, produziu sazonados frutos na seara do Senhor, beneficiando também a Pátria, como uma sementeira de valores. (MOURÃO, 1971, p. 03).

Pinto (2015, p. 49) assevera sobre a formação de Cícero: “Educado nas escolas das mestras, em 1890, foi enviado ao Seminário, onde reuniu e vivenciou uma série de experiências que são relatadas em vários textos. Concluídos os estudos no seminário e, desinteressado em seguir carreira eclesiástica, matriculou-se na Escola Normal, por volta de 1893”.

Em setembro de 1893, Cícero e os irmãos João Edmundo<sup>51</sup> e Leônidas ingressaram na Escola Normal Oficial de Diamantina (ENOD). “A minha maior satisfação, ao entrar para aquele estabelecimento, foi o uso do uniforme e respectivo boné. Tínhamos dois uniformes: um azul-marinho, para o inverno; outro branco, para o verão” (ARNO, 1949, p. 61).

Arno (1949) discute na obra sobre o corpo docente da ENOD, no biênio que frequentou, no quadro abaixo, foi apresentado o nome do professor e a disciplina que lecionava. “[...] todos os professôres eram assíduos e cumpridores dos deveres” (ARNO, 1949, p. 62).

**Quadro 11:** Corpo docente da Escola Normal Oficial de Diamantina (1893-1895).

PROFESSOR	DISCIPLINA	OBSERVAÇÃO
Joaquim José Pedro Lessa	Francês	Exercia também a função de diretor.
Sebastião Corrêa Rabelo	Português	
Elpídio Procópio Alves Pereira	Aritmética e Álgebra	
Artur Queiroga	Agricultura, Geografia e Corografia.	
Artur Napoleão Alves Pereira	Ciências Físicas e Naturais	
Catão Gomes Jardim Júnior	Geometria	
Dr. Teodomiro Alves Pereira	História Universal e do Brasil	

<sup>51</sup> João Edmundo Caldeira Brant foi deputado de Minas Gerais no período de 1935 a 1937 conforme Martins (2009).

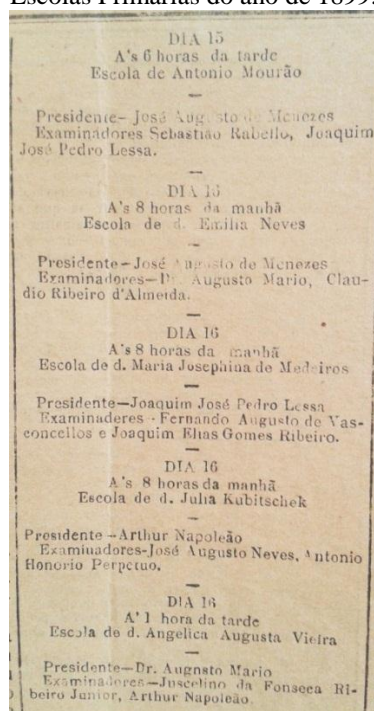
João Nepomuceno Ribeiro Ursini	Música	
Américo Diamantino Costa França	Ginástica e Evoluções Militares	
Juscelino da Fonseca Ribeiro Júnior	Pedagogia	
José da Cunha Vale Laport	Desenho e Caligrafia	

Fonte: Arno (1949, p. 61 a 63). Autoria: do próprio pesquisador.

O corpo docente da ENOD era composto exclusivamente por homens, realidade diferente do GED, a maioria desses professores compunha parte das bancas examinadoras das escolas primárias de Diamantina, por meio da análise na imprensa<sup>52</sup> identificamos os professores Sebastião Rabello, Joaquim José Pedro Lessa, Juscelino da Fonseca Ribeiro Júnior e Arthur Napoleão.

Além dos professores, havia outros funcionários como a Realina de Souza, tinha como atribuição vigiar as moças. “Era porteiro do estabelecimento o Sr. Francisco Régulo Perpétuo [que foi também do Grupo Escolar, 14 anos depois]” (ARNO, 1949, p. 62). Francisco assume o mesmo cargo quando o Grupo Escolar de Diamantina foi inaugurado no ano de 1907. Anexo a Escola Normal Oficial de Diamantina funcionava a escola masculina de José Ferreira de Andrade Brant Júnior (Juquinha Brant).

**Figura 19:** Convocação de Exames das Escolas Primárias do ano de 1899.



Fonte: Jornal *O Município* (06/11/1899, p. 04).  
Acervo do autor.

<sup>52</sup> Estes dados foram retirados do Jornal *O Município*, na parte destinada a convocação para os exames das escolas primárias do ano de 1899, acima encontra-se a fotografia dessa notícia.

Cícero possuía muita admiração por Sebastião Corrêa Rabello, no capítulo XVI de sua obra, traz como temática as aulas de português do mês de março de 1895. “O Sr. Sebastião Rabelo era tão esforçado e escrupuloso que, além das aulas regulamentares de português, nos dava diariamente outra, extraordinária, das 7 às 8 da manhã” (ARNO, 1949, p. 62). Sebastião era exigente quanto à escrita, cobrava sobre as redações, sempre dirigia perguntas aos alunos com o intuito de avaliá-los.

Cícero tinha um rendimento satisfatório na Escola Normal, as notas dos exames prestados por ele foram publicadas no Jornal *O Município*:

**Quadro 12:** Resultados dos Exames do 2º Anno da Escola Normal em 1895.

<b>Disciplina</b>	<b>Nota</b>
Português	Approvado com distinção
Pedagogia	Aprovado Plenamente
Instrução Moral	Approvado com distinção
Geometria	Plenamente
Arithmetica	Plenamente
Francez	Approvado com distinção
Chorographia	Approvado com distinção

Fonte: Jornal O Município (22/ 01/1896, p. 03). Autoria: do próprio pesquisador.

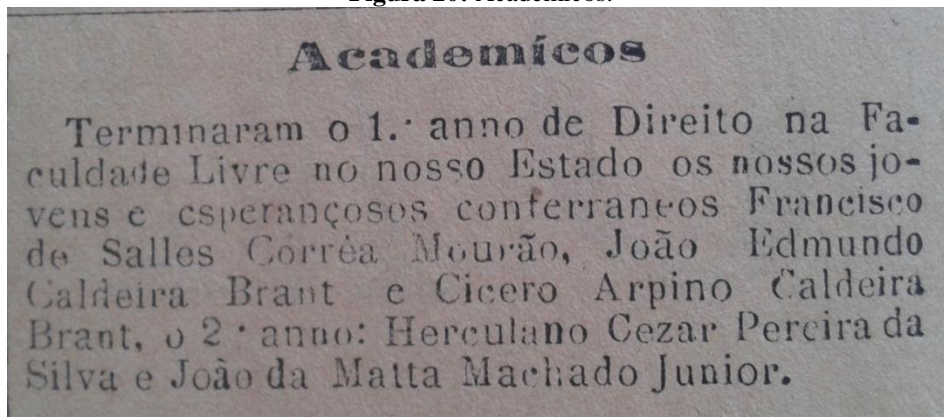
Suas disciplinas preferidas eram português, música e história natural, mesmo apresentando bons resultados, não chegou a concluir o curso normal, Arno (1949, p. 49) traz essa informação: “Não cheguei a concluir o curso da Escola Normal, que frequentei de fins de 1893 a fins de 1895”. Nessa mesma época ele deu seus primeiros passos como escritor, publicando textos em jornais da cidade.

Cícero e o irmão João Edmundo foram para Ouro Preto, a fim de fazerem o preparatório para os exames da Faculdade de Direito. Eles prestaram vestibulares nas instituições de São Paulo e Minas Gerais (ARNO, 1949). Ambos viajaram com os amigos Teodomiro Antônio da Silva Pereira, Bento Luís dos Santos e um terceiro, que não recorda. A viagem rumo a Ouro Preto durou cerca de treze dias, eles saíram de Diamantina no dia 17 de fevereiro de 1896.

No *Jornal Oficial de Minas Gerais*<sup>53</sup> há uma convocação para Cícero prestar o exame anual do seu curso e juntamente com o irmão concluía o primeiro ano da faculdade de direito, como ilustra o jornal *O Município*, na figura abaixo:

<sup>53</sup> Esta convocação encontra-se na edição nº 305 de 19 de Novembro de 1899 do Jornal Oficial de Minas Gerais.



**Figura 20:** Acadêmicos.

Fonte: Jornal O Município (11/12/1899, p. 02, anno V, nº 218). Acervo do autor.

Cícero concluiu o curso de direito em 1904, a última frase do livro “*Memórias de um estudante*” traz essa informação: “E naquela manhã de 20 de Novembro de 1906, tendo concluído mais de dois anos o meu curso jurídico (em março de 1904) deixei definitivamente a bela Paulicéia, embarcando na estação do norte com a Diamantina, Minas” (ARNO, 1949, p. 219).

O recém-formado advogado, pertencente a uma família renomada de Diamantina, atuou em um escritório no Beco da Tecla e em 1907 foi nomeado para ser o diretor do Grupo Escolar de Diamantina.

#### **4.2- Atuação profissional de Cícero Arpino Caldeira Brant**

Cícero quando estava cursando Direito em São Paulo, no ano de 1901, atuou no “Hydecroft College”, como professor de português e vigia. Neste educandário os alunos eram divididos em três grupos: internato, semi-internato e externato. O emprego o impediu de frequentar as aulas da faculdade, entretanto, ele estudou em casa, a fim de fazer os exames para o segundo ano.

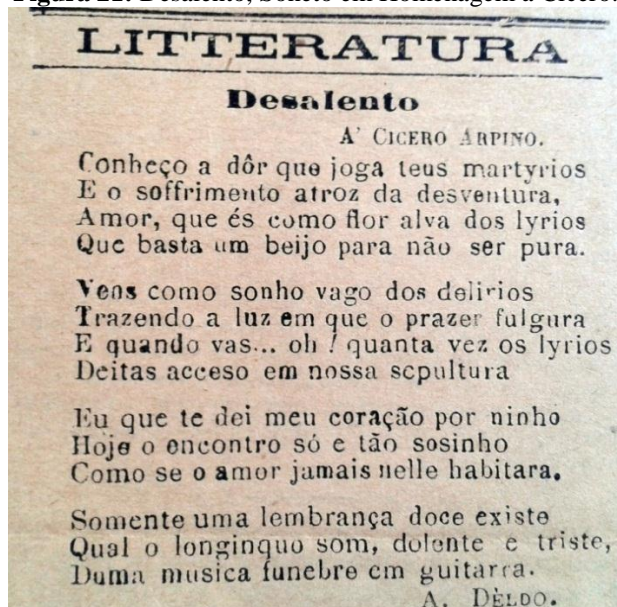
Como vigilante teve dificuldades para exercer as atividades do cargo, mesmo por ter sido educado no Seminário de Diamantina, “[...] Era obrigado a manter a ordem e a disciplina numa grande turma de alunos, onde havia meninos turbulentos e enfants gatés de milionários, sem poder lançar mão de outros castigos, além de cópias das lições que êles faziam quando queriam” (ARNO, 1949, p. 186).

Em Diamantina, Cícero contribuiu para alguns jornais como *Idea Nova* (em sua segunda fase), *Cidade de Diamantina*, *O Itambé*, *O Município*, a atividade jornalística fazia parte de sua vida. Para Pinto (2015), no *Idea Nova* ele expunha sua visão de mundo, este periódico trazia semanalmente notícias sobre o Grupo Escolar de Diamantina e os impactos da reforma escolar proposta por João Pinheiro em 1906.

O Jornal “*O Município*”, era o órgão oficial do governo municipal, segundo Pinto (2015, p. 76), publicava-se semanalmente notícias da Câmara Municipal, leis, resoluções, balanços de receita e despesas do Executivo Municipal, informes sobre os distritos, comunicava-se a presença de visitantes na cidade, falecimentos, festas religiosas, davam-se informes sobre as eleições, instrução escolar, peças teatrais, tudo que envolvia a cidade era publicado.

Cícero aos 20 anos de idade, recebeu um soneto em sua homenagem publicado no jornal oficial da cidade, isso se dá por ele pertencer a uma família tradicional, além de ser um literário.

**Figura 21:** Desalento, Soneto em Homenagem a Cícero.



Fonte: Jornal O Município (04/04/1900, p. 04). Acervo do autor.

Cícero regressou a Diamantina em 1906, um ano depois, foi nomeado para ser diretor do Grupo Escolar de Diamantina (GED), foi a primeira pessoa a ocupar o cargo na instituição. Alguns de seus familiares atuavam na câmara municipal e na única instituição pública de ensino primário. O decreto de sua nomeação foi encontrado no Jornal *O Norte* e no livro de *Registro de Decretos nomeando professores*, pertencente ao acervo do Arquivo Público Mineiro (APM).

O Presidente do Estado de Minas Geraes, em conformidade com o Reg. A que se refere o Dec. N. 1960, de 16 de Dezembro de 1906 resolve nomear o cidadão Cícero Arpino Caldeira Brant para o cargo de director do Grupo Escolar da cidade de Diamantina. Palacio da Presidência do Estado de Minas Geraes, em Diamantina, 20 de Setembro de 1907. João Pinheiro da Silva. (JORNAL O NORTE, 27/09/1907, p. 02).

Os documentos produzidos desde a fundação do GED trazem a assinatura de Cícero como diretor, pela grafia dos documentos percebemos que é de sua autoria. O livro de promoção começa da seguinte forma: “Acta de Exames dos alumnos e das alumnas do Grupo Escolar de Diamantina, dirigido pelo bacharel Cícero Arpino Caldeira Brant” (LIVRO DE PROMOÇÃO, 1907, p. 04).

Em todos os documentos do GED é feita referência à formação acadêmica de Cícero, ao assinar bacharel, indica seu grau de instrução “valorizado socialmente”. Por ser advogado, possuía um status social, além de ser tratado como doutor, essa é uma das questões impostas pela força da profissionalidade.

O Grupo Escolar de Diamantina, após cinco meses de funcionamento, começou a passar por algumas dificuldades financeiras, o diretor remeteu no dia 21 de Março de 1908, um relatório a Secretaria do Interior, falando sobre a dinâmica do GED, na oportunidade, relatou sobre as dificuldades financeiras da instituição: “Antes de terminar este relatório communico-vos que, não tendo sido possível organizar a Caixa Escolar, temos luctado com grandes difficuldades para fornecer aos alumnos pobres (que são de grande maioria) papel, penas, tinta, etc” (BRANT, 21/03/1908, s/p).

Diante de um cenário instável no GED, a Câmara Municipal de Diamantina, começou a remeter mensalmente desde Abril de 1908 cerca de 50\$00, como traz o Livro de Caixa Escolar (1907) e os relatórios do diretor. “A patriotica Camara Municipal d’esta cidade continua a dar ao Grupo a subvenção de 50\$000, que tem sido empregada em fornecer roupas aos alumnos pobres e em comprar algum material necessário” (BRANT, 03/07/1908, s/p).

Na maioria dos relatórios enviados ao governo, Cícero solicita recursos na tentativa de superar a crise financeira, além de materiais necessários para colocar em prática o programa de ensino. Algumas soluções foram implementadas para conseguir recursos, uma delas foi o concerto musical realizado no Teatro Santa Isabel, o evento não satisfez a expectativa do diretor: “No dia 21 do mez passado houve no Theatro

Santa Isabel um grande concerto musical em benefício do Grupo Escolar, entretanto, só recebeu dos organizadores a quantia de 89\$000!” (BRANT, 03/07/1908, s/p).

Pelos relatórios encontrados no APM, nota-se o embate do diretor com o governo estadual, em quase todas as suas solicitações, não sendo aceitas. Pelos seus relatórios, alguns grupos escolares em Minas Gerais recebiam uma subvenção anual do governo superior ao GED, por isso, não passavam por dificuldades.

Em 12 de agosto de 1908, Cícero enviou uma carta a João França<sup>54</sup>, solicitando uma verba anual ao grupo, como ocorria em outros do estado mineiro. Ele faz um apelo, ao conseguir tais recursos poderia manter as aulas profissionais oferecidas aos alunos, fruto de um grande esforço.

Diamantina, 12 de Agosto de 1908

Amigo João França,

Saudações.

Esta tem por pedir-lhe um obsequio, que será ao mesmo tempo um incalculavel beneficio prestado à Diamantina e mesmo ao Norte de Minas. É o seguinte. Os grupos escolares de Lavras, Juiz de Fora, etc. possuem já aulas profissionais, bem provida de material, tendo uma verba de 3:600\$000 annualmente. Ora, O Grupo Escolar de Diamantina permanecia até agora incompleto, por falta dessas aulas. Afinal, no dia 1º do corrente resolvi proceder como os outros diretores dos Grupos: Criei por enquanto 3 officinas-marcenaria, carpintaria e alfaiataria, dirigidas pelos officiaes mais competentes que há em Diamantina. Entretanto essas aulas estão se resistindo de falta de material, pelo que lhe envio uma lista de objetos que desejo que você obtenha de Dr. Pinheiro ou do Dr. Carvalho Britto.

Peço-lhe ainda a obter do Dr. Carvalho Britto para este Grupo a mesma subvenção e regalia que tem o de Lavras, no concernente a aula profissionais – temia grande entusiasmo em Diamantina com estas oficinas, assim havendo e será um esplendido melhoramento para a cidade.

Conto com o seu poderoso auxilio para este \* a que o Governo nada pode oppor. Sendo os Grupos Escolares do Estado todos iguais perante a Reforma do ensino, o que o Governo fez para o de Lavras não pode com justiça recusar ao de Diamantina.

Ancioso espero a sua resposta. (BRANT, 12/08/1908, s/p).

No teor da carta acima, há um desabafo das regalias recebidas por alguns grupos, em sua solicitação, Cícero alega que a reforma educacional de 1906 ocorreu em todo o estado de Minas Gerais e não para uma região somente, ele defende com insistência o que acreditou ser o melhor para o seu momento como diretor.

<sup>54</sup> Não foram encontrados dados sobre o João França, pelos dizeres da carta enviada por Cícero é evidente que ele fazia parte da equipe de governo de João Pinheiro (1906-1908).

Cícero torna-se instrumento de denúncias contra o governo, ao favorecer algumas instituições em detrimento de outras, o GED por ter sido criado recentemente, já passava por crises de ordem financeira. Ele acreditava na função social das aulas profissionais, ao afirmar “ [...] será um esplendido melhoramento para a cidade” (BRANT, 12/08/1908, s/p).

O governo através da legislação determinava que os grupos escolares oferecessem aulas profissionais para os alunos, no entanto, não oferecia recursos suficientes para isso se concretizar, o que demonstra a fragilidade que o processo de profissionalização apresenta para o professor e uma ambiguidade nas promessas advindas com a onda republicana.

O diretor “subversivo” utilizou vários meios para vencer a crise financeira, que assolou o início de funcionamento do GED, isso advém das dimensões da profissionalidade defendida por Contreras (2012), da obrigação moral do professor em sua profissão, do seu compromisso com a comunidade, caso o grupo mantivesse suas atividades, então, seria demonstrada a competência profissional de quem estava à frente do educandário.

Em 13 de agosto de 1908, o diretor Cícero solicitou da Secretaria do Interior, materiais didáticos para o terceiro ano, em seu pedido ele destaca o teor de ser urgente. O governo criou vários grupos escolares entre 1907 e 1908, como descrevem os documentos no APM, a manutenção financeira não era uma prioridade, como foi no de Diamantina. No relatório de 03 de setembro de 1908, Cícero cobra do governo mais uma vez, a subvenção anual ao GED como é oferecida ao Grupo Escolar de Lavras:

Communico-vos que há um mez já se acham funcionando regularmente as aulas profissionaes de alfaiataria, marcenaria e carpintaria, dirigidas pelos mestres mais hábeis de Diamantina. Se o patriótico Governo do Estado fornecer a este Grupo subvenção annual, poderemos crear mais outros cursos: ourivesaria, sapataria, typografia, etc. Com uma subvenção annual de 3.600\$000 (que é dada ao Grupo de Lavras) todas estas oficinas poderão ser mantidos. Do contrário, muito a meu pezar, terei de suprimir esse curso, por impossibilidade absoluta de matel-o. Saúde e Fraternidade [...]. (BRANT, 03/09/1908, s/p).

Os políticos republicanos defendiam a educação como uma forma de moldar o homem nas concepções modernas, a inauguração dos grupos escolares, era um

verdadeiro espetáculo, mas, manter essas instituições funcionando, era um desafio para os diretores. Cícero foi posto a prova, como demonstra seus relatórios.

Pelos relatos de Cícero, as aulas profissionais eram de grande valia para a cidade de Diamantina. Através delas, os alunos poderiam se especializar, para serem os futuros trabalhadores da região, o programa de ensino ao inserir conteúdos diferentes para cada gênero vinha contribuir para isso. É fundamental para os republicanos o trabalho de uma escola que tem como preocupação, formar a classe trabalhadora.

Os materiais solicitados pelo GED não chegavam a um tempo hábil, a maioria dos relatórios encaminhados pelo diretor provam isso, ele solicitava brevidade nos encaminhamentos. “Peço-vos remeter com a possível brevidade 8 mappas do Estado de Minas, modelos de desenho, livros de poesia, chorographias, lápis e caneta” (BRANT, 13/10/1908, s/p).

Arelado aos problemas financeiros havia uma infrequência significativa dos alunos. Cícero por ser o gestor na instituição, decidiu encaminhar um ofício ao governo do estado, apontando os motivos desse acontecimento, esse mesmo encaminhamento foi feito em 21 de março de 1908.

Mais uma vez chamo a vossa esclarecida atenção para um facto que muito tem prejudicado a frequência e a disciplina do Grupo Escolar: a inutil manutenção da escola pública de Dona Guilhermina Dayrell, um dos pontos mais povoados d’esta cidade – a Rua do Rosário. Diamantina tendo um Grupo, com capacidade para mais de 500 alumnos, não necessita absolutamente de mais escolas públicas. A escola que existe nesta cidade, onde já existem muitas escolas particulares, entre as quais: a do Collegio N. S. das Dôres e duas da União Operária, etc.

A supressão da escola regida por D. Guilhermina Candida Dayrell é de grande necessidade para que se aumente a frequência do Grupo [...] (BRANT, 19/10/1908, s/p).

As escolas isoladas de Diamantina foram suprimidas em virtude da inauguração do GED, a professora Guilhermina Candida Dayrell foi aversiva a essa atitude, continuou regendo para alguns alunos matriculados no grupo, tornando-se assim, mais um agravante para o trabalho do diretor Cícero.

No Jornal *O Norte* na edição de 20 de dezembro de 1908, foi publicado um relato dos problemas financeiros do grupo, isso vem contrapor ao discurso presente na

legislação mineira, o governo empregaria todos os esforços para a difusão do ensino. O início da república foi marcado por várias instalações de grupos escolares, a maioria passaram por falta de recursos, como o de Diamantina?

#### GRUPO ESCOLAR

Como já temos referido innumeras vezes, o Grupo Escolar d'esta cidade luta com immensa diffculdade, por ser muita reduzida a Caixa Escolar que só conta com a verba mensal de 50\$000, patrioticamente votada pela Camara Municipal. Antes da Camara votar a referida subvenção, quasi toda a despeza do expediente era feita à custa do Director *exclusivamente*.

Alem da despeza de fornecimento de material aos alumnos, o Grupo tem outras despesas extraordinárias, taes como: telegramas, sellos, concertos no prédio, etc.

Antigamente as Escolas Normaes não forneciam absolutamente material aos alumnos, entretanto tinham do Governo uma verba anual de 1.200\$000 para o expediente, favor este de que não gosam os Grupos Escolares, que não recebem um vintem para a sua manutenção.

Para aumentar a Caixa Escolar. O Dr. Cícero Arpino tentou por várias subscrições publicas, quase nada conseguindo, por serem muito diminutas as quantias subscriptas.

Ultimamente o Director tentou mais uma subscrição para um importantíssimo melhoramento no Grupo: fornecimento de carabinas, tambores e clarins, ora fornecidos pelo commercio local, ora pelas Câmaras Municipaes.

Entretanto aqui em Diamantina, quasi nada rendeu a subscrição aberta pelo Director, para adquirir esses materiaes.

Consta-nos que logo que reabrirem as aulas em Janeiro, o Dr. Cícero Arpino vai combinar com as professoras um meio de desenvolver a Caixa Escolar.

Talvez seja necessário concorrer mensalmente: o Director com 10\$000 e cada professora 5\$000, embora tenham os ordenados muito reduzidos, que não compensam absolutamente o seu enorme trabalho naquelle estabelecimento. (O NORTE, 20/12/1908, p. 02).

Por essa notícia nota-se a dificuldade enfrentada por Cícero para dirigir esse estabelecimento, além de toda carga de serviço administrativo, havia o problema financeiro. “Antes da Camara votar a referida subvenção, quasi toda a despeza do expediente era feita à custa do Director exclusivamente” (JORNAL O NORTE, 20/12/1908, p. 02). A notícia logo no início salienta, que já foi falado inúmeras vezes do problema financeiro do GED, a publicação foi feita em dezembro de 1908, desde o início do referido ano, o diretor cobrava do governo.

Cícero ao bancar as despesas do GED, dar indícios do seu exercício profissional, atrelado ao seu compromisso com a sociedade diamantinense, ao tirar do salário para

ajudar das despesas do grupo, transcende ao comum, ele exerce sua autonomia a tal ponto que, se distingue dos demais profissionais da educação naquele período.

Pode-se compreender que não se transcende ao comum satisfazendo os critérios estabelecidos pela profissionalização, pois, no cumprimento da lei tem-se a padronização, idealizada pelos princípios democráticos de igualdade de direitos. Transcender ao comum deve-se por exercer maior autonomia e se distinguir, recorre-se aos critérios estabelecidos pela profissionalidade. (VIEIRA, 2009, p. 185).

A imprensa relatava as tentativas de Cícero para restabelecer a ordem financeira, em virtude do cargo que ocupava. Deveria utilizar de todos os meios para manter a instituição funcionando, entretanto, não obteve êxito. Na legislação dos grupos escolares não há nenhuma menção da responsabilidade dos diretores em conseguir recursos para os grupos escolares, e ao fazer isso Cícero demonstra aspectos positivos do seu profissionalismo.

Na notícia citada anteriormente, Cícero fornece aos alunos cabina, tambores e clarins, insere a arte no cotidiano da escola, atitude que vem reafirmar o pressuposto de abandono de toda tradição imperial, era o novo dando lugar ao passado imperial.

A notícia evidencia a competência de Cícero, um diretor preocupado com o corpo discente, ao tentar restabelecer a caixa escolar do GED, tem a iniciativa de repassar mensalmente a quantia de 10\$000. As professoras iriam contribuir com 5\$000, pelas folhas de pagamentos expedidas no GED, verifica-se que o maior vencimento era do diretor.

**Quadro 13:** Folha de Pagamento de Maio de 1908.

<b>CARGO</b>	<b>NOME</b>	<b>VENCIMENTO</b>
Diretor	Cícero Arpino Caldeira Brant	250\$00
Professora	Eponina da Matta Machado	150\$00
Professora	Custódia Brant	150\$00
Professora	Edesia Corrêa Rabello	150\$00
Professora	Hilda Rabello da Matta Machado	150\$00
Professora	Mariana C. de Oliveira Mourão	150\$00
Professora	Agostinha de Sá Corrêa Rabello	150\$00
Professora	Júlia Kubitscheck	150\$00
Professora	Liseta de Oliveira Queiroga	150\$00
Porteiro	Francisco Regulo Perpétuo	80\$00
Servente	Augusta Bagô	63\$333

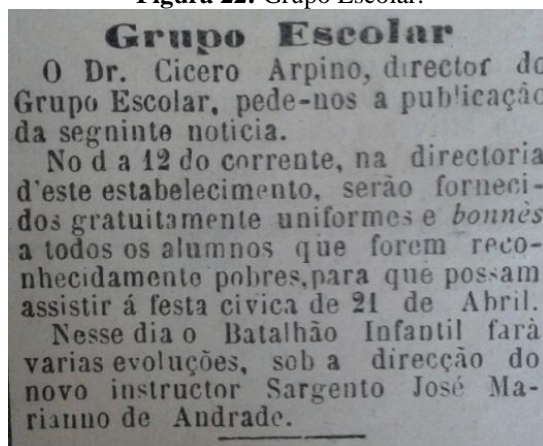
Fonte: Livro de Promoção (1907, p. 05). Autoria: do próprio pesquisador.

O diretor recebia o percentual de 166,66 % a mais que as professoras; 312,5% que o porteiro e 394,75% que a servente, uma das razões de sua contribuição à caixa escolar ser maior, pois, ele ocupava o cargo de grande importância na instituição, era a



figura do Estado. Nesse momento era exigido de Cícero o máximo de sua competência técnica e intelectual para salvar o GED dos problemas financeiros.

**Figura 22:** Grupo Escolar.



Fonte: Jornal Idea Nova (04/04/1909, p. 02).  
Acervo do autor.

Pela notícia acima é perceptível a vontade do diretor em uniformizar todos os alunos considerados pobres, para a festa de um dos símbolos da instauração da república no Brasil, para Carvalho (1990), Tiradentes é um herói republicano, por ter adentrado na memória popular.

“Tiradentes não foi criado pela República, mas sua imagem foi apropriada pelos vencedores, uma vez que o novo regime necessitava de uma figura forte, que apagasse o então herói D. Pedro I, a imagem forte da monarquia” (BALLAROTTI, 2009, p. 202). Tiradentes era a figura ideal desse novo regime, um homem morreu pela pátria, tornou-se, portanto, um símbolo nacional.

O Jornal *Idea Nova* no dia 25 de abril de 1909, notificou como ocorreu a festa comemorativa do dia de Tiradentes. Cícero por ser o representante legal da instituição, recebeu elogios, comprovando a sua eficiência. Seus esforços para estabilizar a caixa escolar surtiu efeito, uma vez que foram distribuídos uniformes e bonés a todos os alunos declaradamente pobres (IDEA NOVA, 04/04/1909, p. 02).

No dia 21 corrente, data comemorativa dos Precursores da Independencia, resumidos em Tiradentes, houve mais uma festa no Grupo Escolar d'esta cidade.

O Batalhão Infantil, sob o comando do sargento José Marianno de Andrade, fez varias evoluções militares.

A festa foi abrilhantada com a presença da Banda de musica do 3º Batalhão, gentilmente cedida pelo Commandante Major Pedro Jorge Brandão.

O hábil photographo Sr. Laplaige tirou uma photographia do edificio. (IDEA NOVA, 25/04/1909, p. 01).

Em comemoração aos quatro anos de edição do Jornal *Idea Nova*, em 04 de abril de 1909, foi publicada na primeira página a foto de Cícero, não estava estampada somente o rosto de um dos redatores, mas do Diretor do Grupo Escolar de Diamantina.

Cícero escreveu outras obras como: *Os Jatobás*, publicado em 1951, além das inacabadas *Os Enteados*, *Piratas do Pacífico*. Quanto suas obras Pinto (2015, p. 49), esclarece sobre as produções literárias desse professor:

Parece que as obras de Cícero foram publicadas por ele mesmo; e as *Memórias de um Estudante* recebeu uma segunda edição ampliada. A obra é narrada em primeira pessoa e descreve, sobretudo, as diversas experiências sociais escolares do autor ao longo da mocidade. Nela, os acontecimentos escolares são articulados a capítulos, nos quais as festas religiosas, os poetas, a fome, os assaltos, os funerais e outros elementos do cotidiano da cidade de Diamantina são refletidos conjuntamente.

Cícero permaneceu no cargo de diretor desde a fundação do GED até o mês de agosto de 1909. Deixou o exercício em virtude de uma tentativa frustrada de fechamento do GED, o governo alegou infrequência dos alunos. Pelos relatórios enviados por ele, há um teor de cobrança muito grande para o governo cumprir com suas obrigações.

Nos relatórios percebemos a crise financeira enfrentada pelo GED, alguns grupos como o de Lavras e de Juiz de Fora, recebiam uma subvenção anual do governo para manter suas atividades, o que não ocorria com o de Diamantina. Cícero vem cobrar o direito da igualdade entre os grupos, no entanto, é demitido com menos de dois anos de atuação, essa é uma ação comum dos governantes, de eliminar aqueles que cobram pelos seus direitos.

A atuação profissional de Cícero manifesta os elementos constitutivos da profissionalização quanto da profissionalidade, o que resultou em sua autonomia nas atividades do GED. Característica que foi observada por Vieira (2009), em seus estudos sobre a professora Alice Paes em Uberabinha (MG).

O profissionalismo de Cícero no GED é resultante dos aspectos da profissionalização, a legislação<sup>55</sup> dos grupos escolares em Minas Gerais pressionava o controle e a restrição da sua autonomia profissional. No entanto, ele conseguiu se

---

<sup>55</sup> Foi apresentada no primeiro capítulo dessa produção, a legislação amparadora da reforma João Pinheiro (1906) em Minas Gerais.

destacar no exercício de sua profissão, conforme Vieira (2009, p. 186). “Fazer a diferença é valorizar com responsabilidade a autonomia do professor”.

**Figura 23:** Diretor Cícero Arpino Caldeira Brant.



Fonte: Acervo da Escola Estadual Matta Machado.

A fotografia acima retrata o diretor Cícero Arpino Caldeira Brant, está exposta na Escola Estadual Matta Machado, antigo Grupo Escolar de Diamantina, entretanto essa imagem não condiz com a idade de Cícero quando estava à frente da instituição, pois na época ele possuía 27 anos de idade.

O exercício profissional de Cícero foi marcado pelo prestígio social por pertencer a família Caldeira Brant, como diretor do GED enfrentou vários empecilhos em sua gestão, o mais agravante foi a significativa infrequência dos alunos, atrelado a uma crise financeira, ele não mediu esforços para manter o Grupo Escolar de Diamantina funcionando.

## 6- CAPÍTULO V: O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE PROFESSORA DE MARIANA CORRÊA DE OLIVEIRA MOURÃO (1858-1944)

Neste capítulo será discutido o exercício da profissão da professora Mariana Corrêa de Oliveira Mourão, segunda diretora do Grupo Escolar de Diamantina. A sua gestão foi de 1909 a 1916, data de sua aposentadoria. Foram levantados dados sobre sua biografia, formação e atuação (especialmente no GED), tendo como uma das principais fontes a obra literária “*Estudo genealógico e biográfico das famílias Corrêa, Rabelo e Corrêa Rabelo*” Mourão (1980)<sup>56</sup> e “*Outros tempos... Quando eu era a heroína*” Figueiredo (1991)<sup>57</sup>.

### 6.1- Biografia e formação de Mariana Corrêa de Oliveira Mourão

Mariana ou Marianinha como era tratada pelos mais próximos, nasceu em 20 de agosto de 1858, no distrito de Extração<sup>58</sup>. Seus pais Francisco Joaquim Corrêa e Tereza Ferreira Rabello enfrentaram várias dificuldades no início do casamento. Sua avó dona Tereza Joaquina, fez um interrogatório com o pai de Mariana, quando foi pedir a mão da filha em casamento:

-Porquê o senhor anda a fazer côrte à minha filha?  
 -Porque desejo me casar com ela.  
 -Sabe que ela tem apenas onze anos?  
 -Ainda assim, caso com a menina.  
 -O senhor tem meios de vida para sustentar a família que deseja constituir?  
 A esta pergunta, parece que o homem não pôde responder satisfatoriamente. Mas, a velha deve ter prosseguido:  
 -Precisamos resolver a situação. Nem o senhor pode casar por falta de meios nem a minha filha tem idade suficiente para isto. Entretanto, não quero saber de namoros. Vou fazer o casamento dos dois, mas a menina ficará em casa esperando idade e o senhor vai tratar da vida. Quando estiver em condições, venha buscá-la. (MOURÃO, 1980, p. 19).

A família Corrêa Rabello possuía meios de oferecer ao Francisco um emprego, eram proprietários de uma fazenda com grande extensão de terras, onde havia muitos

<sup>56</sup> O autor dessa obra Paulo Kruger Corrêa Mourão, é o filho mais novo da professora Mariana Corrêa de Oliveira Mourão.

<sup>57</sup> A autora dessa obra Mariana Jofrina de Miranda Figueiredo, é bisneta da professora Mariana Corrêa de Oliveira Mourão de acordo com Mourão (1980), Figueiredo (1991) e Miranda (1999).

<sup>58</sup> O distrito de Extração, conhecido popularmente como Currálinho, pertence à cidade de Diamantina.

animais e plantações, além de muitos escravos. Realizada a cerimônia, o recém-casado deixou a esposa de onze anos de idade, brincando com suas bonecas na casa da sogra.

Francisco não aguentando a solidão, seis meses depois, raptou a esposa, mesmo não possuindo meios de sustentá-la. “Embora a tradição não tenha conservado as minúcias deste caso, a verdade é que, seis meses depois Francisco Joaquim Corrêa cansou-se da solidão em que vivia, sabendo-se possuidor de uma esposa novinha” (MOURÃO, 1980, p. 20).

Desta forma, a sogra ficou furiosa com o genro, não querendo mais manter nenhum contato com o casal, a velha de acordo com Mourão (1980), era enérgica e voluntariosa. Francisco era um bom professor de línguas, no entanto, investiu na carreira de comerciante em Curralinho, mas, não obteve sucesso.

[...] Francisco Joaquim Corrêa, depois de ter raptado a sua esposa de onze anos, D. Tereza Corrêa Ferreira Rabelo, tentou o comércio no arraial de Curralinho, hoje Extração, sem conseguir êxito. Abrindo falência, em 1861, deixou a família inteiramente sem recursos, precisando D. Tereza procurar sua mãe D. Tereza Joaquina que a recebeu com os filhos, porém, com exclusão do marido. (MOURÃO, 1980, p. 39).

Com pouco tempo de casada, Tereza Corrêa Ferreira Rabello, já possuía grande prole como demonstrado no quadro 14. Seu marido foi para a cidade de Ouro Preto, capital mineira, para lecionar línguas de latim e francês.

O casal não desfrutou por muito tempo da vida conjugal, após um tempo, Francisco escreveu a família, solicitando que um dos filhos fosse buscá-lo: “Quando um deles preparava viagem, teve notícia de que o pai havia falecido, vítima de varíola, em 10 de maio de 1874, sendo enterrado em um dos carneiros da Igreja do Carmo em Ouro Preto” (MOURÃO, 1980, p. 21).

**Quadro 14:** Filhos de Francisco Corrêa Ferreira Rabello e Tereza Corrêa Ferreira Rabello.

Nome	Dados Gerais
Francisco Corrêa Ferreira Rabello	Formado em direito pela Faculdade de São Paulo. Foi eleito deputado em 1868, atuou como juiz municipal em Diamantina. Lecionou filosofia no Externato diamantinense e aritmética na Escola Normal.
Terezinha Corrêa Rabello (Zizinha)	Morou em uma chácara no Largo do Curral, atualmente denominado Largo Dom João. Não se casou, adotou uma parenta com problemas mentais, que ficou em sua companhia até a morte. Morreu aos 81 anos.
José Corrêa Rabello (Juca)	Aos dezesseis anos, incorporou ao 17º Batalhão de Voluntários da Pátria, indo combater na Guerra do Paraguai.

	partiu movido pelo sonho de liberdade e patriotismo, morreu no combate.
Pedro Corrêa Rabello	Foi ordenado padre em 1876 por Dom João Antônio dos Santos, muito caridoso, faleceu em 1891, vítima de tuberculose.
Sebastião Corrêa Rabello	Nascido em 1855, cursou português, latim, francês e história. Atual como professor de português na Escola Normal Oficial de Diamantina e no externato diamantinense. Com a reforma João Pinheiro assumiu a função de inspetor escolar. Casou-se com uma das professoras do GED Agostinha de Sá Corrêa Rabelo.
Maria Nazaré Corrêa Neves (Nhanhá)	Casada com José Neves.
Mariana Corrêa de Oliveira Mourão	Professora primária, casada com Olímpio Júlio de Oliveira Mourão.
Pedro Corrêa Ferreira Rabello	Falecido quando criança
João Corrêa Ferreira Rabello	Falecido quando criança

Fonte: Mourão (1980); Figueiredo (1991). Autoria: do próprio pesquisador.

Figueiredo (1991) em sua obra traz o relato da aventura de sua bisavó Tereza Corrêa Ferreira Rabello com o marido. A autora traz o relato feito por sua avó Mariana:

Sua Mãe era filha única, de uma fazenda rica, lá do Serro.  
 Casou-se aos onze anos de idade, com um português, talvez aventureiro, de cerca de trinta e três anos de idade,  
 Como a jovem esposa não possuísse nenhuma prenda doméstica, ficou combinado que ela ficaria em companhia de sua mãe, até fazer a primeira comunhão, aprender alguma costura e coar café.  
 Ela detestava costurar!  
 Um dia, recebeu um recado do esposo impaciente: “ela fugisse para sua companhia, que não precisaria mais se dedicar à costura.”  
 A promessa era por demais tentadora.  
 E, numa tarde, aproveitando-se da ausência da mãe, auxiliada por uma escrava, fugiu para a companhia do marido, seu Corrêa.  
 A fazendeira indignada, jurava nunca mais perdoar a filha, não liberando a parte da herança, a que ela tinha direito.  
 Seu Corrêa entrou na justiça, para obrigar a sogra a entregar-lhe o dote da esposa, o que foi conseguido.  
 Aumentou, assim, a desavença entre ela e o genro.  
 E, mais tarde, quando os maus negócios desbarataram-lhe o dote recebido, a fazendeira, atendendo ao apelo da filha, mandou-lhe dizer que a receberia de volta ao lar, juntamente com os filhos, mas, o marido, nunca! (FIGUEIREDO, 1991, p. 32).

Tereza Corrêa Ferreira Rabello e os filhos ao irem morar com sua mãe enfrentaram muitas dificuldades. Eles viviam em uma economia rigorosa, mesmo possuindo boas condições financeiras, além de uma férrea disciplina, o silêncio deveria permanecer na casa. Conforme Mourão (1980, p. 34), sua mãe, sempre relatava os sofrimentos que passou na casa da avó:

O regime era de casa de comunidade; a disciplina rígida, a economia rigorosa. Ficavam sentados costurando, sob os olhares severos da velha D. Tereza Joaquina que, da sua rêde, impunha tremendo respeito a todos, inclusive à escravaria da fazenda.

Essa dinâmica foi alterada quando os filhos tornaram-se independentes e foram morar em Diamantina, trazendo a mãe, mas antes disso, todos viveram na fazenda da avó Tereza Joaquina. Francisco<sup>59</sup>, o filho primogênito, formou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo, assumiu o cargo de chefe da família, arcando com todas as despesas. Na província de São Paulo, deixou reputação de estudioso, trabalhador e honesto, possuía uma brilhante inteligência e um coração bom (MOURÃO, 1980). Depois de formado, ingressou no ministério público, tornou-se promotor, em 1868, foi eleito deputado em Minas Gerais, ajudou a família até depois de casado.

Padre Pedro alimentava a esperança de Mariana, de seguir a vida religiosa no recolhimento de Macaúbas, famoso na época, no entanto, a vontade do irmão foi contrariada. “Apesar do regimen rigoroso daquela época de preconceitos, conheceu Olímpio Júlio de Oliveira Mourão. Embora fossem muitos jovens ele, com 19 anos e ela com 18, aceitou a sua proposta de casamento, não obstante certa oposição que surgiu na família [...]” (MOURÃO, 1980, p. 62).

**Figura 24:** Mariana Corrêa de Oliveira Mourão.  
Diretora do Grupo Escolar de Diamantina (1909-1916)



Acervo: Escola Estadual Matta Machado.

<sup>59</sup> Francisco Corrêa Rabello era o pai de duas professoras que atuaram no GED, Hilda Rabello da Matta Machado e Edésia Corrêa Rabello.

Mariana casou-se com Olímpio Júlio de Oliveira Mourão<sup>60</sup>, em 03 de fevereiro de 1877. O marido era esforçado, no entanto, não possuía estabilidade profissional, por isso, depois de casados foram morar na casa do sogro João Raimundo Mourão.

No início do casamento, Mariana sofreu algumas dificuldades, isso a fez querer colaborar com as receitas da família, para isso, deveria exercer um trabalho compatível com as suas condições de esposa e mãe. Coube a Mariana, exercer a profissão de professora:

Para ser professora pública, era necessário ter diploma de normalista e, nos seus tempos de solteira, não lhe fora possível cursar escola normal. Para resolver a dificuldade, o casal conseguiu uma lei excepcional: uma lei especial, permitindo fazer todos os exames finais do curso de normalista. Segundo parece, esta lei foi votada na Assembléia Legislativa Provincial.

Para aproveitar essa lei, preparou-se D. Mariana afim de fazer, de uma só vez, todos os exames exigidos. Aí revelou-se notável auto-didata, conseguindo aprovação necessária à consecução do seu título de normalista. Dentre outros examinadores, fez parte da banca, o conhecido professor Dr. Pedro Mata Machado. (MOURÃO, 1980, p. 62).

O examinador Pedro da Mata Machado<sup>61</sup> era cunhado de Francisco Corrêa Ferreira Rabello, irmão de Mariana, havia laços de parentesco nos exames realizados pelas escolas normais em Minas Gerais.

Ao receber o título de normalista, provavelmente no ano de 1881, conseguiu por intermédio do marido, uma cadeira pública de ensino primário. Foi nomeada para uma escola isolada de primeiras letras em Diamantina, do sexo masculino, passando a dar aulas em sua própria residência, localizada na rua Macau do Meio. Na próxima página, encontra-se uma fotografia da casa atualmente.

---

<sup>60</sup> Olímpio Júlio de Oliveira Mourão, nascido em 08 de março de 1857, filho de João Raimundo Mourão e Bernadina Flora Queiroga de Azevedo Coutinho. Atuou como advogado e contador dos Correios em Diamantina. No ano de 1896, como traz o Jornal *O Município* foi eleito agente do executivo municipal, pelo partido republicano. Foi presidente da câmara municipal, deputado estadual, além de senador. Faleceu em 05 de setembro de 1933, aos 76 anos, na cidade de Belo Horizonte-MG.

<sup>61</sup> Pedro da Mata Machado era irmão de Gabriela da Mata Machado, esposa de Francisco Corrêa Ferreira Rabello.



**Figura 25:** Casa de Olímpio Júlio de Oliveira Mourão e Mariana Corrêa de Oliveira Mourão.



Fonte: Acervo do autor.

A figura 25 acima é da casa atualmente, a arquitetura sofreu algumas alterações, Mariana lecionou em sua casa até a sua escola ter sido removida para o GED em 1907. Figueiredo (1991), dedica uma parte da sua produção para falar da casa dos avós.

[...] sua fachada, com seu longo alpendre, foi conservada. Talvez, os degraus da escada de pedra, dando acesso ao alpendre, tivessem sofrido alguma alteração. O terreno dos fundos da casa era extenso, com área destinada a jardins pomar e horta.

Limitava-se aos fundos, com o “Arraial dos Forros”, denominação conservada, até os dias de hoje, onde residiam os escravos que conseguiam alforria.

Possuía a propriedade uma nascente de água “férrea”, que apresentava um sabor peculiar e muito agradável ao paladar. [...] Esta entrava, constantemente, por um chafariz, em forma de uma cara.

O canto direito do alpendre, em frente da casa, era o local preferido do vovô. Assentado, em sua cadeira de balanço, acompanhava, com seu “olhar de lince”, tudo e todos, até cerca de 600 metros adiante. E, cada um que se aproximava devia lhe relatar se alguma novidade era comentada, na cidade.

Era um verdadeiro patriarcado, a casa de vovô. (FIGUEIREDO, 1991, p. 09).

Figueiredo (1991) aponta sobre algumas dependências da casa, como o escritório do avô, local onde recebia as pessoas, para tratar de assuntos relacionados a política de Diamantina, além da capela sempre ornamentada e florida, onde haviam as imagens de Nossa Senhora, Santo Antônio e São Sebastião.

**Figura 26:** Olímpio Júlio de Oliveira Mourão.

Fonte: Jornal Idea Nova (27/09/1907, p. 01).

Do seu casamento com Olímpio, Mariana deu à luz a dezesseis filhos, como elucida Mourão (1980). Três morreram quando crianças, duas filhas se tornaram religiosas, oito se casaram e as demais permaneceram solteiras, o quadro traz informações de cada um:

**Quadro 15:** Filhos de Mariana Corrêa de Oliveira Mourão e de Olímpio Júlio de Oliveira Mourão.

Nome	Data de Nascimento	Dados Gerais
Francisco Sales Corrêa Mourão	14/12/ 1877	Estudou direito, era notável poeta, foi fundador e redator do jornal “A Diamantina”. Exerceu a função de professor de História Universal na Escola Normal de Diamantina, dedicou-se ao ministério público, casou-se com Eufrosina Miranda Mourão, teve onze filhos, faleceu em 24 de setembro de 1924 aos 47 anos.
Maria Mercedes Mourão de Miranda	22/03/1879	Fez o curso de Humanidades na Escola Normal Oficial de Diamantina, fundou um jornal denominado “A esperança”. Casou-se com Leopoldo Miranda, tendo onze filhos. Foi professora primária no Arraial dos Forros, lecionou Aritmética na Escola Normal Américo Lopes. Em 1930 foi nomeada para as cadeiras de Aritmética, geometria e desenho na Escola Normal Oficial de Diamantina.
Maria Cecília Corrêa Mourão	12/09/1880	Falecida quando criança.
Maria Olinta Corrêa Mourão	06/11/1881	Religiosa vicentina conhecida pelo nome de Irmã Joana Mourão, exerceu atividades de sua vocação em Pernambuco (Hospital D. Pedro II), em Barbacena como superiora da Santa Casa, foi superiora do Leprosário em Goiânia, em seguida assumiu a mesma função no Leprosário de

		Itanhenga, no Espírito Santo.
Pedro Corrêa Rabello Mourão	16/12/1882	Advogado do Departamento de Estradas e Rodagens do estado de Minas Gerais (DER-MG), casado com Olinda Rosa Horta Mourão, teve oito filhos.
Maria Cecília Corrêa Mourão	-----	Professora primária atuou no Grupo Escolar de Diamantina (há sua assinatura no livro de pontos do ano de 1925, do Grupo Escolar de Diamantina), era catequista, faleceu solteira em 16 de janeiro de 1942.
Maria Bernadete Corrêa Mourão	29/05/1884	Professora da Escola Normal de Diamantina, dentista e funcionária do estado de Minas Gerais, faleceu em 08 de agosto de 1944. Morreu solteira.
Júlio Mourão	12/01/1885	Atuou como advogado exerceu funções na política e membro do Tribunal de contas do estado de Minas Gerais, casado com Nícia Rabello Mourão, teve oito filhos.
Maria José Corrêa Mourão	1886	Apelidada de Zezé, professora atuou no Grupo Escolar de Diamantina (há sua assinatura no livro de pontos do ano de 1925), morreu solteira.
Olímpio Mourão Filho	09/05/1888	General do exército nacional, ex-membro do estado maior do estado nacional, ex-comandante da CR e da guarnição militar em BH. Casou-se com Almira Linhares Mourão e teve dois filhos.
Maria Mourão	24/05/1889	Falecida quando criança.
Maria Zelinda Mourão Gomes	10/08/1891	Normalista, casada com Antônio Gomes Júnior, teve três filhos.
Maria Ester Corrêa Mourão	18/09/1894	Seu nome de religiosa Irmã Maria Ester do Preciosíssimo Sangue, freira franciscana, foi superiora Da Escola Normal de Sete Lagoas, ex-professora da Escola Normal de Curvelo, irmã do Convento de São Francisco em BH.
João Corrêa Mourão	12/09/1896	Falecido quando criança aos 20 meses.
João Cleto Corrêa Mourão	-----	Advogado em Santa Catarina, casado com Cecy Soares Mourão, havendo seis filhos.
Paulo Kruger Corrêa Mourão	23/07/1901	Engenheiro civil, químico, industrial, museologista, técnico de educação, professor da Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais, casado Maria Efigênia de Sales Mourão, teve nove filhos.

Fonte: Mourão (1980), Figueiredo (1991), Miranda (1999) e Almeida (2017). Autoria: do próprio pesquisador.

No ano de 1881, Mariana iniciou a carreira de professora aos vinte e três anos de idade e já possuía três filhos: Francisco, Maria Mercedes e Maria Cecília, conforme os dados fornecidos no quadro acima. Os demais filhos nasceram quando ainda estava atuando como professora pública em Diamantina. Atrelado ao papel de mãe estava o de professora e companheira do marido na vida política.

**Figura 27:** Matriarca e sua descendência. Maria Zelinda, Maria Bernadete com Maria Esther ao colo, Maria Cecília com Antônio Gomes ao colo, Maria José e Vó Mariana (s/a).



Fonte: Virgílio Pereira de Almeida.

Seu marido Olímpio Júlio de Oliveira Mourão ingressou na política, ocupando vários cargos, desde presidente da câmara da cidade de Diamantina, até senador do estado de Minas Gerais. O Jornal *O Município* em sua edição de 07/09/1895, o traz como representante do partido Republicano:

O brilhante e impertérito órgão do partido republicano federal <O Paiz> acaba de escolher espontaneamente para seus representante nesta cidade o nosso presado conterrâneo Olympio Mourão.

Muito feliz a escolha do bello jornal de maior circulação da America do Sul, visto como ella recahio em moço de escalarecido entendimento e que se impõe sobretudo pelo seu meticoloso critério e incontestável patriotismo.

Felicitamos de uma só vez à nossa cidade por esse melhoramento, ao <Paiz> e ao Sr. Olympio Mourão. (JORNAL O MUNICÍPIO, 07/09/1895, p. 03).

No livro de *Genealogia dos Serranos e Diamantinenses*, de autoria de Luis Eugenio Pimenta Mourão (1952), é citado sobre algumas atribuições de Olímpio Mourão como advogado, promotor público, contador dos correios de Diamantina, advogado civil da Companhia de Mineração, além de Fundador do Club 21 de Abril.

[...] através da sua variada vida no Ministério Público, na cadeira de professor, como funcionário federal, presidente Câmara, deputado e senador. Foi o esteio do lar, desde o casamento, em 3 de Fevereiro de 1877, até a morte do esposo, em 5 de setembro de 1933 [...]. (MOURÃO, 1980, p. 63).

Em virtude da influência política do marido, Mariana possuía um status na sociedade. Todos os anos em seu aniversário, o Jornal *O Município* publicava felicitações a ela. “No dia 20 do corrente contou mais um anno em sua preciosa existência a Exa Sra D. Marianna Corrêa de Oliveira Mourão, illustrada professora publica desta cidade, e muito digna esposa do Sr contador da Sub-administração dos Correios, Olympio Mourão” (JORNAL O MUNICÍPIO, 17/08/1895, p. 03).

**Figura 28:** Olímpio Júlio Oliveira Mourão e Mariana Corrêa Oliveira Mourão



Fonte: Virgílio Pereira de Almeida.

Na felicitação do aniversário em 1897, O Jornal *O Município* traz a informação de um novo cargo de Olímpio, como agente do executivo municipal, além de Mariana ter recebido cumprimentos de várias pessoas diamantinenses. Por meio da imprensa, nota-se que Mariana era estimada pela sociedade, seja pela influência do marido ou de sua atuação profissional. Sua neta Figueiredo (1991), dedica um capítulo de sua obra para falar das histórias contadas por Vovó Marianinha.

Vovó, sempre que podia procurava distrair os netos, contando-lhes passagens da História Sagrada e de sua própria vida.  
Contava de Caim e Abel,  
A violência, a força e a inveja vencendo o manso, o cordato, o indefeso.  
“Mas, por quê?” Eu me interrogava a mim mesma,

Com os olhos muito abertos, bebia as palavras que saía de seus lábios de vovó.

Ela era mansa e parecia tão indefesa, com sua aparência franzina, seu ar calmo e tranquilo, entregue quase sempre, às suas obrigações religiosas. (FIGUEIREDO, 1991, p. 30).

Figueiredo (1991), tinha um carinho especial para com a avó, lembrada através de sua religiosidade e de mansidão, frequentava diariamente a igreja católica, acompanhada de sua filha Maria Cecília, ambas estavam sempre vestidas com roupas longas e pretas.

Mariana contava histórias do antigo testamento aos netos, como as de Caim e Abel, Adão e Eva, Moisés. Ela não gostava de ser interrompida com comentários: “- Vovó não achava graça dos comentários que eram feitos. Às vezes, interrompia a narração, dizendo que as crianças estavam desatentas, não queriam mais prestar atenção. Ela devia estar cansada” (FIGUEIREDO, 1991, p. 31).

**Figura 29:** Mariana com os bisnetos. Da esquerda para a direita, Giovanni, Vovó Mariana, Dete, Paulinho, Nentá, Ninita, Pina e Horácio (1935).



Fonte: Virgílio Pereira de Almeida.

No ano de 1927, Mariana e Olímpio comemoraram bodas de ouro, estavam lúcidos e com saúde. Eles possuíam uma enorme descendência. Figueiredo (1991) relata como ocorreu a festa, na qual, todos os filhos e netos estavam presentes, para comportar toda a família foi alugada uma casa apelidada de “sonora” para os hóspedes ficarem.

Que reboleço! Quanta alegria!

E as galinhas sacrificadas, juntamente com os perus e leitões.  
 [...] Cecy, uma das noras, era exímia doceira.  
 Tomou a si a responsabilidade de confeccionar os doces para a festa: Cajuzinhos, maçãzinhas, olhos de sogra, beijinhos, tronquinho, foram introduzidos pela primeira vez em Diamantina.  
 Mas, ao lado destas novidades, estavam as infalíveis compotas de frutas e a geleia de mocotó, fabricada por especialistas, apresentadas em cálice, quais translúcidos vinhos franceses.  
 No dia três de fevereiro, com o maior requinte, todos se apresentavam, em toaletes novas, para assistir ao Ofício Sagrado. Este foi celebrado, solenemente, pelo senhor Arcebispo Metropolitano.  
 Comemorando tão magna data, todos os parentes comungaram.  
 E a banda do 3º Batalhão alegrava a manhã, com seus toques festivos.  
 Durante todo o dia, os avós receberam inúmeras visitas e cumprimentos de toda a população.  
 À noite, antes do banquete, houve uma manifestação popular, com fogos, músicas e discursos.  
 Em seguida foi iniciado o banquete, que deu muito o que falar... (FIGUEIREDO, 1991, p. 63).

Após a festa de 50 anos de casamento, Olímpio viveu cerca de seis anos, faleceu em 05 de setembro de 1933, ficou abalado com o desprestígio político advindo com a Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas assumiu o poder federal. Figueiredo (1991), no capítulo intitulado *Mais política*<sup>62</sup>, aborda sobre esse acontecimento.

Em três de novembro, Getúlio Vargas assumia o poder, como Chefe do Governo Provisório, que se implantava.  
 Em Diamantina, vovô sente abalado o seu prestígio político, de quarenta anos.  
 A ala oposicionista tomou as rédeas da política.  
 O Senador volta-se, completamente para a família.  
 Continua a ser visitado por antigos correligionários.  
 Sua saúde começa a apresentar sintomas mais pronunciados de debilidade como consequência do golpe que sofrera, partindo de um ex-adepto do P.R.M., o partido pelo qual batalhou.  
 É levado para Belo Horizonte, em tratamento. (FIGUEIREDO, 1991, p. 98).

As fontes dessa pesquisa não esclarecem a causa da morte de Olímpio, segundo Figueiredo (1991, p. 98), o tratamento de saúde foi longo, no entanto, ele não resistiu. “Lá em Diamantina derramei lágrimas copiosas, pelo desaparecimento de um avô, com

<sup>62</sup> No capítulo “*Mais política*”, a autora Figueiredo (1991) narra como ocorreu a Revolução de 1930. Em Diamantina tinham vários comícios no palanque próximo a Sé a favor da derrubada da república oligárquica do café com leite. Em um desses eventos, Olímpio passava por perto, alguém gritou que uma de suas filhas estava defendendo o novo regime, o livro não traz a identidade de quem era a filha.



quem tinha tanta afinidade”. Mariana viveu mais onze anos após a morte do marido, seu falecimento ocorreu em 10 de setembro de 1944, aos 84 anos.

## 6.2- Atuação profissional de Mariana Corrêa de Oliveira Mourão

Mariana Corrêa de Oliveira Mourão iniciou a carreira de professora primária no ano de 1881, aos 23 anos de idade, após passar por uma banca examinadora, a fim de conseguir o título de normalista. Inicialmente atuou em uma escola de primeiras letras do sexo masculino, funcionava em sua residência na rua Macau do Meio, em 1907 foi removida para o GED.

Foi professora de algumas de suas filhas, Maria Mercedes, Maria José, Olinta, como Rabello (1964) e Miranda (1991), apontam, além das suas sobrinhas Hilda Rabello da Mata Machado e Edésia Corrêa Rabello. “Fez seu curso primário com sua mãe, D. Marianinha, que era professora da escola singular” (MIRANDA, 1999, p. 10).

Nininha (Marianinha), nossa tia paterna, era professora pública, do sexo masculino. Suas filhas Mercedes, Olinta e Cecília estudavam na sua escola. Por uma licença especial, consentiu que Hilda, Naná e eu também estudássemos lá.

A escola funcionava em uma sala da sua casa, com entrada independente. Tinha três portas e três janelas pequenas. Era muito mal iluminada. Seu mobiliário eram carteiras de madeiras, que comportavam três alunos (todas manchadas de tinta). Os alunos sujos, descalços, lotavam a escola.

Entramos. Senti o cheiro característico de um ambiente onde há muito menino. (RABELLO, 1964, p. 32).

Por ser católica praticante, a religiosidade influenciava na atuação pedagógica de Mariana em sua escola, Rabello (1964, p. 32), apresenta um hino cantado por todos os alunos no início das aulas, de autoria de Antônio Feliciano Castilho (s/d).

Tu cujo amor em cântico  
Celebram, sem cessar,  
O mundo dos espíritos,  
O céu, a terra, o mar.

Senhor, acolhe as súplicas  
Dos pobres filhos teus.  
Ampara-nos, protege-nos,  
Ilustra-nos, oh Deus!



O hino acima traz alguns aspectos relacionados à religiosidade, como “o mundo dos espíritos”, “acolhe as súplicas”, era uma forma de iniciar as aulas com uma prece a Deus, vale destacar a influência da religião católica em Diamantina, principalmente nos ambientes escolares.

Rabello (1964), evidencia algumas características da escola isolada de Mariana, como a ausência de um programa de ensino, de horário, de distribuição das atividades escolares, turmas multisseriadas: “Aceitavam-se alunos de tôdas as categorias intelectuais: muito inteligentes, inteligentes, sem inteligência ou burros, como falamos; patetas, doidos. Ensinava-se quando, como e o que se queria” (RABELLO, 1964, p. 33).

A realidade da escola de Mariana, não era diferente das escolas isoladas da época, no primeiro capítulo dessa produção foram apresentadas as características dessa forma de ensino, consideradas como desorganizadas e alvos do descaso por parte do governo.

Apesar dessa realidade escolar, demarcada por uma grande exigência ao professor, Mariana conseguiu boas notas para sua escola, perante o governo: “A professôra, minha Tia Nininha, muito inteligente, conseguiu bons resultados na sua escola” (RABELLO, 1964, p. 33). Concomitante ao alfabetizar um aluno, o outro já estava em um estágio mais avançado. Ela adequava as condições e metodologias de ensino para possibilitar o aprendizado aos alunos.

Na escola isolada de Mariana não havia um planejamento das atividades, alguns alunos estudavam história, outros geografia ou faziam lições de escrita. Ela utilizava o método global para o ensino da leitura, Rabello (1964) explica como essas atividades eram direcionadas:

Nininha me deu um livro, que trazia na primeira página, a estampa de um gatinho, sentado diante de um livro aberto, e me ensinou:

-Mimi.

-Mimi estava sentado diante de um livro aberto, parecia querer ler...

-Mimi era um gatinho. (RABELLO, 1964, p. 33)

Ao ter sua remoção para o GED em 1907, Mariana foi obrigada perante a lei, a usar o método intuitivo em suas aulas. A reforma João Pinheiro (1906), contribuiu para alterar a sua profissionalidade, ao integrar o corpo docente da instituição, sua prática pedagógica teve que ser adequada às demandas republicanas.

Um das marcas da competência de Mariana eram as filhas realizarem atividades prematuramente, mesmo sua escola sendo para o sexo masculino, algumas de suas filhas e sobrinhas foram autorizadas a estudar lá:

Olinta<sup>63</sup>, era da minha idade, já sabia ler muito bem. Para mim as filhas de Nininha aprendiam por indução. Só assim explico: Maria José (Zezé) aos 5 anos, ler como uma pessoa grande em qualquer livro, e, aos 7, ler e traduzir “Beautés” de Chateaubriand, saber os verbos e a sintaxe em língua francesa.

Olinta me ensinou a lição do Mimi, algumas vezes. Lendo-a sem erro, Nininha mandou-me e a Naná brincarmos no quintal, com Olinta e Cecília. (RABELLO, 1964, p. 33).

Em 20 de setembro de 1907, Mariana foi removida para o GED, o Jornal *O Norte* publicou esse ato do governo mineiro, Rabello (1964), afirma que a tia possuía escola masculina, contudo no decreto de nomeação aparece que sua cadeira era mista.

O Secretario d’ Estado dos Negocios do Interior, de conformidade com o Reg. a que se refere o Dec. Nº 1960, de 16 de Dezembro de 1906, resolve remover a professora da cadeira mixta de Diamantina, D. Marianna Corrêa de Oliveira Mourão, para o grupo escolar d’aquella cidade.

Secretaria do Interior, em Diamantina, 20 de Setembro de 1907. Carvalho Britto. (JORNAL O NORTE, 27/09/1907).

O GED foi instalado em novembro de 1907. Mariana assumiu o cargo de professora primária, a inauguração contou com a presença<sup>64</sup> de João Pinheiro e do secretário do Interior Carvalho Brito. Foi um momento festivo na cidade. Paulo K. C. Mourão (1960, p. 173), relata como foi o momento:

Chegou a Diamantina – terra natal do autor dêste artigo – no mês de setembro de 1907 e, para aquela cidade nordestina, transferiu a sede do govêrno de Minas durante sua estada. A chegada do chefe do govêrno mineiro constituiu um acontecimento relevante para a pacata cidade de então.

Os alunos das escolas primárias ficaram formados, em parada militar, durante muito tempo, aguardando João Pinheiro e sua ilustre comitiva, que viajavam a cavalo, por não se ter ainda inaugurado ali estrada de ferro.

Com seis anos de idade, lembro-me nitidamente da cena, sobretudo de formação dos alunos da minha mãe – Mariana Corrêa de Oliveira Mourão – e da Professora Júlia Kubitschek, que se dispunham em duas mas, militares. O Presidente demorou a chegar, pelo que minha mãe permitiu um descanso na escadaria do prédio que seria o palácio provisório do govêrno. Os alunos de Dona Júlia não descansaram porém. Na fila dessa Professora deveria estar um menino, com seis anos de idade, que também aguardava o Presidente. Êsse menino, de

<sup>63</sup> Quarta filha de Mariana, pelos dizeres de Rabello (1964) as filhas ajudavam a mãe nas atividades da sua escola isolada.

<sup>64</sup> Foi discutida no terceiro capítulo desta produção sobre a inauguração do Grupo Escolar de Diamantina.

compleição delicada, algo tímido, porém inteligente, seria quarenta e oito anos depois, o Presidente da República. Era Juscelino Kubitschek de Oliveira!

No dia 20 de setembro daquele ano de 1907, o Presidente João Pinheiro deveria baixar o Decreto nº 2.091, criando o Grupo Escolar de Diamantina. Tal decreto foi assinado no Palácio da Presidência, naquela cidade, sendo referendado pelo Secretário do Interior, Manoel Tomaz de Carvalho Brito.

Guardo a lembrança da inauguração oficial do Grupo Escolar, então criado. À noite, o estabelecimento a isto primorosamente preparado, em um prédio dos tempos coloniais, reformado e finalmente pintado pelo artista Joaquim Gasparino, foi aberto às visitas oficiais e públicas. Nos quadros-murais das diferentes salas havia pinturas que se referiam aos personagens e acontecimentos mais importantes da nossa história. Lá figuravam Tiradentes, a sua fôrça e a data de 1792; lá estavam evocações das principais batalhas da Guerra do Paraguai; lá havia painés de com os retratos de João Pinheiro e de Carvalho Brito, cercados de figuras e símbolos ou figurações de Minas Gerais.

A cerimônia foi abrilhantada pela banda de música do 3º Batalhão de Fôrça Pública, que tinha por sede aquela cidade.

Instalado o Grupo Escolar de Diamantina naquela memorável visita de João Pinheiro, era necessário que as mais importantes escolas isoladas da cidade fôssem integrá-lo. Assim é que, no primeiro grupo escolar da cidade nordestina, passaram a lecionar professoras como Mariana Corrêa de Oliveira Mourão, Júlia Kubitschek, Liseta de Oliveira Queiroga, Agostinha Sá Rabelo, e, possivelmente, outras tôdas ou quase tôdas anteriormente lecionando em escolas isoladas.

Como foi apresentado nessa pesquisa, o GED surgiu da união de quatro escolas isoladas das professoras Mariana Mourão, Júlia Kubitschek, Liseta Queiroga e Agostinha Rabello, Mourão (1960), evidencia essas escolas como sendo as mais importantes da cidade, por isso, foram removidas para o grupo escolar.

A transferência dos alunos da Professora Mariana Corrêa de Oliveira Mourão foi feita, certo dia, partindo os alunos do bairro do Macau, onde era a escola isolada, para o prédio do grupo recém-criado, em marcha militar, comandada por um dos alunos que, muito mais tarde, seria o médico Dr. Catão Roberval Jardim. A formação atravessou solene as ruas da cidade e, sempre em marcha, percorreu as diferentes dependências do prédio, parando afinal e distribuindo cada classe para a sala respectiva. (MOURÃO, 1960, p. 174).

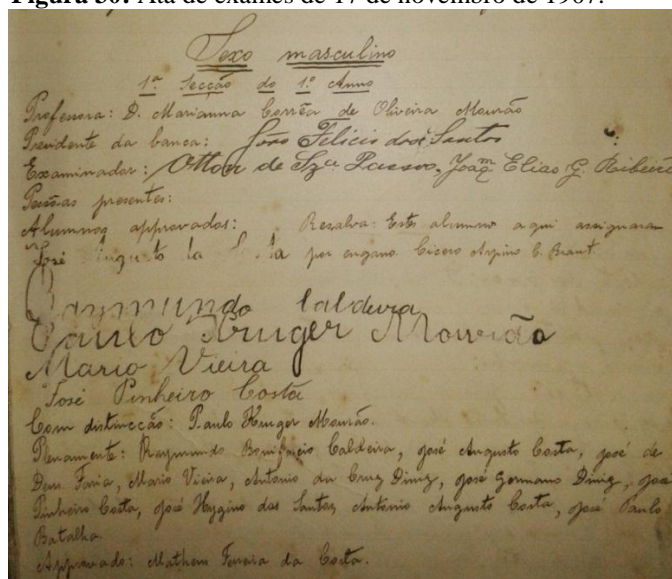
Mourão (1960) apresenta como foi o ingresso dos alunos da escola isolada de sua mãe no GED. Mariana ao levar seus alunos em marcha, demonstra que há uma preocupação com o patriotismo em sua prática pedagógica, aspecto defendido pela legislação da reforma João Pinheiro, obedecendo assim a nova ordem.

A criação do GED alterou a prática de Mariana, acostumada a lecionar para uma turma multisseriada, agora teria alunos na mesma faixa de idade e nível de

escolarização. Assumiu a turma do 1º ano masculino, como Cícero descreve na Ata de exames<sup>65</sup>, de 16 de janeiro de 1908.

Em 1908 Mariana atuou mais uma vez com o primeiro ano masculino, com cerca de oitenta e nove alunos<sup>66</sup> e cinco ouvintes, número de alunos bem significativo, principalmente, por se tratar de uma série de alfabetização. Podemos inferir que essa quantidade de alunos, confiadas a ela, está relacionada com sua competência profissional, adquirida com vinte e seis anos de atuação.

**Figura 30:** Ata de exames de 17 de novembro de 1907.



Fonte: Livro de Promoção (1907, p. 04). Acervo do autor.

O diretor Cícero, por ser o produtor da ata do exame, fez uma ressalva no documento, dizendo que as assinaturas dos alunos foram por engano, dos alunos de Mariana, somente seu filho caçula Paulo Kruger Corrêa Mourão, obteve a nota aprovado com distinção.

O que chama atenção, dos oitenta e nove alunos, somente doze alunos foram promovidos para o 2º ano, demonstrando que há um índice muito alto de retenção no 1º ano masculino ministrado por Mariana. Dos seus alunos, somente 13,5% estavam preparados para a outra série. Diante desta realidade, podemos inferir as possíveis causas de uma alta retenção: trata-se de uma nova cultura escolar na cidade de

<sup>65</sup> Por ter sido recente a instalação do GED, os exames de 16 de janeiro de 1908, foram para a discriminação de classes, como afirma Cícero no documento (LIVRO DE PROMOÇÃO, 1907, p. 03)

<sup>66</sup> Dados presentes no Relatório de Cícero Arpino Caldeira Brant enviado a Secretaria do Interior, em 15 de Abril de 1908.

Diamantina, as professoras e alunos estavam se adequando a essas novas exigências. A forma de direcionamento dos processos avaliativos era centrada no professor, além do GED atender a uma parcela muito grande de alunos pobres.

**Figura 31:** Paulo Kruger Corrêa Mourão.



Fonte: Virgílio de Almeida.

No GED, Mariana foi obrigada pela legislação a usar o método intuitivo em suas aulas, será que ela adequou a nova realidade? Uma vez que conforme Rabello (1964), Mariana utilizava o método global, em sua escola isolada. No GED percebemos uma significativa retenção de grande parte do alunado, seria esta a realidade de sua escola isolada? São essas questões que necessitam de uma pesquisa mais aprofundada para a busca de respostas.

No ano de 1909 houve uma tentativa de fechamento do GED, o governo alegou que a instituição não estava com frequência considerável de alunos, nenhuma das fontes produzidas na fase inicial do grupo relatam esse episódio, somente o Jornal *O Norte* na edição de 18 de agosto de 1909.

O Sr Olynpio Mourão, Sr. Presidente, o jornal oficial do Estado publicou hontem, entre os actos do sr. Dr. Secretario do Interior, o que suspendeu o ensino no grupo escolar de Diamantina por falta de frequencia legal, restabelecendo-o logo em seguida com a suppressão de duas cadeiras e nomeação de uma das professoras para directora do mesmo grupo. (JORNAL O NORTE, 18/08/1909, p. 02).

O senador Olímpio Mourão, marido de Mariana, procurou o secretário do interior para resolver outras demandas do município, conforme foi descrito no jornal,

mas foi surpreendido com o acontecimento. Ele alegou ao secretário o motivo da baixa infrequência dos alunos “[...] attribuida as epidemias de coqueluche e sarampo, que flagelavam ha um anno as crianças daquela cidade” (JORNAL O NORTE, 18/08/1909, p. 02).

Diante da intervenção do senador, o secretário do interior mostrou a Olímpio a legislação que determinava o número de alunos frequentes, além dos mapas de frequências do GED, por isso, ao invés de fechar a instituição, iria diminuir o número de professoras no grupo.

O diretor Cícero e a professora Agostinha deixaram o exercício naquele mês, a professora Custódia Brant foi colocada em disponibilidade. Mariana assumiu a direção, as razões do governo para essa escolha, foram publicadas no jornal “[...] a antiguidade da professora e as notas existentes em sua secretaria indicavam a nomeação e que mantinham sua deliberação” (JORNAL O NORTE, 18/08/1909, p. 02).

**Figura 32:** Posse de Mariana como diretora.



Fonte: Jornal *O Norte* (18/08/1909, p. 02).  
Acervo do autor.

Por essa edição do jornal “*O Norte*” nota-se o voto de confiança dado para a recém-nomeada diretora, como falado anteriormente, ela tinha experiência como professora e notas positivas na secretaria, demonstrava ter competência para estar à frente da instituição, além de ser esposa de um senador influente.

O jornal deixa claro a ação de Mariana, em procurar as famílias, para mostrar a importância do GED além de “ [...] ver as vantagens do ensino neste estabelecimento de instrução e solicitando a entrada de seus filhos para as escolas” (JORNAL O NORTE, 18/08/1909, p. 02).

Pelo corpus documental dessa pesquisa, Mariana teve as mesmas atuações de Cícero na direção, entretanto, nomeou umas das professoras como sua secretária<sup>67</sup>, devido ter que acompanhar o marido na vida política. Liseta de Oliveira Queiroga assumiu este cargo, produzindo a maioria dos documentos na gestão de Mariana, cargo inexistente na gestão anterior.

Mariana desde o cargo de professora ao de diretora recebia o seu salário na capital mineira, as folhas de pagamento não trazem informações do seu salário, só há uma observação, o recebimento ocorria na Secretaria de Finanças em Belo Horizonte e podemos inferir que há alguma relação com a função política que seu marido exercia.

Além da carga de serviço da direção do GED, Mariana assumiu uma turma, o regulamento no artigo 25 trazia: “No grupo de menos de oito cadeiras, o cargo de diretor será exercido por um dos professores cumulativamente” (MINAS GERAIS, 1906, p. 159). Após agosto de 1909, o corpo docente do GED ficou da seguinte forma:

**Quadro 16:** Corpo docente do Grupo Escolar de Diamantina em setembro de 1909.

<b>01</b>	Marianna Corrêa de Oliveira Mourão
<b>02</b>	Edesia Corrêa Rabello
<b>03</b>	Eponina da Matta Machado
<b>04</b>	Liseta de Oliveira Queiroga
<b>05</b>	Júlia Kubitscheck
<b>06</b>	Hilda Rabello da Matta Machado

Fonte: Livro de Folha de Pagamento (1907, p. 21). Autoria: do próprio pesquisador.

Mariana esforçou-se em aumentar a matrícula do Grupo Escolar de Diamantina. Na ata dos exames realizados em 18 de novembro de 1909, percebemos o aumento do número de alunos se comparado ao ano anterior. O GED se mantém até hoje, com a denominação de Escola Estadual Matta Machado, a instituição mudou de prédio, funciona atualmente na rua Macau de Baixo.

Mariana permaneceu no cargo de diretora até o ano de 1916, Mourão (1980) nos diz: “[...] cargo que se manteve até a aposentadoria.” O cargo de diretor era vitalício, no GED somente as professoras mais antigas assumiram esse posto, permaneciam até se

<sup>67</sup> Cargo criado na gestão de Mariana Corrêa de Oliveira Mourão, na legislação da reforma João Pinheiro não consta essa função.

aposentarem. Mariana dedicou trinta e cinco anos de sua vida como professora, a professora Liseta de Oliveira Queiroga foi sua sucessora.

**Figura 33:** Escola Estadual Matta Machado.



Fonte: Acervo do autor.

O falecimento de Mariana ocorreu vinte oito anos depois de ter deixado a direção do Grupo Escolar de Diamantina, por ser uma educadora emérita na cidade, o Jornal “*A voz de Diamantina*” publicou uma homenagem a ela:

Após antigos padecimentos, suportados com resignação cristã, terminou seus dias, a 10 do mês atual, nesta cidade, confortada com os sacramentos da Igreja, a veneranda sra. d. Mariana Corrêa de Oliveira Mourão, viuva do saudoso senador Olimpio Julio de Oliveira Mourão. D. Mariana Mourão, sra. distinta e virtuosa, era uma mãe de família exemplar, dotada de nobres qualidades e possuidora de coração bondoso. A religião e a caridade foram-lhe companheiras em toda a sua existencia, até que Nosso Senhor aprove chama-la à sua gloria. Educada nos santos principios da Religião Catolica, a finada legou à sua numerosa prole um belo exemplo de dedicação materna. Dotada de espirito culto, fez, ha longos anos, concurso para o lugar de professora de cadeira rural do Arraial dos Fôrros, nesta cidade, tendo prestado, de uma só vez, exame vago de todas as cadeiras do curso normal, e sendo a primeira que obteve o título de normalista nesta cidade.

Exerceu, durante 35 anos, o lugar de diretora do Grupo Escolar “Mata Machado”, desta cidade, onde terminou seu tempo, como servidora inteligente e emérita educadora.

D. Mariana Mourão era natural do Serro, e descendente das tradicionais famílias Corrêa Rabelo.

Faleceu aos 86 anos de idade, e era filha de Francisco Corrêa e d. Tereza Rabelo Corrêa.

[...] A todos os membros das ilustres famílias Corrêa e Mourão, imersos na mais cruciante e justificada dôr, apresentamos nossas sinceras condolencias. (JORNAL VÓZ DE DIAMANTINA, 17/09/1944, p. 03).



A notícia evidencia algumas características de Mariana, sofreu com resignação cristã a doença que a acometeu, notamos a presença de um discurso religioso católico muito influente, a professora antes de morrer recebeu todos os sacramentos.

O status de mulher do senador a acompanha até a morte, considerada por ser virtuosa, mãe de família exemplar, dotada de nobres qualidades, são revelados os aspectos de sua profissionalidade. É considerada exemplo de dedicação materna, no período quando estava atuando como professora deu a luz a treze filhos, esse fato, influenciava em sua prática docente.

A imprensa revela como ocorreram alguns episódios de sua profissionalização, foi educada nos santos princípios da religião católica, por isso no seu exercício profissional, havia uma forte tendência para um discurso religioso. Sua formação como já foi falado anteriormente, se deu através de exames, ela não precisou fazer o curso normal, como foi a realidade de algumas professoras do GED.

O jornal afirma que Mariana foi a primeira normalista da cidade, isso seria o motivo de ter sido escolhida para assumir a direção. Ela é a primeira mulher em Diamantina, a assumir um cargo com tantas responsabilidades, mostrou sua competência ao estar à frente da instituição por sete anos.

## 7- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inexistem até então, trabalhos publicados sobre o Grupo Escolar de Diamantina. Esta investigação contribui para o desvelamento da primeira instituição republicana de educação primária, em uma cidade marcada historicamente, por riquezas e por uma significativa desigualdade social. Discutir sobre o exercício da profissão de professor é estender o diálogo sobre um ofício que em nossos tempos tem sofrido vários embates, diante dos grandes desafios vivenciados pelos professores.

No império brasileiro, havia uma instrução incipiente, marcada por uma desorganização no ensino. Compunha a realidade educacional da época, o funcionamento das escolas nas casas dos professores, uma infraestrutura comprometida, ausência de um planejamento pedagógico, turmas multisseriadas, configurando assim, um descaso do governo. Nesse cenário de esfacelamento, os professores eram culpados pelo descompromisso das autoridades.

A proclamação da república em 15 de novembro de 1889 trouxe o ideário de promover no país o progresso, integrar o povo a nova ordem, regenerar a sociedade dos maus costumes. Na tentativa de esquecer o passado imperial, os republicanos em seu projeto civilizatório, implementaram medidas para intensificar o êxodo rural, com a construção de novas cidades, Belo Horizonte em Minas Gerais se insere nesse contexto.

A reforma educacional João Pinheiro, ocorrida em 1906, foi promulgada pela lei 439 de 29 de setembro de 1906, cujo ato do governo, instituiu os grupos escolares, escola criada nos moldes republicanos, veículos ideais para a propagação dos novos valores, surgindo com o intuito de superar o atraso educacional advindo com o império.

As escolas republicanas ocupavam um lugar central nas cidades, os prédios onde funcionavam eram considerados templos do saber, com entradas separadas para meninos e meninas, e sua estrutura era composta por biblioteca, museu escolar, salas de aulas e pátios, na cidade de Diamantina funcionou próximo a Igreja Sé, no prédio onde se deu as atividades da extinta Escola Normal Oficial de Diamantina.

Os grupos escolares em Minas Gerais eram o inverso das escolas isoladas, tinham um ensino graduado, as séries eram conforme o grau de adiantamento e pelo sexo da criança. Para satisfazer ainda mais esse modelo de ensino racionalizado, nesses

educandários, havia outros profissionais, como o diretor controlador de todas as ações, além da servente e o porteiro, que auxiliavam nas atividades administrativas.

O decreto nº 1947 de 30 de setembro de 1906, aprovou o programa do ensino primário, onde eram determinadas as disciplinas, os conteúdos e a forma de serem ensinados. Compunham nesse currículo várias disciplinas: leitura, escrita, língua pátria, aritmética, geografia, história do Brasil, instrução moral e cívica, geometria e desenho, história natural, física e higiene, exercícios físicos, trabalhos manuais e música vocal.

As disciplinas de trabalhos manuais e os exercícios físicos eram orientados conforme o sexo da criança, como um dos objetivos desta escola é a formação da classe trabalhadora, o ensino da leitura, língua pátria, escrita e aritmética eram sobrepostas às demais, uma vez que esse modelo de escola pretende formar os futuros trabalhadores da nação.

Esperava-se do professor, ser um agente transformador da sociedade. A campanha republicana defendia um comprometimento destes profissionais com o governo na difusão dos valores. O corpo docente dos grupos escolares era composto preferencialmente por normalistas, evidenciando assim, um processo de feminização do magistério e maior exigência a elas.

Os professores dos grupos escolares dispunham de materiais, museu escolar, salário definido, nas aulas deveriam utilizar o método intuitivo, considerado como as lições das coisas. Caso não seguissem as determinações do programa do ensino e do regulamento, seriam alvos do diretor e inspetor escolar, cargos criados exclusivamente para o controle do professorado.

O Grupo Escolar de Diamantina criado em 20 de setembro de 1907, funcionou na parte central da cidade, na parte central da cidade, demarcando dessa forma, esse novo projeto educativo. Em seu primeiro agrupamento de professoras, quatro já atuavam em escolas no império, no GED todas estavam sobre a égide e o controle do diretor Cícero Arpino Caldeira Brant.

O primeiro corpo docente do GED foi predominado por quatro famílias: Corrêa Rabello, Matta Machado, Brant e Mourão, todas influentes em Diamantina no início do século XX. Com a promulgação da república, houve a ascensão dessas duas últimas, os dois primeiros diretores da instituição são exemplos disso, o primeiro diretor Cícero

Arpino Caldeira Brant e sua sucessora Mariana Corrêa de Oliveira Mourão, sendo assim, prevalecia a política da amizade.

Ao discutir as categorias acerca da profissão de professor, amparamos nesse estudo, a tríade de análise adotada por Vieira (2009), composta pela profissionalização, profissionalidade e profissionalismo. Por essa razão, foram apresentados dados biográficos e de atuação de cada um dos professores, além de verificarmos a trajetória de dois professores, que ocuparam cargo de direção no GED.

A profissionalização caracterizada por ser histórica, surge da história de vida do professor e dos processos formativos que tiveram acesso, marcada por ser externa e hierárquica, a legislação educacional contempla essa categoria, ao propor as atribuições de profissional e demarcar seus direitos e deveres.

A profissionalidade é o desenvolvimento das habilidades necessárias para o exercício de uma profissão, refere-se ao conhecimento, saberes, técnicas, competências, é uma força interna ao professor. Dessa forma, é norteadas de princípios e valores, respeito à obrigação moral, ao compromisso com a sociedade e a competência.

A reforma João Pinheiro, contribuiu para alterar tanto a profissionalização quanto a profissionalidade dos professores, ao propor um regulamento do ensino primário e normal do estado, a elaboração de um programa de ensino, a criação de estabelecimentos destinados a formar normalistas, para atuarem nos grupos escolares e escolas isoladas.

O governo ao incutir o trabalho com os alunos voltado para promover o desenvolvimento intelectual, moral e físico, determinou um perfil de professor republicano. O governo colaborou para a construção de um profissionalismo docente, representando assim, uma forma de controle da classe.

No quarto capítulo foi evidenciado o exercício da profissão de professor de Cícero Arpino Caldeira Brant, pertencente a uma das famílias mais influentes de Diamantina. Assumiu o seu papel de diretor da instituição, que durante os seus primeiros dois anos de funcionamento, passou por uma grave crise financeira.

O diretor utilizou de todos os meios para restaurar a ordem na instituição, valendo-se de algumas não determinadas pela legislação, propôs que cada uma das professoras contribuísse com cinco réis e ele com dez para ajudar nas despesas.

Promoveu concertos musicais, teatros e pediu auxílio para os diamantinenses, a Câmara Municipal começou a contribuir com uma quantia de cinquenta reis mensalmente.

Cícero era conhecedor da realidade educacional mineira, em seus relatórios enviados a Secretaria do Interior, há um teor de cobrança, demonstração de algumas receitas e regalias que alguns grupos possuíam. Na maioria dos relatórios analisados, ele cobra do governo o cumprimento de suas obrigações, sendo suas tentativas sem sucesso.

O ano de 1909 marcou a primeira mudança estrutural no GED, o governo alegou um déficit de alunos na instituição, em virtude da infrequência, por isso, a solução seria fechar o educandário. Diante das análises documentais realizadas, ficou evidente, ser um pretexto para retirar o então diretor do cargo.

Para intervir para o não fechamento, o Senador Olímpio Mourão, marido de umas das professoras, demonstrou ao secretário do interior os motivos daquela realidade considerada preocupante, pois, a cidade de Diamantina passava por uma crise de coqueluche, que assolou a maioria das crianças matriculadas no grupo. A solução para não ocorrer o fechamento seria a diminuição de cadeiras de professores, o diretor Cícero e Agostinha Sá Corrêa Rabello deixaram o exercício e Custódia Brant ficou em disponibilidade.

Mariana Corrêa de Oliveira Mourão, assumiu o cargo de diretora, sendo a primeira mulher a assumir essa função na cidade, ela é uma das representantes da inserção de pessoas do gênero feminino nas esferas da vida pública. Segundo o governo esta escolha, se deu em virtude de sua trajetória profissional, possuía boas notas na secretaria, além de ser a professora mais antiga da instituição, no entanto, destacamos um terceiro, o de ser esposa do senador e pertencente a família Corrêa Rabello, uma das mais tradicionais da cidade.

A segunda diretora implementou várias ações para restabelecer a ordem no Grupo Escolar de Diamantina, procurou as famílias com o propósito de instruí-las sobre a importância do estudo para as crianças, demonstrando assim, seu compromisso com o governo ao ser professora pública e estar como diretora da instituição.

Mariana manteve todas as ações que Cícero desempenhava, no entanto, ao analisar os relatórios enviados por ela a Secretaria do Interior, identificamos relatos da dinâmica de funcionamento do GED, dessa forma ela representava a pessoa ideal para estar à frente da instituição, devido a sua competência e ao saber da experiência que havia adquirido como professora.

Todas as questões levantadas nessa pesquisa merecem atenção e investimentos na compreensão sobre a história das instituições escolares, e da profissão de professor em Diamantina e região. Este estudo é uma entre tantas possibilidades de investigação que podem ser desenvolvidas sobre o GED, elencamos algumas temáticas que podem subsidiar produções futuras: a expansão significativa do educandário em menos de dez anos de funcionamento, as práticas disciplinares adotadas, a mudança do nome em 1926, para Grupo Escolar Matta Machado e sua repercussão para a cultura escolar.

## 8-REFERÊNCIAS

### 8.1-Fontes Documentais

ALMEIDA, V. P. **Olímpio Júlio de Oliveira Mourão**. Nossa gente. Disponível em: <<http://www.nggenealogia.com.br/tree/individual.php?pid=I86>>, acesso em 04 de mar. de 2017.

\_\_\_\_\_. **Mariana com os bisnetos (1935)**. Disponível em: <<http://www.nggenealogia.com.br/tree/imageview.php?filename=media%2Fmco2.jpg>> acesso em 02 ago. de 2016.

\_\_\_\_\_. **Pedro da Mata Machado**. Disponível em: <<http://www.nggenealogia.com.br/tree/individual.php?pid=I1414&ged=php.ged>> acesso em 03 set. de 2016.

\_\_\_\_\_. **Paulo Kruger Corrêa Mourão**. Disponível em: <<http://www.nggenealogia.com.br/tree/individual.php?pid=I463>>. Acesso em 20 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **Edésia Corrêa Rabello**. Disponível em: <<http://www.nggenealogia.com.br/tree/individual.php?pid=I1409>> acesso em 15 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **Eponina da Mata Machado**. Disponível em: <<http://www.nggenealogia.com.br/tree/individual.php?pid=I657>> Acesso em 10 jan. de 2016.

\_\_\_\_\_. **Olimpio Júlio Oliveira Mourão e Mariana Corrêa Oliveira Mourão**. Disponível em: <<http://www.nggenealogia.com.br/tree/individual.php?pid=I251>>. Acesso em 10 jan. 2016

ARNO, C. **Memórias de um estudante 1885-1906**. 2 ed. Belo Horizonte: Revista Ampliada, Gráfica Olímpica, 1949. Disponível na Biblioteca Antônio Tôrres.

\_\_\_\_\_. **Os Jatobás**. 1 ed., Rio de Janeiro: Grande Olímpica, 1951.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Planta do Grupo Escolar de Villa Santa Quitéria**. Acervo do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte.

BRANT, C. A. C. **Relatório enviado a Secretaria do Interior em 15 de Abril de 1908**. In: Livro de Correspondências, Grupos Escolares, 4ª Seção, Secretaria do Interior (1908). Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1908.

- \_\_\_\_\_. **Relatório enviado a Secretaria do Interior em 21 de março de 1908.**
- \_\_\_\_\_. **Relatório enviado a Secretaria do Interior em 02 de abril de 1908.**
- \_\_\_\_\_. **Relatório enviado a Secretaria do Interior em 03 de julho de 1908.**
- \_\_\_\_\_. **Relatório enviado a Secretaria do Interior em 03 de agosto de 1908.**
- \_\_\_\_\_. **Relatório enviado a Secretaria do Interior em 12 de agosto de 1908.**
- \_\_\_\_\_. **Relatório enviado a Secretaria do Interior em 13 de agosto de 1908.**
- \_\_\_\_\_. **Relatório enviado a Secretaria do Interior em 03 de setembro de 1908.**
- \_\_\_\_\_. **Relatório enviado a Secretaria do Interior em 13 de outubro de 1908.**
- \_\_\_\_\_. **Relatório enviado a Secretaria do Interior em 19 de outubro de 1908.**
- \_\_\_\_\_. **Relatório enviado a Secretaria do Interior em 29 de outubro de 1908.**
- \_\_\_\_\_. **Relatório enviado a Secretaria do Interior em 10 de novembro de 1908.**

ESCOLA ESTADUAL MATTACHADO. **Cícero Arpino Caldeira Brant, diretor do Grupo Escolar de Diamantina (1907-1909)**. Acervo da Escola Estadual Matta Machado.

\_\_\_\_\_. **Mariana Corrêa de Oliveira Mourão, diretora do Grupo Escolar de Diamantina (1909-1916)**. Acervo da Escola Estadual Matta Machado.

\_\_\_\_\_. *Liseta de Oliveira Queiroga, diretora do Grupo Escolar de Diamantina (196-1926)*. Acervo da Escola Estadual Matta Machado.

\_\_\_\_\_. *Júlia Coelho Kubitschek de Oliveira, diretora do Grupo Escolar de Diamantina (1927-1929)*. Acervo da Escola Estadual Matta Machado.

ESTATUTO DA CAIXA ESCOLAR. Escola Estadual Matta Machado, 1911.

FIGUEIREDO, Mariana Jofrina de Miranda. **Outros tempos... Quando eu era a heroína**. 1ª ed. Belo Horizonte: 1991.

JORNAL A NOITE. **Nomeações do Governo Mineiro**. Redacção, Administração e Oficinas: Praça Mauá, 7. Rio de Janeiro, Edição de 26/08/1930. Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro.

JORNAL A VÓZ DE DIAMANTINA. **D. Mariana Corrêa de Oliveira Mourão**. Diamantina: Ano VII, n. 46, 17 set. 1944. Acervo da Biblioteca Antônio Tôrres.

JORNAL IDEA NOVA. Grupo Escolar. Diamantina: Ano III, n. 141, p. 02, 20 dez. 1909. Acervo da Biblioteca Antônio Tôrres.

\_\_\_\_\_. **Foto de Cícero Arpino Caldeira Brant**. Diamantina: Ano IV, n. 156, p. 02, 04 abril. 1909. Acervo da Biblioteca Antônio Tôrres.

\_\_\_\_\_. **Grupo Escolar**. Diamantina: Ano IV, n. 156, p. 02, 04 abril. 1909. Acervo da Biblioteca Antônio Tôrres.

\_\_\_\_\_. **Grupo Escolar**. Diamantina: Ano IV, n. 159, Edição de 25 abril 1909. Acervo da Biblioteca Antônio Tôrres.

\_\_\_\_\_. **Grupo Escolar**. Diamantina: Ano IV, 08 ago. 1909. Acervo da Biblioteca Antônio Tôrres.

JORNAL MINAS GERAIS. Órgão Oficial dos poderes do Estado. Faculdade Livre de Direito. Belo Horizonte: Ano VIII, n. 305, p. 03, Edição de 19 nov. 1899.

JORNAL O MUNICÍPIO. **Aniversário de Mariana Corrêa de Oliveira Mourão**. Diamantina: Ano I, n. 03, 17 ago. 1895, p. 03. Acervo da Biblioteca Antônio Tôrres.

\_\_\_\_\_. **Escolha de Olympio Mourão para representante do Partido Republicano O Paiz**. Diamantina: Ano I, p. 03, 07 set. 1895. Acervo da Biblioteca Antônio Tôrres.

\_\_\_\_\_. **Resultados dos Exames da Escola Normal**. Diamantina: Ano II, n. 58, 22 de jan. 1896. Acervo da Biblioteca Antônio Tôrres.

\_\_\_\_\_. **Edital**. Diamantina: Ano III, n. 90, p. 03, 07 de nov. 1896. Acervo da Biblioteca Antônio Tôrres.

\_\_\_\_\_. **Resultado da eleição a que se procedeu no dia 15 corrente [...]**. Diamantina: Ano III, n. 92, maço 34, p. 02, 15 nov. 1896. Acervo da Biblioteca Antônio Tôrres.

\_\_\_\_\_. **Resultados dos Exames da Escola Normal**. Diamantina: Ano III, n. 100, p. 02 e 03, 23 de jan. 1897. Acervo da Biblioteca Antônio Tôrres.



\_\_\_\_\_. **Resultados dos Exames da Escola Normal.** Diamantina: Ano IV, n. 152, p. 03, 09 mar. 1898. Acervo da Biblioteca Antônio Tôrres.

\_\_\_\_\_. **Investidura de Olímpio Mourão ao cargo de chefe do governo municipal.** Diamantina: Ano IV, n. 150, p. 03, 15 mar. 1898. Acervo da Biblioteca Antônio Tôrres.

\_\_\_\_\_. **Resultados dos Exames da Escola Normal.** Diamantina: Ano IV, n. 151, p. 03, 22 mar. 1898. Acervo da Biblioteca Antônio Tôrres.

\_\_\_\_\_. **Resultados dos Exames da Escola Normal.** Diamantina: Ano IV, n. 153, 04 abr. 1898, p. 03. Acervo da Biblioteca Antônio Tôrres.

\_\_\_\_\_. **Convocação dos Exames para as Escolas Primárias do ano de 1899.** Diamantina: Ano V, n. 215, p. 04, 06 nov. 1899. Acervo da Biblioteca Antônio Tôrres.

\_\_\_\_\_. **Acadêmicos.** Diamantina: Anno V, n. 218, p. 02. 11 dez. 1899. Acervo da Biblioteca Antônio Tôrres.

\_\_\_\_\_. **Olímpio presidente da Câmara e agente do executivo municipal.** Diamantina: Ano IX, n. 290, p. 02, 04 out. 1902. Acervo da Biblioteca Antônio Tôrres.

JORNAL O NORTE. **Intrucccção Pública.** Diamantina: Ano I, n. 42, p. 02, 14 fev. 1907. Acervo da Biblioteca Antônio Tôrres.

\_\_\_\_\_. **Olímpio Mourão.** Diamantina: Ano II, n. 59, p. 01, 27 set. 1907. Acervo da Biblioteca Antônio Tôrres.

\_\_\_\_\_. **Instruccção Publica.** Diamantina: Ano II, n. 59, p. 02, 27 set. 1907. Acervo da Biblioteca Antônio Tôrres.

LIVRO DE CAIXA ESCOLAR. Acervo da Escola Estadual Matta Machado, 1907.

LIVRO DE FOLHA DE PAGAMENTO. Acervo Escola Estadual Matta Machado, 1907.

\_\_\_\_\_. **Folha de Pagamento de Junho de 1908.** Acervo da Escola Estadual Matta Machado, 1907.

LIVRO DE PROMOÇÕES. Acervo Escola Estadual Matta Machado, 1907.

\_\_\_\_\_. **Ata de Exames de 17 nov. 1907.** Acervo Escola Estadual Matta Machado, 1907.

MINAS GERAIS. **Decreto 2.091 de 20/09/1907.** Coleção Leis e decretos do Estado de Minas Geraes, Belo Horizonte (MG): 1907. Acervo do Arquivo Público Mineiro.

MINAS GERAIS. **Decreto 1960 de 16/12/1906.** Coleção Leis e decretos do Estado de Minas Geraes, Belo Horizonte (MG): 1906. Acervo do Arquivo Público Mineiro.

MINAS GERAIS, Secretaria do Interior. Relatório dos Secretários do Interior e Justiça (1904-1918), *apud* FARIA FILHO, L. M. **Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolar em Belo Horizonte (1906/1918).** Uberlândia: EDUFU, 2014.

MINAS GERAIS. **Registro de Decretos nomeando professores (1897-1909).** SI 842. P. 279, 20 set. 1907. Acervo do Arquivo Público Mineiro (APM).

MIRANDA, M. W. de. **Frivolité**. 1 ed. Belo Horizonte: Gráfica e editora Perform formulários Ltda, 1991.

MOURÃO, L. E. P. **Estudo genealógico e Biográfico de Serranos e Diamantinenses**. 1ª Edição, Rio de Janeiro: 1952.

MOURÃO, P. K. C. **João Pinheiro e a Instrução**. In: COELHO, C. P. (Org.). Coletânea do Centenário de nascimento de João Pinheiro da Silva. Belo Horizonte: Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, 1960.

\_\_\_\_\_. **Sementeira de Valores: O Seminário de Diamantina de 1867 a 1930**. Belo Horizonte: Tipografia Marília Editora, 1971.

\_\_\_\_\_. **Estudo genealógico e biográfico das famílias Corrêa, Rabelo e Corrêa Rabelo**. Belo Horizonte: 1980.

OLIVEIRA, J. M. d. **Inspecção Technica de ensino. Termo de Visitas**. 01 out. 1910. In: Livro de Promoção, 1907. Acervo da Escola Estadual Matta Machado.

QUEIROGA, L. de O. **Carta de aposentadoria**. 07 de Dezembro de 1926, Diamantina (MG). In: Livro de Pontos dos Funcionários de 1926. Acervo da Escola Estadual Matta Machado.

RABELLO, E. C. **O ensino de História do Brasil**. Belo Horizonte: Revista do Ensino, nº 29, Janeiro de 1929.

\_\_\_\_\_. **La em casa era assim**. 1 ed. Belo Horizonte: Edição Siderosiana, 1964.

SECRETARIA DO INTERIOR. **Carta de Aprovação do Estatuto da Caixa Escolar do Grupo de Diamantina**. Escola Estadual Matta Machado, 1912.

IV TÍTULO DA CAIXA ESCOLAR DR MARIO BRANT ANEXO AO GRUPO ESCOLAR MATTA MACHADO 1926. Escola Estadual Matta Machado, 1926.

## 8.2- Referências

ASANO, S. N. **Vigiai e orai. As mulheres no projeto de romanização do catolicismo (Diamantina/MG – 1866 a 1902)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

ANDRÉ, M. E. D. A. **A pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade**. Revista Scielo: Cadernos de Pesquisa, n. 113, p. 51-64, julho/2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n113/a03n113>> acesso em 03 jun. 2015.

ARAÚJO, J. C. S. **Os Grupos Escolares em Minas Gerais: A reforma João Pinheiro (1906)**. FACED, UFU. Disponível em: <<http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/19JoseCarlosSousa.pdf>> acesso em 10 out. 2016.

BALLAROTTI, C. R. **A Construção do mito de Tiradentes: de mártir republicano a herói cívico na atualidade**. Antíteses, vol. 2, n. 3, jan.-jun. de 2009, pp. 201-225, disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>>, acesso em 02 fev. 2017.

BARACHO, C. E. **Grupo Escolar Júlia Kubitschek: modernização na arquitetura e nas concepções educacionais em Diamantina, 1951-1961**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2016. Disponível em:

<[http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/1175/1/claudia\\_elizabeth\\_baracho.pdf](http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/1175/1/claudia_elizabeth_baracho.pdf)> acesso em 01 mar. 2017.

BARLETTA, J. M. **Arquivos ou museus. Qual o lugar dos acervos escolares?** In Dossiê: Arquivos escolares: desafios à prática e à pesquisa em história da educação. Revista Brasileira de História da Educação. V. 5, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/issue/view/17/showToc>> acesso em 02 dez. 2014.

BERLOFFA, V. de O. MACHADO, M. C. G. **A Constituição dos Grupos Escolares no período republicano: Perspectivas de modernização da sociedade brasileira.** Seminário de Pesquisa do PPE, Universidade Estadual de Maringá, Maringá: 2012. Disponível em: [http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario\\_ppe\\_2012/trabalhos/co\\_01/009.pdf](http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2012/trabalhos/co_01/009.pdf) acesso em 03 jan. 2017.

BONATO, N. M. da C. **Os arquivos escolares como fonte para a história da educação.** In Dossiê: Arquivos escolares: desafios à prática e à pesquisa em história da educação. Revista Brasileira de História da Educação. V. 5, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/issue/view/17/showToc> acesso em Dezembro de 2014.

BORGES, K. F. C. **A Fábrica de Tecidos do Biribiri: Empresa e Fé no interior de uma vila operária em Diamantina-MG.** Anais do XI Congresso Brasileiro de História Econômica, Espírito Santo: 2015. Disponível em: <[http://www.abphe.org.br/arquivos/2015\\_katia\\_franciele\\_correa\\_borges\\_a-fabrica-de-tecidos-do-biribiri-empresa-e-fe-no-interior-de-uma-vila-operaria-em-diamantina\\_mg.pdf](http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_katia_franciele_correa_borges_a-fabrica-de-tecidos-do-biribiri-empresa-e-fe-no-interior-de-uma-vila-operaria-em-diamantina_mg.pdf)> acesso em 03 jun. 2017.

BRASIL, Senado Federal. **Wenceslau Braz Pereira Gomes.** Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/3029>> acesso em 03 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Delfim Moreira da Costa Ribeiro.** Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2880>> acesso em 03 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Juscelino Kubitschek de Oliveira.** Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1997>> acesso em 03 mar. 2017.

BRESSOLI, D. **Diamantina: Análise de uma coleção de livros.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia), Universidade de Brasília. Brasília, Orientadora: Ms Silamara K. de P. Carvalho, Brasília, DF, 2015, 110f. Disponível em: <[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/10705/1/2015\\_DanteBresolin.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/10705/1/2015_DanteBresolin.pdf)> acesso em 03 jun. 2017.

CABRAL, T. E. M. AZEVEDO, D. S. de. **A gestão pedagógica nos primeiros anos de funcionamento do Grupo Escolar Silveira Brum (1912-1930).** Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 3, n. 1, p. 185-204, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/viewFile/236/2>> acesso em 10 maio 2016.

\_\_\_\_\_. **A criação do Grupo Escolar Silveira Brum e seus primeiros anos de funcionamento: Relações entre a república e as festas escolares (1912-1930).** Educação em Foco, Juiz de Fora: v.20, n.3, p. 165-186, Nov 2015/Fev 2016, disponível em: <<https://educacaoemfoco.ufjf.emnuvens.com.br/edufoco/article/view/2818>> acesso em 10 nov. 2016.

CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, C. H. de. GONÇALVES NETO, W. CARVALHO, L. B. de O. B. de. **O Projeto modernizador à mineira: Reformas administrativas e a formação de professores (Minas Gerais, 1906-1930)**. Revista História da Educação Online, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/60386/pdf>> 10 jan. 2016.

CHAMON, M. **Trajetórias de feminização do magistério e a (com)formação das identidades profissionais**. VI Seminário da Regulação Educacional e Trabalho Docente (REDESTRADO), Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2016. Disponível: <[http://www.fae.ufmg.br/estrado/cd\\_viseminario/trabalhos/eixo\\_tematico\\_1/trajetoria\\_de\\_feminizacao.pdf](http://www.fae.ufmg.br/estrado/cd_viseminario/trabalhos/eixo_tematico_1/trajetoria_de_feminizacao.pdf)> acesso em 15 jul. 2017.

CONTRERAS, J. **A autonomia de professores**. Tradução de Sandra Trabucco Valezuela, 2 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

COSTA, E. R. de S. **Saber acadêmico e saber escolar: História do Brasil, da historiografia à sala de aula na primeira metade do século XX**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2008. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC84VH3F/disserta\\_o\\_eliezer\\_raimundo\\_de\\_souza\\_costa.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC84VH3F/disserta_o_eliezer_raimundo_de_souza_costa.pdf?sequence=1)> acesso em 10 jun. 2016.

COUTO, R. C. **O menino de Diamantina: Juscelino Kubitschek**. Biblioteca Digital Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: <[http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2011/11/JK\\_couto.pdf](http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2011/11/JK_couto.pdf)> Acesso em 08 de set. 2016.

DIAS, B. D. LAGE, A. C. P. **O colégio Nossa Senhora das Dôres: vestígios de uma prática educacional confessional na segunda metade do século XIX**. 2º Simpósio Nordeste da ABHR, 2015. Disponível em: <http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/viewFile/1227/1050> acesso em 02 de jun. 2017.

DIAS, A. G. S. **Os diários manuscritos das alunas da Escola Normal Rural de Conselheiro Mata, Diamantina (1950-1962)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri 2017. Disponível em: <[http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/1373/1/alessandra\\_geralda\\_soares\\_dias.pdf](http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/1373/1/alessandra_geralda_soares_dias.pdf)> acesso em 15 jul. 2017.

FARIA FILHO, L. M. **Instruir, civilizar, qualificar: Representações sobre o trabalho na Cultura Escolar**. Revista Trabalho e Educação, nº 01, fev/jul. Belo Horizonte: 1997. Disponível em: <<file:///D:/bkp%2025-09-2015/Downloads/1035-3445-1-PB.pdf>> acesso em 16 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolar em Belo Horizonte (1906/1918)**. 1 ed. EDUFU. Uberlândia: 2014.

FELGUEIRAS, M. L. **Materialidade da cultura escolar. A importância da museologia na conservação/ comunicação da herança educativa**. In: Pro-Posições. Dossiê Cultura Escolar e Cultura Material Escolar. Entre arquivos e Museus, Revista quadrimestral da Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Vol. 16, n.1 (46). Jan/ Abr, 2005. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2293/46-dossie-felgueirasml.pdf>>. Acesso em 05 set. 2014.

FERNANDES, A. C. **O turbulento e a chaminé: A ação do bispado no processo de constituição da modernidade em Diamantina**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2005. Disponível em:

file:///D:/bkp%2025-09-2015/Downloads/dissertacao\_\_\_o\_turibulo\_e\_a\_chamine\_\_\_a\_acao\_do\_bispado\_no\_processo\_...pdf.> Acesso em 20 jul. 2017.

FLORES, M. A. **Discursos do profissionalismo docente: Paradoxos e alternativas conceituais.** Revista Brasileira de Educação, Scielo, v. 19, n. 59, out-dez, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v19n59/03.pdf>> acesso em 02 jan. 2017.

GIL, N. CALDEIRA, S. **Escola Isolada e Grupo Escolar: a variação das categorias estatísticas no discurso oficial do governo brasileiro e de Minas Gerais.** Estatística e Sociedade, p.166-181, n.1 nov. Porto Alegre: 2011. Disponível em: <[seer.ufrgs.br/estatisticaesociedade](http://seer.ufrgs.br/estatisticaesociedade)>. Acesso em 10 maio 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GODOY, A. S. **Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais.** Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 3, Maio/Junho 1995, p. 20-29. Disponível em: <[bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/download/.../36944](http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/download/.../36944)> acesso em 11 jan 2016.

GOMES, E. M. **A disciplina de Língua Portuguesa no currículo da Escola Normal Oficial de Diamantina no período de 1880 a 1889: Legislação, política e história.** Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2006. Disponível em: <[http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao\\_GomesEM\\_1.pdf](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_GomesEM_1.pdf)> acesso em 02 ago. 2017.

GONÇALVES, I. A.. **Cultura Escolar: Práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918).** 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica/ FCH-FUMEC, 2006.

GONÇALVES, I. A. FARIA FILHO, L. M. **Acesso, permanência e avaliação escolar na constituição da escola primária em Minas Gerais.** Educação em Foco, nº especial, p. 25-50, Março/Agosto de 2007. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2013/05/021.pdf>> acesso em 01 jun 2017.

GUIMARÃES, P. C. D. **Tudo presta a quem tudo precisa: Discursos sobre a escolarização da infância pobre veiculados pela Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1930).** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de São João del-Rei, 2011. Disponível em: <<http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/mestradoeducacao/Dissertacao%20Paula%20Cristina%20David%20Guimaraes.pdf>> acesso em 01 jan 2016.

KLEIN, R. B. **“As lições das coisas”, Método pedagógico no interior do Grupo Escolar: transformação do ensino verbalístico em concreto, racional e ativo.** FAFIUV/UNERPAR-PR. Disponível em: <<file:///D:/bkp%20luan/Documents/Mestrado/2%C2%BA%20Per%C3%ADodo/Hist%C3%B3ria%20da%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20Escolar%20no%20Brasil/M%C3%A9todo%20Intuitivo.pdf>> acesso em 05 maio 2016.

KLINKE, K. **A leitura nos Grupos Escolares de Minas Gerais (1906-1927).** Sociedade Brasileira de História da Educação, Anais do I CBHE, Rio de Janeiro: 2000. Disponível em: <[http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/079\\_karina.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/079_karina.pdf)> acesso em 04 jun. 2017.

LOURO, G. L. **Mulheres nas salas de aula.** In: PRIORE, Mary del. (Org.). História das Mulheres no Brasil. 2 ed. São Paulo: Contexto e UNESP, 1997, p. 443-481.

MAGALHÃES, J. P. de. **Tecendo nexos: História das instituições educativas.** Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MARTINS, M. L. **Os Mata Machados de Diamantina: Negócios e política na virada do século XX**. Anais do XIII Seminário sobre Economia Mineira, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2008. Disponível em: <[http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/2008/D08A104.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A104.pdf)> acesso em 01 jun 2017.

\_\_\_\_\_. **Memorialistas e ensino da História local na Diamantina do século XX**. Revista Cultura, história e patrimônio, vol. 01, n. 01. Universidade Federal de Alfenas, Alfenas: 2012. Disponível em: <[file:///D:/bkp%2025-09-2015/Downloads/9-33-1-PB%20\(2\).pdf](file:///D:/bkp%2025-09-2015/Downloads/9-33-1-PB%20(2).pdf)> acesso em 01 jun 2017.

MINAS GERAIS. Cronologia de Juscelino Kubitschek. **Juscelino em Diamantina criando saudades 1902-1926**. Secretaria do Estado de Cultura, Superintendência de Museus, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, Casa de Juscelino. Rona Editora, 1ª Edição, Belo Horizonte: 2002. Acervo da Biblioteca Antônio Tôrres.

MOGARRO, M. J. **Arquivos e educação a construção da memória educativa**. In Dossiê: Arquivos escolares: desafios à prática e à pesquisa em história da educação. Revista Brasileira de História da Educação. V. 5, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/issue/view/17/showToc>> acesso em 02 dez de 2014.

NEVES, F. M. COSTA, C. J. **A importância da história da educação para a formação dos profissionais em educação**. Revista Teoria e Prática da Educação, v. 15, n. 1, p. 113-121, Jan/Abril de 2012. Disponível em: <<http://www.dtp.uem.br/rtp/volumes/v15n1/10.pdf>> acesso em 05 jun 2015.

NEVES, L. S. **Sentido novo da vida rural: A formação de professoras na Escola Normal Regional D. Joaquim Silvério de Souza (1949-1963)**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2015. Disponível em: <[file:///D:/bkp%2025-09-2015/Downloads/tese\\_leonardo\\_santos\\_neves.pdf](file:///D:/bkp%2025-09-2015/Downloads/tese_leonardo_santos_neves.pdf)> acesso em 17 jul. 2017.

NÓVOA, A. **Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente**. Teoria e Educação, n. 4, 1991.

NÚÑEZ, I. B. RAMALHO, B. L. **A profissionalização da docência: um olhar a partir da representação de professores do ensino fundamental**. Revista Iberoamericana de Educación. ISSN: 1681-5653, n° 46/9-10, 10 set. 2008. Disponível em: <[rieoei.org/deloslectores/2504Beltran.pdf](http://rieoei.org/deloslectores/2504Beltran.pdf)> acesso em 03 jan. 2017.

PAES, M. L. **Arquivo: Teoria e prática**. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PENTEADO, A. E. de A. BEZERRA NETO, L. **As reformas educacionais na Primeira República (1889-1930)**. In: História da administração escolar no Brasil. Organizado por Azilde L. Andreotti, José Carlos Lombardi, Lalo W. Minto. Editora Alinea, Campinas: 2012.

PEREIRA, E. W. HENRIQUES, C. M. N. **A primeira escola pública do distrito federal: memória e história**. Revista de Estudos sobre a Educação pública, v. 1, n. 1, ago. Brasília: 2013. Disponível em: <<file:///D:/bkp%2025-09-2015/Downloads/5-20-1-PB.pdf>> acesso em 01 abril 2017.

PINTO, H. M. MAFRA, Leila Alvarenga. **A Escola Normal Regional D. Joaquim Silvério de Sousa e a formação de professores para o meio rural mineiro (1950-1970)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica, Belo Horizonte: 2007. Disponível em: <[http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao\\_PintoHM\\_1.pdf](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_PintoHM_1.pdf)> acesso em 17 jul. 2017.

PINTO, H. de M. **Entre a casa e a rua: Uma história da mocidade de Diamantina no final do século XIX**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2015. <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-ACAGFG>> acesso em 17 de jul. 2017.

PIZZANI, L. SILVA, R. C. da, *et al.* **A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento**. In: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação. V. 10, n. 01, 2012. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/522>> acesso em 10 nov. 2015.

POPKEWITZ, T. S. **Reforma Educacional: uma política sociológica – poder e conhecimento em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. *Apud* VIEIRA, F. C. F. **Profissionalismos do professor de momentos a trajetórias: profissionalização, profissionalidade e autonomia profissional- Uberabinha (1907-1929)**. Tese (Doutorado em educação), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia: 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13607>> acesso em 03 dez. 2015.

RITT, C. I. SCHELBAUER, A. R. **O processo de escolarização primária em Campo Mourão: da escola isolada ao Grupo Escolar Marechal Rondon (1947 a 1970)**. Anais Seminário do HISTEDBR. Disponível em: <[www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario8/\\_.../6tQInVc7.doc](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_.../6tQInVc7.doc)> acesso em 01 out. 2016.

RODRIGUES, A. C. **Manuais didáticos e conhecimento histórico na reforma João Pinheiro: Minas Gerais, 1906-1911**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo: 2009. Disponível em: <[www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde.../AndreCouraRodrigues.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde.../AndreCouraRodrigues.pdf)> acesso em 08 jun. 2017.

SÁ, C. M. ROSA, W. M. **A história da feminização do magistério no Brasil: uma revisão bibliográfica**. Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação, Sociedade Brasileira de História de Educação, Curitiba: 2004 s/d. disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo5/477.pdf>> acesso em 20 jul. 2017.

SAVIANI, D. **Política Educacional Brasileira: Limites e Perspectivas**. Revista de Educação PUC-Campinas. N. 24, p. 7-16, junho, Campinas: 2008. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/108/96>> acesso em 16 jan. 2016.

SILVA, A. N. P. da S. **Diamantina: roteiro turístico**. 2 ed. Belo Horizonte: Independência, 1975. *Apud* VIEIRA, F. C. F. OLIVEIRA, M. M. de. GONÇALVES NETO, W. **Instrução no município de Diamantina: entre o brilho dos diamantes e as luzes da educação**. Histedbr, Unicamp, Campinas: 2012. Disponível em <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada10/\\_files/9P9CNz1u.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/_files/9P9CNz1u.pdf)> acesso em 02 maio 2017.

SILVA, A. R. C. **Diamantina, o tesouro de Minas Gerais**. Carta Capital. Publicada em 02 dez 2015. Disponível em: <http://www.cartaeducacao.com.br/aulas/diamantina-o-tesouro-de-minas-gerais/> acesso em 10 jun. 2017.

SOARES, L. C. VIEIRA, F. C. F. **Histórias de instituições educativas, Diamantina-MG: supressão e reabertura da Escola Normal Oficial de Diamantina (1938-1951)**. Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação, SBHE, Cuiabá: 2013. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOE>>

S%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/HISTORIAS%20DE%20INSTITUICOES%20EDUCATIVAS,%20DIAMANTINA-MG.pdf> Acesso em 20 maio 2017.

SOUZA, R. F. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX** (ensino primário e secundário no Brasil). Editora Cortez, São Paulo: 2008

SOUZA, R de C. de. **Sujeitos e práticas disciplinares: Uma leitura das reformas educacionais mineiras a partir da Revista do Ensino**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2001. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC858R74/anexo1.pdf?sequence=2>> acesso em 01 maio 2017.

SOUZA, G. M. de. **As políticas de formação de professores em Minas Gerais, 1928 a 1938: O percurso da Escola Normal Oficial de Diamantina**. Anais do IX Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação, Uberlândia: 2017. Disponível em: <<https://even3storage.blob.core.windows.net/anais/50488.pdf>> acesso em 07 set. 2017.

THOMÉ, L. M. **O Arquivo Escolar da Escola Estadual Matta Machado: Fonte de pesquisa para a história da educação em Diamantina (MG) entre os anos de 1907 a 1930**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Humanidades), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina: 2015.

VAGO, T. M. **Início e fim do século XX: Maneiras de fazer educação física na escola**. Cadernos Cedes, ano XIX, nº 48, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v19n48/v1948a03.pdf>> Acesso em 16 jun. 2017.

VIDAL, D. FARIA FILHO, L. M. de. **Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, nº 14, Maio/Agosto. Rio de Janeiro: 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782000000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000200003)> acesso em 05 jan. 2017.

VIEIRA, F. C. F. **Profissionalismos do professor de momentos a trajetórias: profissionalização, profissionalidade e autonomia profissional- Uberabinha (1907-1929)**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia: 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13607>> acesso em 03 dez. 2015.

VIEIRA, F. C. F. OLIVEIRA, M. M. de. GONÇALVES NETO, W. **Instrução no município de Diamantina: entre o brilho dos diamantes e as luzes da educação**. Histedbr, Unicamp, Campinas: 2012. Disponível em <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada10/\\_files/9P9CNz1u.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/_files/9P9CNz1u.pdf)> acesso em 02 maio 2017.